



ATA DA SESSÃO DE DEFESA E AVALIAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)
DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA
FACULDADE DE ENGENHARIAS, ARQUITETURA E URBANISMO E GEOGRAFIA - 2023-1

No mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se de forma online, através da plataforma digital Google Meet, a Banca Examinadora, sob Presidência do(a) Professor(a) Orientador(a), para avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em acordo aos dados descritos na tabela abaixo:

DATA, horário e local da apresentação	Nome do(a) Aluno(a), RGA e Título do Trabalho	Professor(a) Orientador(a)	Professor(a) Avaliador(a) da UFMS	Professor(a) Convidado(a) e IES
03 de julho de 2023 Às 10h40 Online: https://meet.google.com/oih-rnfp-sfe?pli=1&authuser=1	Leticia Prudêncio Vaz e Silva 2018.2101.038-8 Título: O idoso e o espaço urbano: intervenção urbana na rua Dom Aquino no Bairro Amambá, Campo Grande, MS.	Profa. Dra. Cynthia de Souza Santos	Prof. Dr. Júlio César Botega do Carmo	Neila Janes Viana

Após a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso pelo(a) acadêmico(a), os membros da banca examinadora teceram suas ponderações a respeito da estrutura, do desenvolvimento e produto acadêmico apresentado, indicando os elementos de relevância e os elementos que couberam revisões de adequação.

Ao final a banca emitiu o **CONCEITO A** para o trabalho, sendo **APROVADO**.

Ata assinada pelo(a) Professor(a) Orientador(a) e homologada pela Coordenação de Curso e pela Coordenação da disciplina de TCC.

Campo Grande, julho de 2023.

Profa. Dra. Cynthia de Souza Santos
Professora Orientadora

Prof. Dr. Jose Alberto Ventura Couto
Coordenador do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo (FAENG/UFMS)

Profa. Dra. Juliana Couto Trujillo
Presidente da Comissão do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)



Documento assinado eletronicamente por **Cynthia de Souza Santos, Professora do Magistério Superior**, em 07/07/2023, às 18:25, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gutemberg dos Santos Weingartner, Professor do Magisterio Superior**, em 07/07/2023, às 18:29, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4181547** e o código CRC **1FBC9A98**.

FACULDADE DE ENGENHARIAS, ARQUITETURA E URBANISMO E GEOGRAFIA

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone:

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.033813/2021-56

SEI nº 4181547

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

FACULDADE DE ENGENHARIAS, ARQUITETURA E URBANISMO E

GEOGRAFIA - FAENG

CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Leticia Prudêncio Vaz da Silva

O idoso e o espaço urbano

Intervenção urbana na rua Dom Aquino no Bairro Amambaí, Campo Grande, MS.

Campo Grande - MS

2023

Letícia Prudêncio Vaz da Silva

O idoso e o espaço urbano

Intervenção urbana na rua Dom Aquino no Bairro Amambaí, Campo Grande, MS.

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito para a obtenção do título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Professora Dra Cynthia de Souza Santos

Campo Grande - MS

2023

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela minha vida e por ter me dado saúde e força para superar todas as dificuldades e obstáculos encontrados ao longo do curso.

Aos meus pais, Rildon Vaz da Silva e Aurea Cristina Prudêncio Vaz da Silva, por nunca terem medido esforços para me proporcionar um ensino de qualidade e meios para seguir meus sonhos, pelo amor, incentivo e apoio incondicional e por compreenderem a minha ausência enquanto me dedicava ao curso e a este trabalho. Sem eles nada seria possível.

A minha irmã, Isadora Prudêncio Vaz da Silva, pelo companheirismo, pela cumplicidade e pelo apoio em todos os momentos delicados da minha vida.

A minhas avós, Francisca Vaz da Silva e Davida Aparecida Prudêncio, que sempre estiveram ao meu lado e serviram como fonte de inspiração para esse trabalho.

RESUMO

O processo de envelhecimento vivenciado pela população brasileira desperta a atenção pública para o reconhecimento da questão social do idoso no espaço urbano. Evidenciado a necessidade em incentivar e propor políticas públicas e estratégias que busquem melhorar a qualidade de vida desse grupo, bem como garantir as condições de mobilidade urbana, acessibilidade e integração social. Nesse contexto, a presente pesquisa propõe um projeto de intervenção urbana na rua Dom Aquino, no bairro Amambaí, área central de Campo Grande - MS, a partir da análise das condições de mobilidade e inclusão urbana de idosos no local. Com metodologia de natureza quali-quantitativa através de pesquisa exploratória, procedimentos técnicos, estudos de casos e estudo da área de Interesse, esse estudo espera colaborar com novas ações e diretrizes de políticas públicas e projetuais para o espaço público urbano a fim de torná-lo mais inclusivo e digno, não apenas para idosos, mas para toda a população.

Palavras-chave: Mobilidade. Acessibilidade. Espaço público urbano. Idoso. Inclusão Social.

ABSTRACT

The aging process experienced by the Brazilian population raises public attention to the recognition of the social issue of the elderly in the urban space. Evidenced the need to encourage and propose public policies and strategies that seek to improve the quality of life of this group, as well as guarantee the conditions of urban mobility, accessibility and social integration. In this context, this research proposes an urban intervention project on Rua Dom Aquino, in the Amambaí neighborhood, in the central area of Campo Grande - MS, based on the analysis of mobility conditions and urban inclusion of the elderly in the area. With a qualitative and quantitative methodology through exploratory research, technical procedures, case studies and study of the area of interest, this study hopes to collaborate with new actions and guidelines for public and project policies for the urban public space in order to make it more inclusive and dignified, not just for the elderly, but for the entire population.

Keywords: Mobility. Accessibility. Urban public space. Elderly. Social inclusion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Determinantes do envelhecimento ativo	
Figura 02 - Número de pessoas com 60 anos ou mais / 1950 - 2050	5
Figura 03 - Pirâmide etária do Brasil em 2010 e projeção para 2060	9
Figura 04 - Evolução da expectativa de vida ao nascer em anos	10
Figura 05 - Expectativa de vida ao nascer (em anos) no Brasil e UFs - 2019	12
Figura 06 - Evolução de mortos por Covid-19 por faixa etária no Brasil	13
Figura 07 - Quadro da manutenção da capacidade funcional durante o curso de vida	15
Figura 08 - Problemas centrais da mobilidade urbana	22
Figura 09 - Pirâmide inversa de prioridade no trânsito	24
Figura 10 - Detalhe calçada com piso tátil	27
Figura 11 - Dimensões referenciais para deslocamento de pessoas	28
Figura 12 – Faixas de uso da calçada	28
Figura 13 - Rebaixamento de calçada	30
Figura 14 - Linha do tempo com as principais políticas e programas mundiais para idosos	34
Figura 15 - As quatro (04) áreas de ação da década	37
Figura 16 - Linha do tempo com as principais legislações, políticas e programas nacionais voltados para idosos	38
Figura 17 - Idosos reunidos na Boca Maldita	47
Figura 18 -Boca Maldita em 1990	47
Figura 19 - Comício pelas 'Diretas Já'	48
Figura 20 - Localização Boca Maldita	48
Figura 21 - Café Avenida	49
Figura 22 - Áreas de permanência na calçada da Boca Maldita	49
Figura 23 - Inauguração da Academia ao Ar Livre na Praça México - Porto Alegre/RS	51
Figura 24 - Novas rampas de acessibilidade em Porto Alegre	52
Figura 25 - Novas estruturas de paradas de ônibus	52
Figura 26 - Caminhada com idosos no Centro Histórico de Porto Alegre/RS	53
Figura 27 - Calçadão da Avenida Beira-mar de São José	54
Figura 28 - Vista noturna da Av. Beira-mar de São José	55
Figura 29 - Faixa de pedestre na Av. Beira-mar de São José	55
Figura 30 - Avenida Beira-mar Norte	56

Figura 31 - Álvaro de Carvalho após ampliação da calçada com pintura no piso	56
Figura 32 - Quadro de referências	58
Figura 33 - Planta do traçado do Bairro Amambá - 1921	62
Figura 34 - Índices urbanísticos e categorias de usos permitidos para Z1	69
Figura 35 - Baile dos idosos no Horto Florestal	71
Figura 36 - Evolução das figueiras no canteiro central	72
Figura 37 - Ponto de ônibus na rua 26 de Agosto	87
Figura 38 - Ponto de ônibus na Av. Afonso Pena	88
Figura 39 - Vista da Av. Pres. Ernesto Geisel	89
Figura 40 - Trecho de calçada na rua Dom Aquino	89
Figura 41 - Trecho 01 da rua Dom Aquino	93
Figura 42 - Trecho 02 da rua Dom Aquino	94
Figura 43 - Trecho 03 da rua Dom Aquino	95
Figura 44 - Trecho 04 da rua Dom Aquino	96
Figura 45 - Trecho 05 da rua Dom Aquino	97
Figura 46 - Trecho 06 da rua Dom Aquino	98
Figura 47 - Eixos norteadores da intervenção projetual	103
Figura 48 - Planta geral da proposta de intervenção	104
Figura 49 - Perspectiva da horta	104
Figura 50 - Perspectiva Planta do pocket park	105
Figura 51 - Vista fachada cafeteria (antes e depois)	106
Figura 52 - Perspectiva de área de parada	108

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Distribuição da população brasileira, em 2021, por grupos etários	9
Gráfico 02 - Distribuição da população (%) sul mato grossense, em 2012 e 2021, por grupos etários	17
Gráfico 03 - Participação dos grupos de idade em Campo Grande (%) - 1960/2021	18

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Pessoas responsáveis pelos domicílios, por grupos de idade, em Mato Grosso do Sul e Campo Grande - 2010	18
Tabela 02 - Exemplos de grupos de pedestres e as respectivas larguras ocupadas na faixa livre das calçadas.	29
Tabela 03 - Classificação do mobiliário urbano	31
Tabela 04 - Raios de influência máximo por equipamento de acordo com o Plano Diretor de Goiânia	45
Tabela 05 - População, por grupos de idade - 2000/2010	59
Tabela 06- Perfil demográfico bairro Amambaí	65
Tabela 07 - Síntese e comparação Perfil Socioeconômico	68
Tabela 08 - Problemática e potencialidade do bairro Amambaí	99

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Localização do município de Campo Grande	59
Mapa 02 -Localização do bairro Amambaí em relação a região urbana	60
Mapa 03 - Parcelamentos do bairro Amambai	61
Mapa 04 - Uso e ocupação do solo no bairro Amambaí	63
Mapa 05 - Topografia e hidrografia do bairro Amambai	64
Mapa 06 - Percentual de idosos por setor censitário	66
Mapa 07 - Densidade demográfica bruta	67
Mapa 08 - Renda per capita	67
Mapa 09 - Índice de exclusão social	67
Mapa 10 - Índice de Qualidade de Vida Urbana	67
Mapa 11 - Macrozoneamento de Campo Grande - MS	68
Mapa 12 - Zoneamento Urbano de Campo Grande - MS	69
Mapa 13 - Zoneamento Ambiental de Campo Grande - MS	70
Mapa 14 - ZEIS e ZEIC do Bairro Amambaí	71
Mapa 15 - Principais pontos de referência do bairro Amambaí	73
Mapa 16 - Eixos de Adensamentos	74
Mapa 17 - Figura-fundo do bairro Amambaí	74
Mapa 18 - Áreas verdes e arborização do bairro Amambaí	75
Mapa 19 - Cartas de drenagem e geotécnica	76
Mapa 20 - Equipamentos comunitários de educação	77
Mapa 21 - Raio de abrangência Escolas Estaduais	78
Mapa 22 - Raio de abrangência Escolas Municipais	78
Mapa 23 - Raios de abrangência ensino superior	78
Mapa 24 - Equipamentos comunitários de saúde	79
Mapa 25 - Raios de abrangência UBS	79
Mapa 26 - Raios de abrangência Hospital	79
Mapa 27 - Raios de abrangência UBSF	80
Mapa 28 - Raios de abrangência Assistência social	80
Mapa 29 - Raios de abrangência Guarda Civil	81
Mapa 30 - Raios de abrangência Polícia Militar	81
Mapa 31 - Raios de abrangência corpo de bombeiros	81
Mapa 32 - Equipamentos comunitários de lazer	82

Mapa 33 - Raios de abrangência feiras livres	82
Mapa 34 - Raios de abrangência praças	83
Mapa 35 - Raios de abrangência parques	84
Mapa 36 - Hierarquia viária no bairro Amambaí	85
Mapa 37 - Ciclovias no bairro Amambaí	86
Mapa 38 - Transporte público coletivo	87
Mapa 39 - Mapa de dispositivos reguladores do trânsito no bairro Amambaí	88
Mapa 40 - Síntese diagnóstico	90
Mapa 41 - Área de intervenção projetual	91
Mapa 42 - Elementos de destaque na área de intervenção	92
Mapa 43 - Síntese de diretrizes	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas
CAB IDOSO Caderno de Atenção Básica do Idoso
CID Classificação Internacional de Doenças
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPPUC Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
MPPR Ministério Público do Estado do Paraná
NBR Norma Técnica Brasileira
OMS Organização Mundial de Saúde
ONU Organização das Nações Unidas
PDDUA Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental
PLANURB Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano
PMCG Prefeitura Municipal De Campo Grande
PMPA Prefeitura Municipal De Porto Alegre
PMSJ Prefeitura Municipal De São José
PNAD Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNI Programa Nacional de Imunizações
PNMU Política Nacional de Mobilidade Urbana
PNSPI Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa
SNC Sistema Nervoso Central
SUS Sistema Único de Saúde
TCU Tribunal de Contas da União
UBS Unidades Básicas de Saúde
UBSF Unidades Básicas de Saúde da Família
UNFPA Fundo de População das Nações Unidas
WRI World Resources Institute
ZEIA Zona Especial de Interesse Ambiental
ZEIC Zona Especial de Interesse Cultural
ZEIS Zona Especial de Interesse Social

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Objetivo geral	2
1.2 Objetivos específicos	2
1.3 Justificativa	3
1.4 Metodologia	3
2. O IDOSO E A SUA RELAÇÃO COM A CIDADE	4
2.1 Como o projeto de urbanismo responde às demandas dos idosos?	4
2.2 O idoso no cenário nacional e seus aspectos	8
2.2.1. Dados censitários	8
2.2.2. Aspectos biológicos do envelhecimento	13
2.2.3. Idoso no contexto do município de Campo Grande - MS	17
2.3. A cidade como um lugar de memória e identidade	19
2.4. Espaço público como ferramenta para inclusão	20
2.5. Mobilidade de idosos nas cidades	22
2.6 A cidade acessível para idosos (Acessibilidade)	25
2.7 Mobiliários urbanos adequados para a terceira idade	30
3. POLÍTICAS E LEGISLAÇÕES	33
3.1 Aspectos legais, Iniciativas e Políticas Públicas sobre idosos	33
3.1.1. Políticas e programas mundiais	33
3.1.2. Legislações, políticas e programas nacionais	38
3.2 Aspectos legais sobre a configuração urbana da cidade de Campo Grande- MS	43
4. REFERÊNCIAS PROJETUAIS	46
4.1 Estudo de caso 1: Boca Maldita - Curitiba/PR	46
4.2 Estudo de caso 2: Cidade de Porto Alegre/RS	50
4.3. Estudo de caso 3: A atividade de caminhar entre os idosos em Florianópolis e São José - SC	54
4.4. Síntese	57
5. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO	58
5.1 Campo Grande, Mato Grosso do Sul	59
5.2 Leitura do bairro Amambaí	60
5.3 Diagnóstico da área de intervenção	91
6. O PROJETO URBANÍSTICO PARA IDOSOS	98
6.1 Diretrizes gerais	99
6.2 Projeto de intervenção urbana	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	110

1. INTRODUÇÃO

A população mundial e brasileira está envelhecendo, essa tendência se mostra alarmante para as próximas décadas. Assim, é preciso pensar na qualidade e no aumento da expectativa de vida das pessoas que se enquadram nessa realidade. No entanto, existe um descompasso entre o ritmo avançado de aumento das demandas urbanas das pessoas idosas, o contingente de idosos e os projetos e as estratégias e ações que promovam a inclusão desse público no contexto das cidades.

Muitas vezes, a questão do envelhecimento é associada a conceitos estereotipados comumente negativos, acarretando no distanciamento dos idosos do convívio e interação urbana. Nesse sentido, projetos que visem a adequação dos espaços públicos se mostram aliados para reverter esse cenário e trabalhar para o atendimento desse público se mostram urgentes.

Diante disso, as propostas de intervenção urbana, ao intervir nas condições de mobilidade, de acessibilidade, de acesso aos mobiliários urbanos adequados, se faz necessário. O objetivo é pensar e propor estruturas que alcancem os idosos e a população em geral.

Investigar e analisar a fundamentação teórica e prática imprescindível para embasar a proposição e desenvolvimento de um projeto de intervenção urbana no com foco nas condições de mobilidade e acessibilidade de idosos no bairro Amambaí, em Macrozona 1 - MZ1 e Zona Urbanística 1- Z1 no município de Campo Grande - MS.

O conteúdo da monografia será desenvolvido em seis capítulos com foco em desenvolver propostas de intervenção urbana para garantia de acessibilidade e direitos fundamentais das pessoas idosas e seus impactos no bairro Amambaí. O primeiro corresponde à introdução, contemplando uma breve apresentação e contextualização sobre o tema, além dos objetivos gerais e específicos, justificativa e metodologia.

No segundo capítulo - O Idosos e sua relação com a cidade, serão explicitados e analisados os conceitos e definições das teorias urbanísticas que referem-se aos aspectos do espaço urbano e do envelhecimento e como esses elementos se relacionam entre si.

Em sequência, o terceiro capítulo aborda as principais políticas públicas, iniciativas e legislações voltadas para a terceira idade e as questões do envelhecimento. Além de apresentar de forma geral as principais legislações urbanísticas que influenciam na configuração urbana do município

No quarto capítulo serão desenvolvidos três estudos de caso de intervenções urbanas desenvolvidas, a nível nacional, com foco na qualidade de vida do idoso que apresentam estratégias e informações relevantes para embasar e referenciar a proposta a ser desenvolvida.

No quinto capítulo, denominado: Caracterização da área de intervenção, será realizada a análise e leitura da área de intervenção, bem como os condicionantes que nortearão as diretrizes gerais e as propostas projetuais.

Posteriormente, o capítulo seis apresentará as diretrizes gerais e projetuais para o bairro, além de uma proposta preliminar de intervenção com estratégias focadas na inclusão dos idosos em um trecho da área de estudo.

Por fim, nas considerações finais serão demonstradas a importância de serem desenvolvidas políticas públicas e urbanas voltadas para a inclusão e acessibilidade de idosos nos espaços públicos, e também sintetizar uma análise sobre a implementação dessas diretrizes e como auxiliam a solucionar os problemas decorrentes do processo de envelhecimento.

1.1 Objetivo geral

Esta pesquisa tem como objetivo propor um projeto de intervenção urbana no bairro Amambaí no município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul com ênfase em melhores condições de mobilidade e acessibilidade para idosos, a partir da análise do espaço urbano bem como de fundamentações teóricas necessárias para garantir um espaço inclusivo para idosos.

1.2 Objetivos específicos

- I. Ampliar o debate sobre o envelhecimento populacional no âmbito do urbanismo
- II. Demonstrar que a intervenção urbana deve considerar os seguintes aspectos: O usuário e as demandas do espaço, a história e a evolução urbana. Além disso, deve trabalhar com mobiliários adequados, transporte público eficiente, sistema cicloviário completo e veicular seguro;
- III. Relacionar o envelhecimento populacional e os processos de urbanização;
- IV. Identificar os problemas relacionados à mobilidade, acessibilidade e inclusão dos idosos no ambiente urbano e em específico no bairro Amambaí;
- V. Propor um projeto de intervenção urbana seguro, funcional, confortável e atrativo para a Rua Dom Aquino, no bairro Amambaí, com foco na inclusão e acessibilidade de idosos.

1.3 Justificativa

O envelhecimento da população mundial e nacional é uma realidade, como evidenciam diversas pesquisas que mostram uma inversão na pirâmide etária. Este fato implica em um maior número de idosos no cenário urbano, despertando questionamentos sobre quais condições precisam ser pensadas para que esses usuários possam usufruir dos espaços públicos de maneira segura e acessível.

É notório que as condições atuais do ambiente urbano não atendem as demandas do público idoso, situação que pode ser constatada através da insuficiência e ineficiência dos sistemas de mobilidade urbana, tanto para pedestres quanto para usuários de transporte público, ciclovia e veicular. Entendendo que mobilidade urbana é a capacidade de deslocamento sem obstáculos de pessoas e produtos na cidade, verifica-se que a maior parte das intervenções urbanas não contempla esse público e quando fazem não o atende de forma integral.

A requalificação urbana com um direcionamento consciente pode ser uma solução para esse problema, ao proporcionar mudanças que transformem os inadequados espaços urbanos. Para isso, o projeto deve garantir melhores condições de acessibilidade e mobilidade para todos os públicos, tornando-os mais atrativos e seguros, promovendo assim uma cidade mais inclusiva e digna não só para idosos como para a população em geral.

1.4 Metodologia

A metodologia aplicada para a realização desta pesquisa compreende a revisão e levantamento bibliográficos, estudo de teorias relacionadas à relação do idoso com os espaços urbanos, consulta de documentos via internet, em sites oficiais e demais fontes virtuais, além de diligências à prefeitura e aos demais órgãos públicos e privados. Também utilizou-se outras fontes de informações como documentários, noticiários, entrevistas e entre outros que permitam contextualizar e fundamentar a proposta de projeto. A partir dessas análises será delimitada a área de estudo e intervenção.

A partir do recorte da área de intervenção serão pesquisas qualitativas através de pesquisas de campo com visitas in loco e entrevistas, além de observação sistemática, da análise de materiais fotográficos, das medições, dos desenhos esquemáticos e da elaboração de mapas a fim de desenvolver o diagnóstico sobre as dinâmicas dos espaços urbanos de Campo Grande.

Posteriormente, será efetuada uma análise detalhada do local de intervenção para caracterizar a área observando as características socioeconômicas e históricas da região e do

entorno. Incluindo pesquisas das legislações urbanísticas vigentes e identificação das principais potencialidades e problemáticas existentes no espaço. Simultaneamente, serão consideradas referências projetuais referentes notáveis à temática, objetivando o espelhamento das soluções adotadas nesses projetos que sejam passíveis de serem aplicadas no projeto proposto, viabilizando melhores condições para materializá-las, assim como verificar os impactos dessas intervenções para a comunidade.

Por fim, serão definidas as diretrizes e propostas projetuais na área de interesse que contemplem mobiliários, pedestres, transporte público, sistema cicloviário e veicular, definindo um programa de necessidades para melhorar as condições de mobilidade urbana, acessibilidade, segurança e atratividade no local para idosos e usuários como um todo.

2. O IDOSO E A SUA RELAÇÃO COM A CIDADE

O capítulo contextualiza o idoso na conjuntura nacional e explicita a sua relação com a cidade, demonstrando dados estatísticos, e como os espaços urbanos atendem ou não às necessidades desse grupo. Além de apresentar teorias, conceitos e definições relacionadas à questão do envelhecimento nas cidades.

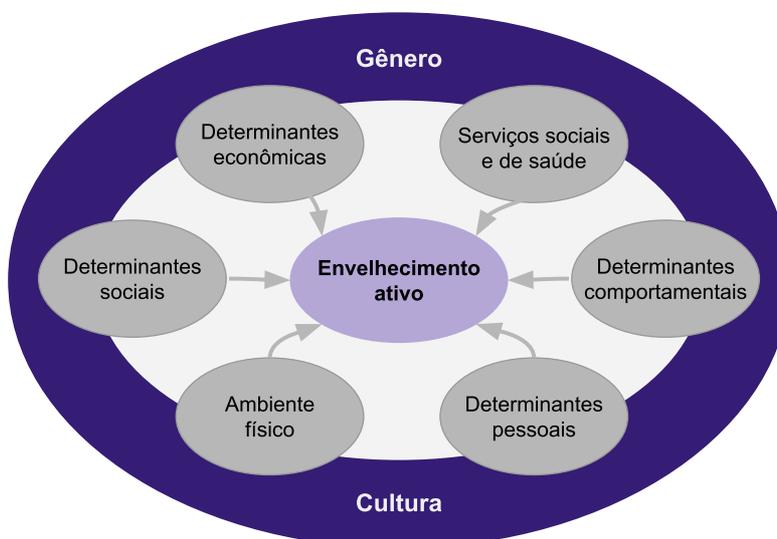
2.1 Como o projeto de urbanismo responde às demandas dos idosos?

De acordo com Gehl (2010), é dever das cidades proporcionar boas condições para o desempenho de atividades básicas como caminhar, parar, sentar, olhar, ouvir e falar. Diante disso, o crescimento da população idosa no mundo coloca em evidência as questões quanto a condições dos municípios, e se os mesmos encontram-se adequados para que esse público possa usufruir dos espaços urbanos com segurança e acessibilidade. Dessa forma, o estado dos ambientes desempenham uma importante função para garantir a qualidade de vida e inclusão não apenas dos cidadãos mais velhos como também de todos os públicos.

“A expectativa de vida está aumentando em todo o mundo. Com isto, um número cada vez maior de indivíduos passa a sobreviver até 70, 80, 90 anos. Qual a qualidade dessa sobrevivência? Como aumentar o vigor físico, intelectual, emocional e social dessa população até os momentos que precedem a morte? A maioria dos indivíduos deseja viver cada vez mais, porém a experiência do envelhecimento (a própria e a dos outros) está trazendo angústias e decepções, pelo menos em nosso país. Como favorecer uma sobrevivência cada vez maior, com uma qualidade de vida cada vez melhor?” (PASCHOAL, 1996).

A Organização Mundial da Saúde - OMS apresenta o conceito global de “envelhecimento ativo” como um modelo a ser seguido para desenvolver cidades adequadas ao público da terceira idade no Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas (2007). Trata-se de um processo de otimização relacionado a quatro pilares: Saúde (bem estar biopsicossocial), participação (no âmbito social, cultural, espiritual e exercício da cidadania), segurança e aprendizagem; de modo a melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem. Neste guia estão listados diversos determinantes relevantes, sendo que um dos que mais se destaca relaciona-se ao ambiente físico, pois, como afirmou Prado (2003), deve-se haver uma interação equilibrada entre o indivíduo e o espaço.

Figura 01 - Determinantes do envelhecimento ativo



Fonte:OMS, 2002. Elaboração autoral

O documento define ainda oito aspectos que se sobrepõem e interagem entre si e que precisam ser consideradas em uma cidade amiga do idoso, sendo essas:

- Habitação
- Participação social
- Respeito e inclusão social
- Participação cívica e emprego
- Comunicação e informação
- Apoio comunitário e serviços de saúde
- Espaços exteriores e edifícios
- Transportes

Alguns desses itens apresentam especial relevância para o planejamento urbano de cidades adequadas a idosos como é o caso da área de Espaços exteriores e edifícios, que exercem um considerável impacto sobre a condição de mobilidade, independência e qualidade de vida da população senil.

Para Jan Gehl (2013), a luta pela qualidade se dá em pequena escala, ou seja, a nível dos olhos, é nessa escala que o pedestre pode usufruir da qualidade ou sofrer com a sua falta nas cidades. Assim, o arquiteto estabelece aspectos que precisam ser considerados no planejamento urbano para se obter essa qualidade, como a definição de distâncias aceitáveis para a caminhada, visto que para alguns públicos, como os idosos, mesmo curtas distâncias podem ser um desafio.

Diante disso, projetos de urbanismo que privilegiam a promoção de cidades mais caminháveis e que facilitem o uso de transportes públicos foram identificados como mais eficientes para atender as demandas dos idosos, visto que proporcionam maior facilidade de deslocamento e autonomia da população. Nesse sentido, a ausência de obstáculos nas vias e calçadas mais largas que permitam a transição de forma ininterrupta (JANE JACOBS, 2001), sem buracos ou rachaduras e com meios-fios menos elevados apresentam melhor eficiência para para indivíduos mais velhos.

“Uma condição importante para uma caminhada agradável e confortável é um espaço relativamente livre e desimpedido, sem necessidade de desviar ou ser empurrado pelos outros. Crianças, idosos ou pessoas com deficiência têm necessidades especiais para que possam andar sem impedimentos.” (Jan Gehl, p.121. 2013).

A definição de um ambiente agradável e limpo também contribui para a promoção da qualidade de vida desses públicos. Para possibilitar uma cidade funcional e convidativa sob todas as circunstâncias, deve-se tratar os aspectos físicos e práticos aliado ao trabalho em suas qualidades visuais (GEHL 2013). O autor também salienta a importância dos espaços verdes como forma de contribuir com o embelezamento da cidade e as condições de conforto térmico, além de ajudar a destacar pontos relevantes da cidade.

Outra condição que relaciona diretamente a adaptabilidade do espaço urbano à velhice é a existência de áreas em que as pessoas possam sentar-se e apoiar-se, inclusive devido às condições físicas decorrentes do envelhecimento.

A promoção de transportes públicos acessíveis e baratos também influencia o envelhecimento ativo. A participação social e cívica dos idosos, bem como o acesso aos serviços é determinada pela capacidade de movimentação na cidade, daí a importância em se proporcionar meios de transporte eficientes e seguros para esse público. Ademais, o investimento nesse sistema contribui para promover a igualdade nas cidades e redução da quantidade de automóveis (GEHL 2013).

“Transporte coletivo acessível, pavimentos nivelados, lugares para sentar, remoção de riscos nos percursos, boa iluminação (nas ruas) e banheiros públicos são componentes vitais para incentivar os idosos a permanecerem envolvidos com seus bairros” (Joe Oldman, gerente de políticas de habitação e transporte da Age UK para a The Guardian - Como seria uma cidade amiga do idoso? 10 out 2018).

A diversificação dos usos do solo também apresenta-se como aliada das propostas urbanas para a inclusão e atendimento das necessidades desse público. Cidades e bairros que combinem residências, serviços, comércio e lazer mostram-se mais amigáveis para os idosos dado que tornam essas localidades mais seguras e atrativas. Ou seja, as áreas públicas devem atender a diferentes funções para assegurar que as pessoas saiam de casa em horários diferentes e estejam nos lugares por motivos distintos (JANE JACOBS, 2000).

Gehl (2010) sugere que as cidades devem ser vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis. Para ele, o espaço público vivo é aquele marcado pela presença e movimento de muitos e diversificados grupos, oportunizando o contato entre eles. Tratam-se de cidades que emitem sinais amigáveis, de boas vindas, e que permitem essas interações sociais, as quais mostram-se fundamentais para a terceira idade, que muitas vezes se vê repelida da dinâmica social.

A sensação de segurança é outro fator crucial a ser proporcionado pelo projeto de urbanismo para responder às necessidades dos idosos. Jan Gehl (2010) em concordância com o conceito de “olhos da rua” de Jane Jacobs (2000) defende que ruas vivas, alegres e movimentadas fazem a cidade mais segura.

Planejar espaços adequadamente para receber idosos com limitações contribui com independência funcional no desenvolvimento de atividades do cotidiano, a redução de estados de apatia, sentimento de inutilidade, tristeza e solidão, patologias psicológicas como

ansiedade e depressão, além de colaborar para a diminuição no número de reclamações de saúde física como dor e fadiga. (Prado & Perracini, 2007).

2.2 O idoso no cenário nacional e seus aspectos

A população mundial e brasileira nos últimos anos está enfrentando modificações significativas em seus números. Enquanto as taxas de natalidade diminuem consideravelmente, o contingente de idosos aumenta substancialmente, trazendo à tona a necessidade de se prever iniciativas para lidar com os desafios do envelhecimento populacional.

O envelhecimento da população é um fenômeno mundial que, nos anos mais recentes, ganha maior importância nos países em desenvolvimento. No Brasil, o crescimento da população idosa é cada vez mais relevante, tanto em termos absolutos quanto proporcionais. Os efeitos do aumento desta população já são percebidos nas demandas sociais, nas áreas de saúde e na previdência (MINISTÉRIO DA SAÚDE 2013, p. 5).

As mudanças demográficas têm consequências refletidas em diversos aspectos da sociedade e políticas públicas: serviços sociais, saúde, economia, cidade e entre outros. E o Brasil e países subdesenvolvidos ainda evoluem lentamente quando se tratam dessas questões relacionadas ao aumento etário.

Dessa forma, ao compreender o contexto em que o idoso está inserido no cenário nacional é possível obter um melhor entendimento sobre a importância de se abordar a questão do envelhecimento de forma consciente e com a devida atenção.

2.2.1. Dados censitários

Uma população que atinge um elevado índice de envelhecimento sai da esfera individual e afeta cada vez mais a vida social de onde está inserida, sendo um alvo de interesses para diversas áreas do conhecimento e das políticas sociais (LIMA, 1996:3). Diante disso, quando a proporção de idosos atinge o índice entre 10-12% do total da população com tendência ao aumento desse índice pode-se considerar essa sociedade envelhecida. (PALLONI E PELAEZ, 1999).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define como idoso todo indivíduo com 60 anos ou mais. Baseado nisso, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que o Brasil vê sua população ficar cada vez mais velha. A quantidade de pessoas

com 60 anos ou mais passou de 11,3% para 14,7% da população nos últimos dez anos, como mostra a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) – Características Gerais dos Moradores divulgada pelo IBGE (2020-2021), caracterizando o Brasil como um país com uma população envelhecida de acordo com os conceitos de Palloni e Pelaez (1999).

Gráfico 01 - Distribuição da população brasileira, em 2021, por grupos etários

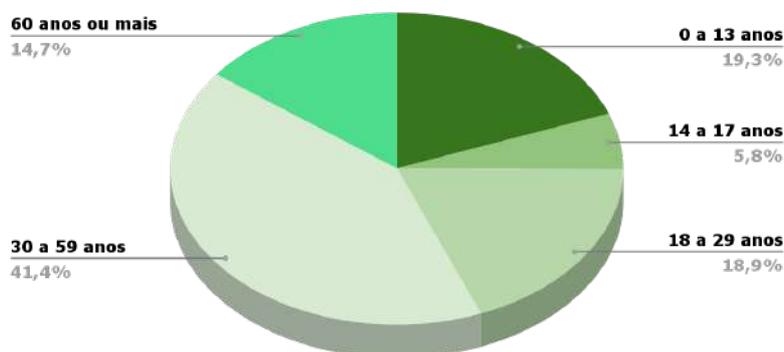
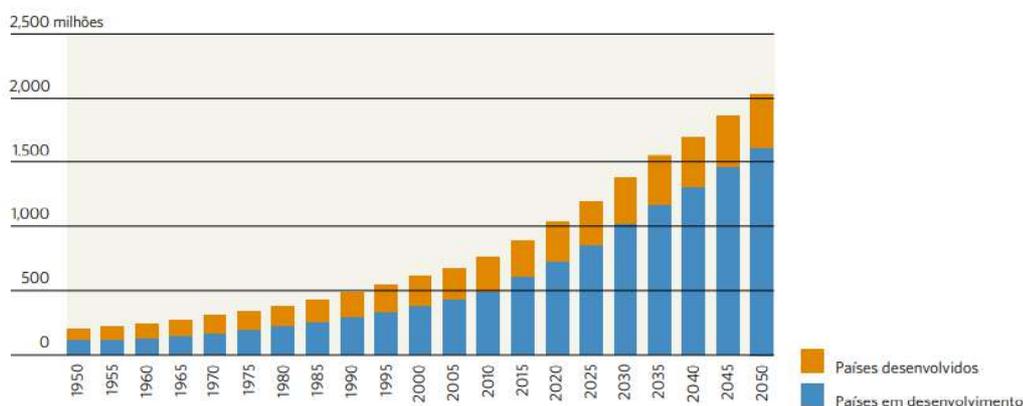


Gráfico: Autoral. Fonte: IBGE, 2022.

O contexto mundial indica que envelhecimento populacional é um fenômeno experimentado por várias regiões do mundo, sendo mais intenso nos países em desenvolvimento, e também naqueles que também apresentam uma grande população jovem (Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA, 2012).

Figura 02 - Número de pessoas com 60 anos ou mais: mundo, países desenvolvidos e em desenvolvimento, 1950 - 2050



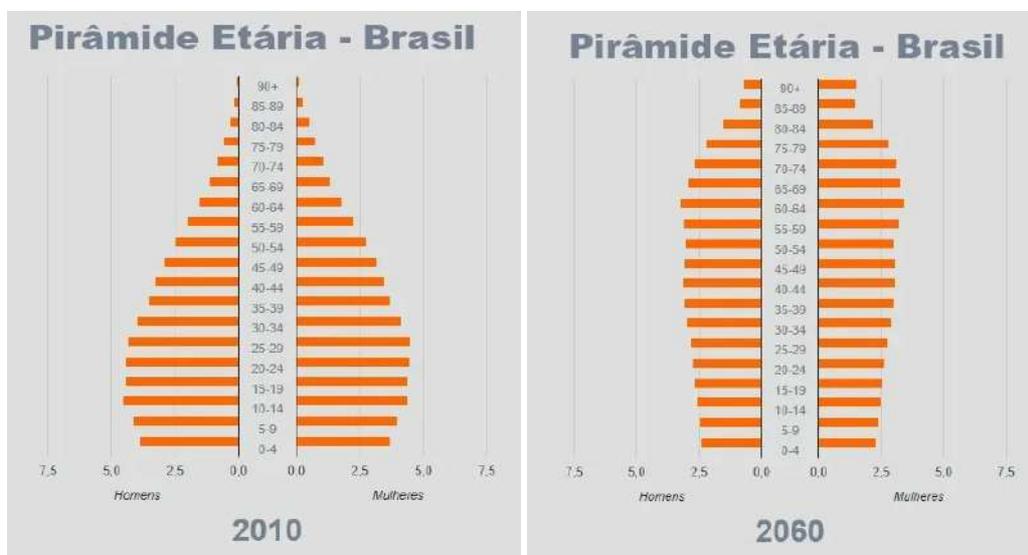
Fonte: Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, 2010.

No Brasil, a transição da estrutura etária se deu com o declínio na taxa de mortalidade a partir da década de 60, aliada a redução da taxa de fecundidade, assim como em outros

países da América Latina e em desenvolvimento. Em um ritmo relativamente mais acelerado que a maior parte dos países europeus (WONG, CARVALHO 2006). E essa mudança na estrutura etária da população também se projeta para os anos seguintes, visto que o grupo acima dos 60 anos é um dos que mais cresce no país, podendo chegar a quase um terço da população total até 2060, superando a população de jovens com até 14 anos, evidenciando um processo de inversão da pirâmide etária nacional.

Também nota-se um processo chamado por Di Veróli e Schmunis (2018) de femininização do envelhecimento, recorrente em várias cidades do país, onde o número de mulheres que compõem a parcela da população da terceira idade é superior ao número de homens.

Figura 03 - Pirâmide etária do Brasil em 2010 e projeção para 2060



Fonte: IBGE 2022.

Quando se analisa o cenário demográfico por regiões no Brasil tem-se que a participação da população idosa cresceu em todas, concentrando-se no Sudeste (16,6%) e no Sul (16,2%). Enquanto é menos intensa na região Norte, onde apenas 9,9% dos residentes do são idosos, como indicam os dados do PNAD Contínua 2020 -2021.

Outro fator relacionado ao envelhecimento populacional é a relação direta com o aumento da expectativa de vida no país. A ampliação do tempo de vida da população, que caracterizou o século XX, foi uma das maiores conquistas humanas, fato significativo no contexto da saúde pública (VERAS e CALDAS. 2004).

Na década de 40, em uma amostra de mil pessoas que atingiram os 15 anos, 535 aproximadamente completaram os 60 anos de idade. Já em 2019, esse valor foi para 868 pessoas desta mesma amostra. Além disso, nesse período a expectativa de vida dos idosos subiu 8,3 anos nesse período. Isso significa que em 1940, ao atingir 65 anos, o indivíduo teria como perspectiva de vida em média mais 10,6 anos, sendo que, esse valor é menor no caso dos homens do que das mulheres. Enquanto em 2019, esses valores passaram a ser de 18,9 anos para ambos os sexos (IBGE 2019).

Figura 04 - Evolução da expectativa de vida ao nascer em anos



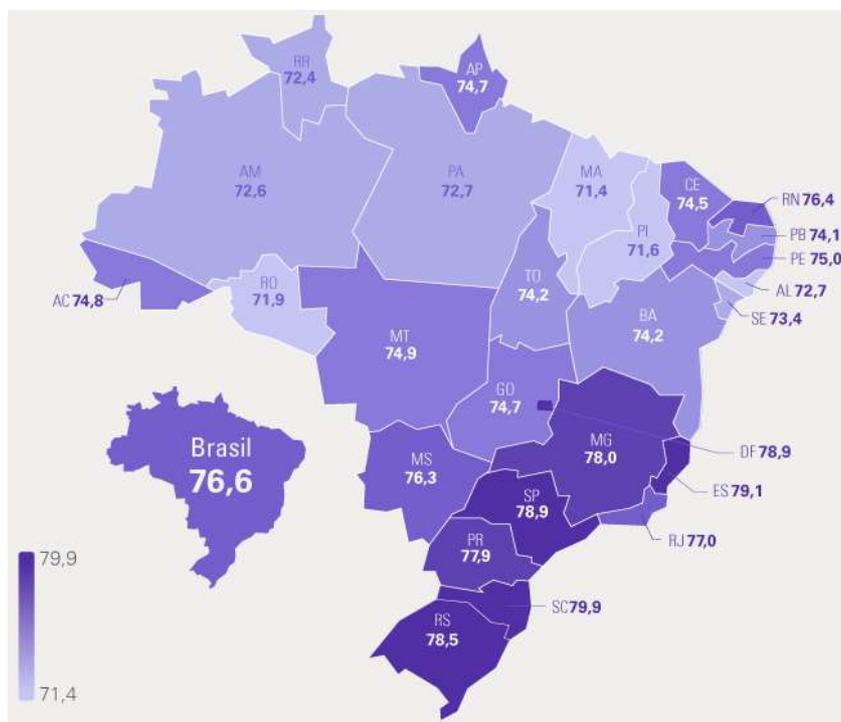
Fonte: Tábuas Abreviadas e Tábuas Completas de Mortalidade - IBGE, 2019.

Desde a década de 40, a esperança de vida aumentou 31,1 anos, fazendo com que uma pessoa nascida no Brasil em 2019 tivesse uma expectativa de vida média de 76,6 anos. Contudo, essa perspectiva varia conforme a idade e o gênero, sendo que a longevidade feminina é em média 7 anos maior que a dos homens, pois estes apresentam taxa de mortalidade superior. Considerando isso, de forma geral, pode-se notar que em todas as faixas houve declínio da mortalidade ao longo do tempo, indicando que os brasileiros estão vivendo por mais tempo.

O demógrafo e pesquisador do IBGE Fernando Albuquerque destaca que “A diminuição da mortalidade nas idades mais avançadas fez com que as probabilidades de

sobrevivência entre 60 e os 80 anos de idade tivessem aumentos consideráveis entre 1980 e 2019 em todas as unidades da federação, chegando a alguns casos a mais que dobrarem as chances de sobrevivência entre estas duas idades”. Diante disso, esse cenário corrobora para o aumento da população idosa no país, visto que a redução da mortalidade aliada ao aumento da longevidade impulsiona a frequência da parte superior da pirâmide etária nacional.

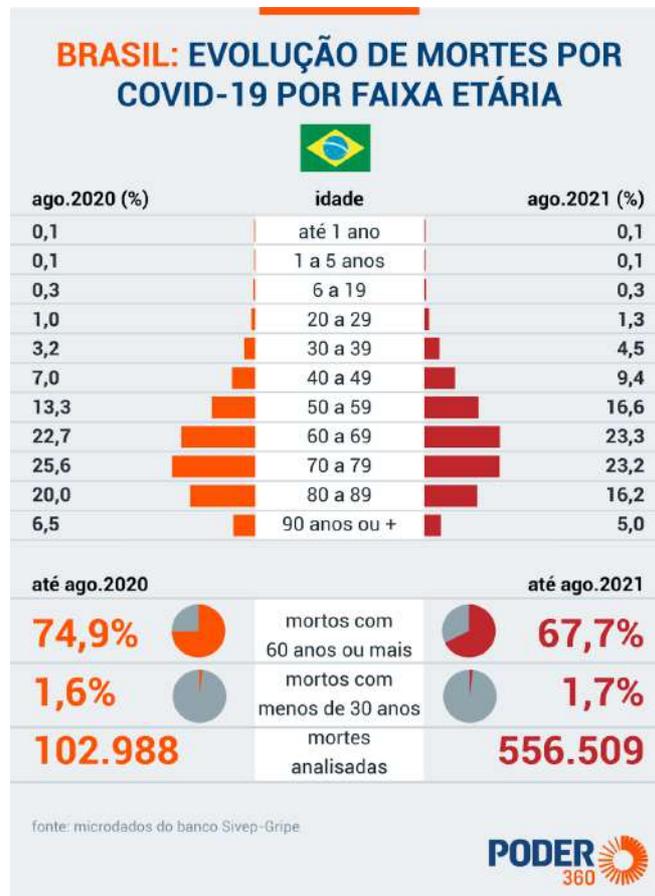
Figura 05 - Expectativa de vida ao nascer (em anos) no Brasil e UFs - 2019



Fonte: Projeção da População 2010-2060 - IBGE, 2019.

Apesar dos dados otimistas quanto à expectativa de vida e taxa de mortalidade, no ano de 2019 o mundo enfrentou a pandemia de COVID-19 que impactou significativamente a demografia brasileira. De acordo com levantamentos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) o surto do novo coronavírus reduziu a expectativa de vida no Brasil em aproximadamente 4,4 anos, caindo dos 76,6 anos antes da pandemia para 72,2 anos entre março de 2020 e dezembro de 2021. Além disso, a doença causou cerca de 685 mil mortes (Secretarias Estaduais de Saúde. Brasil, 2022), sendo o grupo da terceira idade o mais atingido, afetando diretamente a distribuição etária da população. No entanto, os cálculos da pesquisa reforçam que apesar disso a tendência é haver uma queda da taxa de natalidade e a população envelhecer cada vez mais em 2030.

Figura 06 - Evolução de mortos por Covid-19 por faixa etária no Brasil



Fonte :Ministério da Saúde do Brasil trabalhado pelo site Poder 360, 2020.

Dessa forma, conscientes do contexto demográfico a nível mundial e nacional pode-se compreender melhor sobre a urgência em se atender às necessidades específicas e se pensar em intervenções e estratégias para lidar com as implicações e os aspectos biopsicossociais desse grupo que cresce em todo o território nacional.

2.2.2. Aspectos biológicos do envelhecimento

O envelhecimento é um fenômeno complexo, natural e contínuo que todo ser humano enfrenta desde o seu nascimento que ocorre de forma sucessiva até o fim da sua vida, ou seja é um processo de constante transformação (COSTA, 1998, p.26). No entanto, não é um evento homogêneo, sendo dependente dos aspectos relacionados à vida do indivíduo. Dessa forma, cada pessoa passa por essa experiência de forma distinta considerando o grupo etário, fatores genéticos, circunstâncias histórico-culturais e sociais a que está submetido. (UCHÔA et al., 2002). Dessa forma, para Brito e Litvoc (2004), o processo caracteriza-se pela dinamicidade, progressividade e irreversibilidade, aliados aos aspectos biológicos, psíquicos e sociais.

Do ponto de vista da biogerontologia analisa-se o processo de envelhecimento como modificações biológicas que os seres vivos sofrem após o período de reprodução, afetados pelos fatores genético-ambientais e a sua influência como fator de risco para determinadas patologias. Nesse sentido Papaléo Netto (2002:10) define o conceito de envelhecimento da seguinte forma:

O envelhecimento (processo), a velhice (fase da vida) e o velho ou idoso (resultado final) constituem um conjunto cujos componentes estão intimamente relacionados. [...] o envelhecimento é conceituado como um processo dinâmico e progressivo, no qual há modificações morfológicas, funcionais, bioquímicas e psicológicas que determinam perda da capacidade de adaptação do indivíduo ao meio ambiente, ocasionando maior vulnerabilidade e maior incidência de processos patológicos que terminam por levá-lo à morte. (PAPALÉO NETTO, 1996).

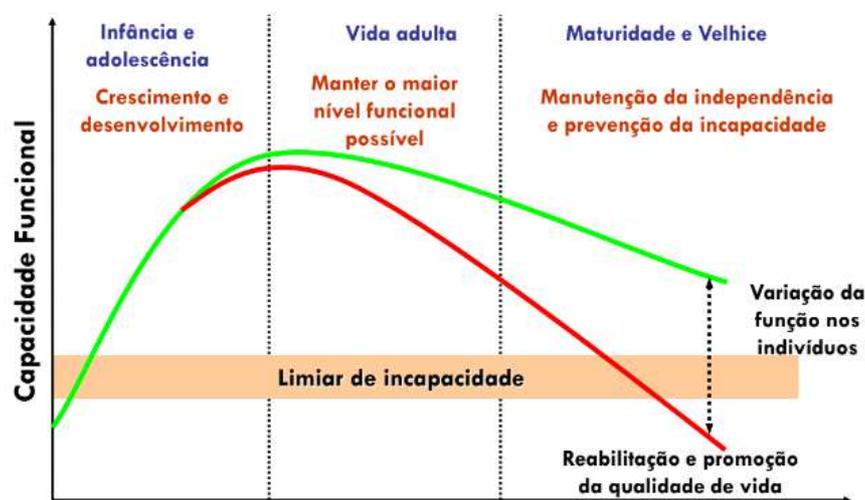
Diante da distinção do envelhecimento, Paschoal (1999) afirma que não se pode considerar apenas o critério cronológico (referente a idade) sem contemplar as condições funcionais, físicas, mentais e de saúde dos indivíduos, pois indivíduos alocados na mesma faixa etária podem apresentar diferentes condições biológicas reforçando o caráter individual do processo de envelhecimento. Apesar disso, na sociedade ainda predomina o método cronológico para definição de quem pertence a cada grupo etário. A Organização das Nações Unidas - ONU estabelece os 60 anos como a idade na qual a pessoa já pode ser considerada idosa nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, já para os países desenvolvidos, a idade é de 65 anos.

Conceituar a velhice apenas como algo cronológico apresenta contradições, visto que o envelhecimento biológico e o início das falhas funcionais podem atingir o indivíduo antes ou depois da idade estipulada convencionalmente. Por isso a necessidade de destacar aspectos psico-biológicos que afetam as pessoas em estágio de senescência. A velhice analisada pela ótica biológica pode ser considerada como uma involução nas formas de funcionamento dos sistemas fisiológicos principais, de forma variável em cada indivíduo. Nessa última fase do ciclo de vida, as manifestações físicas são marcadas pela limitação da capacidade funcional, calvície e redução da capacidade de trabalho e da resistência, além de vincular-se a perda de funções sociais, psicológicas, motoras e afetivas (PAPALÉO NETTO, 2002).

Assim, com o avanço da idade são identificadas alterações nas condições físicas, funcionais (Figura 07), mentais e de saúde do indivíduo. Com isso podem surgir doenças e consequências que podem afetar a pessoa em estágio de envelhecimento, isso não significa

que necessariamente todos os idosos vão apresentá-las, visto que envelhecer não é sinônimo de adoecer. Sendo possível que o indivíduo mantenha-se ativo por muito tempo, passando processo de forma natural e alinhada com as limitações impostas pelo passar do anos.(MELO E DA SILVA, 2003).

Figura 07 - Quadro da manutenção da capacidade funcional durante o curso de vida



Fonte: Kalache & Kickbuch, 1997; In: Guimarães RM & Cunha UGV, 2004

As primeiras manifestações costumam ser visíveis e correspondem a alterações anatômicas. Na pele dos idosos surgem manchas senis de coloração castanha ou marrom, comumente decorrentes da exposição ao sol durante a sua vida. O enfraquecimento do tônus muscular e da constituição óssea também faz parte das mudanças sofridas pelas pessoas com idade avançada, que juntamente com o endurecimento das articulações reduz a extensão do movimento e ocasiona variação no equilíbrio e na velocidade de marcha (NETTO, 2003).

Diante do exposto sobre as condições físicas e motoras é comum que idosos estejam propensos a quedas, que nessas condições podem ter consequências graves, estando associadas a elevados índices de morbi-mortalidade, redução da capacidade funcional e institucionalização precoce (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007). Em razão disso, o Ministério da Saúde considerou esse problema como doença de causa externa pela Classificação Internacional de Doenças (CID-10).

As principais causas relacionadas às quedas de idosos são listadas no Caderno de Atenção Básica, nº 19 - Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa (CAB IDOSO, 2007) são:

- Relacionadas ao ambiente;
- Fraqueza/distúrbios de equilíbrio e marcha;

- Tontura/vertigem;
- Alteração postural/hipotensão ortostática;
- Lesão no SNC;
- Síncope;
- Redução da visão.

Além disso, o CAB IDOSO também apresenta fatores de risco que aumentam a chance de ocorrência de quedas, divididos em fatores intrínsecos, que são decorrentes das alterações fisiológicas relacionadas ao envelhecimento, doenças, fatores psicológicos e de reações adversas de medicações em uso. E os extrínsecos, relacionados ao espaço, a conduta e as atividades das pessoas idosas, sendo que os principais fatores correspondem a ambientes inseguros e mal iluminados, mal planejados e mal construídos, com barreiras arquitetônicas. O CAB IDOSO também cita que os principais acidentes de queda ocorrem no ambiente residencial e nas proximidades durante a realização de atividade cotidiana.

Extrapolando o contexto residencial tem-se que os espaços públicos também podem oferecer riscos semelhantes. A presença de pisos escorregadios e irregulares, escadas mal projetadas e em excesso, iluminação inadequada, existência de obstáculos (fios elétricos, mobiliários e entre outros) no local de circulação podem se tornar uma ameaça à segurança e mobilidade do idoso que o frequenta.

Além dos problemas relacionados ao sistema músculo-esquelético, o sistema nervoso também pode ser comprometido pelo avanço da idade. Sendo que o Sistema Nervoso Central (SNC), responsável pelas sensações, movimentos, funções psico-sociais e biológicas é mais afetado, preocupando os especialistas visto que esse sistema não apresenta capacidade reparadora (CANÇADO E HORTA, 2002). Entre as ações deletérias do tempo sobre o SNC estão a redução na velocidade de condução nervosa, redução da intensidade dos reflexos e do poder de reação, além de restrições das respostas motoras e da capacidade de coordenação (DE VITTA, 2000).

Doenças psicológicas e mentais também podem acometer pessoas da terceira idade, afetando a qualidade de vida delas e em alguns casos sendo até irreversíveis. A depressão, frequentemente confundida com tristeza, é a mais recorrente entre esse público, sendo seguida da ansiedade, do estresse, da agitação e das mudanças de humor (MELO e DA SILVA, 2003).

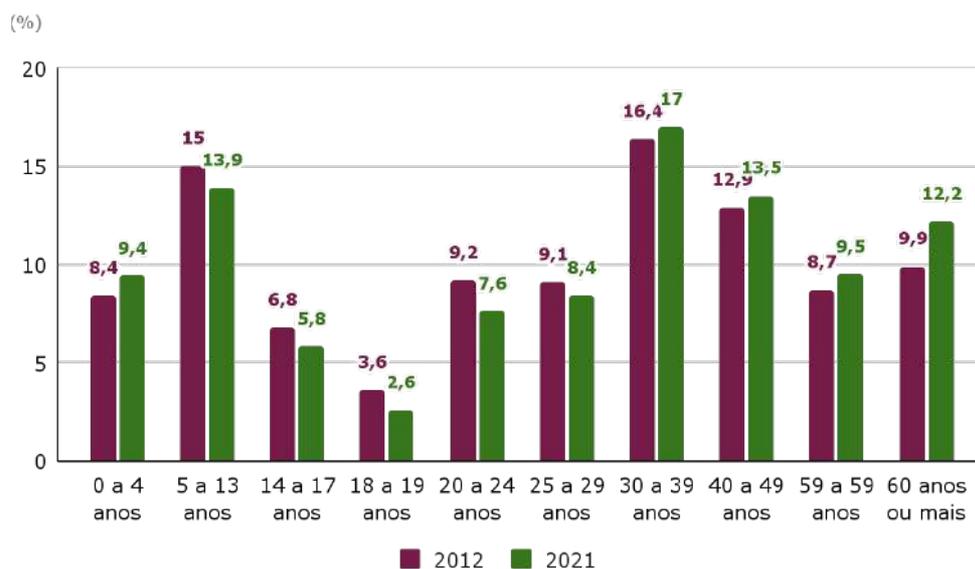
Ademais as condições físicas e biológicas, fatores externos podem contribuir para o desenvolvimento de doenças psicológicas na velhice. Segundo Aristóteles (384 - 322 a.C.), o homem é naturalmente um ser social, por isso a necessidade de viver em sociedade, no entanto com o envelhecimento e a consequente perda de autonomia, o idoso pode sofrer um

distanciamento do convívio e dinâmica social da cidade ocasionando frustração e tristeza que podem evoluir para um quadro mais grave de patologia.

2.2.3. Idoso no contexto do município de Campo Grande - MS

No Mato Grosso do Sul, assim como no restante do país, a população idosa passa por processo de crescimento. De acordo com dados do PNAD 2021, a quantidade de pessoas acima de 60 anos passou da estimativa de 9,9% de 2012 para 12,2% da população total em 2021. Além disso, a expectativa de vida ao nascer no estado subiu de 74,4 anos para 76,3 anos, sendo o 10º melhor índice no país, embora ainda esteja abaixo da média nacional, de acordo com o IBGE.

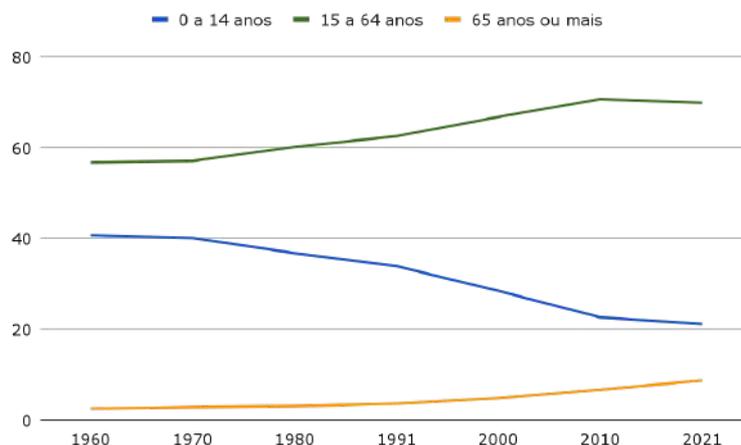
Gráfico 02 - Distribuição da população (%) sul mato grossense, em 2012 e 2021, por grupos etários



Fonte: IBGE, 2021. Elaboração autoral.

Em meados da década de 80, predominava na estrutura etária de Campo Grande uma população majoritariamente jovem. No entanto, a partir desse período, esse grupo começou a declinar enquanto a faixa etária acima dos 65 anos seguiu uma trajetória ascendente até os dias atuais.

Gráfico 03 - Participação dos grupos de idade em Campo Grande (%) - 1960/2021



Fonte: IBGE, 2021. Elaboração autoral.

No que diz respeito à economia, o CENSO 2010 indica que no município de Campo Grande a maior parte das pessoas responsáveis pelos domicílios estão acima dos 65 anos. E essa situação aliada ao crescimento da terceira idade na cidade torna necessária a criação de programas como o Programa Ativa Idade (2018) para estimular a volta desse público ao mercado de trabalho, oferecimento de capacitação, reciclagem e requalificação profissional.

Tabela 01 - Pessoas responsáveis pelos domicílios, por grupos de idade, em Mato Grosso do Sul e Campo Grande

Grupos de idade	Mato Grosso do Sul	Campo Grande
10-14	1.609	619
15-19	11.972	3.638
20-24	46.776	14.492
25-29	76.155	24.380
30-34	88.114	28.856
35-39	88.489	29.221
40-44	87.837	29.061
45-49	84.173	28.512
50-54	72.472	24.802
55-59	60.279	20.383
60-64	47.148	15.553

Grupos de idade	Mato Grosso do Sul	Campo Grande
10-14	1.609	619
65 anos ou mais	98.980	31.150
Total	764.004	250.667

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Elaboração: Autoral.

Diante desse cenário se mostra, que o contexto em que idoso se insere no município de Campo Grande - MS está alinhado com o cenário no país, além de permitir a compreensão sobre a importância desenvolver alternativas que permitam a esse grupo continuar sendo integrado a estrutura social e física (espaços público), participando ativamente dela.

2.3. A cidade como um lugar de memória e identidade

As condições de acessibilidade e mobilidade do espaço determinam a qualidade do ambiente, mas existem outros condicionantes mais subjetivos para a decisão do indivíduo em frequentar o local, como as sensações e sentimentos.

Nesse sentido, surgiu o conceito de Gerontologia Ambiental dedicado abordar a relação entre as pessoas idosas e seu entorno socioespacial. Sendo o pertencimento um campo que compõem a estrutura desse estudo, comumente expressada através da satisfação residencial, apego ao lugar e significados atribuídos ao lugar e/ou compartilhados, e reflete uma orientação ambiental em termos de passado, presente e futuro. (BATISTONI, 2014).

Na perspectiva do idoso, indivíduo frequentemente apegado às memórias vivenciadas, o reconhecimento de um local como parte da sua história e identidade aumenta a sensação de pertencimento, fazendo com que sintam-se mais confortável e incentivado a frequentá-lo. Pois o fato de se estar em um lugar conhecido proporciona alterações positivas de humor, equilibra a capacidade de atenção e possibilita maior contemplação dos próprios sentimentos (Macedo et al., 2008).

Kevin Lynch (1997) afirma que a imagem da cidade é formada pela soma das sensações vivenciadas ao observar e viver em um espaço, caracterizando-o pela presença de significados e lembranças que dizem respeito às experiências de cada indivíduo. Bertini (2006) complementa a ideia reiterando que a sensação de pertencimento é reflexo da memória vivida em determinado momento e local.

Com isso, para garantir o bem estar e a manutenção da população longeva integrada a sociedade e usufruindo dos espaços públicos é necessário considerar as sensações subjetivas proporcionadas pela sua relação com o ambiente em outros períodos.

2.4. Espaço público como ferramenta para inclusão

O espaço público urbano e a inclusão social estão diretamente ligados. Sasaki (1999) conceitua como inclusão o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder integrar as pessoas. Constituindo assim um fenômeno bilateral no qual, os indivíduos, ainda excluídos e a sociedade buscam, em parceria, resolver problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

É comum para uma parte da sociedade enxergar o idoso como um sujeito distante da dinâmica social. A condição de fragilidade em que se encontra faz com que o envelhecimento por muitas vezes se mostre como causa de isolamento. Por muitas vezes, a imagem associada à chegada da terceira idade é da estagnação e perdas (RODRIGUES E SOARES, 2006).

Por não conseguir se adaptar às exigências da sociedade, que impõe agilidade física e mental para exercer as tarefas do cotidiano, o idoso vai perdendo seu papel como empregado, consumidor, cidadão, chefe de família entre outros, ficando relegado à simples espectador dos acontecimentos a sua volta, sem o direito de externar opiniões, assumir responsabilidades, participar de decisões ou cobrar obrigações; para a nossa sociedade menos esclarecida, o idoso é um "chato", "ultrapassado", "lento" e outros estereótipos que o colocam na posição descartável (BARSANO et al. 2014, pg. 62).

Parte do desafio urbano é garantir oportunidades iguais a diferentes grupos sociais para transitar pela cidade e acessar o espaço comum (GEHL, 2010). Dessa forma, é necessário criar condições e incentivar a socialização do idoso fora do ambiente residencial, motivando-o a frequentar novos espaços, interagir com outros grupos e desenvolver atividades variadas para aumentar a sua autoestima e melhorar a sua qualidade de vida. No entanto, essa situação depende da viabilização pela cidade de condições para a inclusão proporcionando individualidade, autonomia e segurança aos seus usuários longevos (ALMEIDA et al., 2010).

Nesse sentido, Gehl (2010) considera o conceito de sustentabilidade social como amplo e desafiador. Tem como objetivo oportunizar a vários grupos da sociedade oportunidades equivalentes de acesso ao espaço público e de transitar pela cidade. Além disso, apresenta uma importante dimensão democrática que é permitir acesso a todos de forma que possam encontrar “os outros” nos espaços públicos, através de espaços acessíveis e atrativos, mas esse objetivo encontra o empecilho da diferença de renda entre ricos e pobres,

visto que com a pobreza generalizada as oportunidades de grupos de pessoas marginalizadas são limitadas.

O espaço urbano sendo pensado a partir das novas necessidades e demandas geradas com o processo de envelhecimento e, incluindo a participação social, estará apto a promover o equilíbrio dinâmico entre as dimensões da sustentabilidade, tornando-se uma cidade para todas as idades. (MONTEIRO, ZAZZETTA, ARAÚJO JÚNIOR, 2015, pg.117).

O entorno imediato do ambiente doméstico e as praças apresentam grande potencial como espaços públicos de livre acesso que promovem a formação de vínculos sociais e o encontro, principalmente devido à condição de mobilidade reduzida que frequentemente atinge as pessoas de mais idade (PRADO et al., 2010). Particularmente na questão do idoso, esses espaços estimulam a permanência física, cognitiva, social e afetiva, sucedendo benefícios para a saúde e bem estar dos indivíduos (SILVA et al. 2015)

O espaço público apresenta caráter relacional entre as pessoas e a materializa-se como um ambiente acessível e onde as regras do convívio e o debate devem ser respeitados faz com que locais como praças, ruas, praias, desempenhem um relevante papel político, além de serem nesses ambientes que frequentemente se apresentam situações variadas, pessoais ou sociais, econômicas e culturais, e onde as carências de vários tipos se evidenciam (DÁLIA LIMA, 2006).

O espaço público é, antes de tudo, o lugar, praça, rua, praia, qualquer tipo de espaço onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa, dentro de regras de convívio e debate. Assim, paradoxalmente, embora o espaço público possa ser também o lugar das indiferenças, ele caracteriza-se, na verdade, pela submissão às regras da civilidade. (SUN ALEX, 2008, p. 12).

Dessa forma, um espaço público para ser considerado bom precisa refletir a diversidade e incentivar a convivência, criando as condições adequadas para a permanência, atraindo os indivíduos para interagir com a cidade. Ben Rogers (2017) afirma que espaços diversificados e vivos tornam a sociedade menos desigual e mais democrática, oferecendo acesso irrestrito e gratuito para todos os segmentos sociais, possibilitando ao idoso estar em

contato com o ambiente livre, favorecendo a interação com outras pessoas e o desenvolvimento de atividades físicas que promovem o bem estar do corpo e da mente.

2.5. Mobilidade de idosos nas cidades

A condição de mobilidade nas cidades interfere diretamente na relação que as pessoas têm com o espaço, visto que todos dependem dela de alguma maneira para ir de um local a outro com qualidade, eficiência e segurança, além de relacionar-se com o direito de ir e vir previsto pela Constituição Federal (1988).

“É um atributo das cidades e se refere à facilidade de deslocamentos de pessoas e bens no espaço urbano. Tais deslocamentos são feitos através de veículos, vias e toda a infra-estrutura (vias, calçadas, etc.) que possibilitam esse ir e vir cotidiano. (...) É o resultado da interação entre os deslocamentos de pessoas e bens com a cidade. (...)” (Anteprojeto de lei da política nacional de mobilidade urbana, Ministério das Cidades, 2. ed, 2005)

O termo mobilidade, anteriormente apresentava um conceito restrito relacionado apenas à circulação de veículos, no entanto após a instituição da Política Nacional de Mobilidade Urbana - PNMU pela Lei Federal nº 12.587 de 2012, teve sua definição ampliada para focar também nos indivíduos. Dessa forma, o art 4º desta lei considera “mobilidade urbana: condição em que se realizam os deslocamentos de pessoas e cargas no espaço urbano” E diante desse sentido mais abrangente constitui-se um avanço político e social ao identificar as desigualdades dos transportes urbanos no país e ao instituir instrumentos legais que visam melhorar esse cenário (WRI BRASIL 2017)

Figura 08 - Problemas centrais da mobilidade urbana



Fonte: Tribunal de Contas da União (TCU), 2010. Elaboração: autoral

O Ministério das Cidades afirma que “a mobilidade urbana é ao mesmo tempo causa e consequência do desenvolvimento econômico-social, da expansão urbana e da distribuição espacial das atividades.” Sendo assim, o Tribunal de Contas da União (2010) estabelece quatro pilares em que se apoia o conceito de mobilidade urbana voltados ao desenvolvimento sustentável das cidades, à equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo e ao uso do espaço público de circulação.

- I. integração do planejamento do transporte com o planejamento do uso do solo;
- II. melhoria do transporte público de passageiros;
- III. estímulo ao transporte não motorizado;
- IV. uso racional do automóvel.

Um dos grandes desafios da mobilidade urbana na maioria das cidades brasileiras relaciona-se ao crescimento desordenado dos municípios; à desarticulação entre planejamento urbano e planejamento de transporte; e ao crescente uso do transporte individual motorizado (TCU, 2010). Em razão desse cenário, Clarisse Linke (2017) afirma que, a condição de cidades partidas, vazios urbanos e lugares onde as pessoas não se sintam atraídas a permanecer ou passar são resultados desse modelo de mobilidade que prioriza uma rede hierárquica de vias definidas para veículos motorizados particulares.

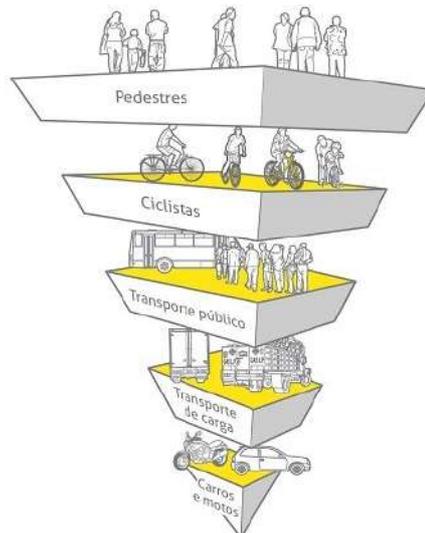
Dessa forma, para Linke, é preciso promover um novo paradigma de mobilidade, no qual a cidade seja vista em diferentes escalas, com mais opções de deslocamento e que priorizem os pedestres, sendo inclusiva para todos os cidadãos, independentemente de idade, classe social e bairro de residência.

“A alta prioridade dada ao tráfego e estacionamento de veículos criou condições pouco favoráveis aos pedestres de todo o mundo. Ter bastante espaço para caminhar é importante para todos os grupos, sobretudo para crianças, idosos e deficientes.” (Gehl, 2010, p.122).

Para Gehl (2010) privilegiar o deslocamento a pé, de bicicleta ou por transporte público é essencial para fortalecer o conceito de cidade sustentável. Municípios que investem nesses sistemas proporcionam benefícios à economia e ao meio ambiente, além de contribuir com a mudança de hábito da comunidade para comportamentos mais saudáveis. Sendo que desses, a caminhada é o mais democrático e mais econômico, motivo pelo qual precisa ocupar uma posição de destaque. Assim, o PNMU estabelece que os modos de transportes não

motorizados têm prioridade sobre os motorizados e dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado.

Figura 09 - Pirâmide inversa de prioridade no trânsito



Fonte: ITDP Brasil.

O caminhar é um movimento que o indivíduo de um local a outro mas permitindo que o mesmo interaja de forma mais intensa com o ambiente. Assim, Gehl (2010), elenca que para que o deslocamento desse modo seja efetivo é preciso que as distâncias sejam adequadas, fator reforçado pelo conceito de quadras curtas de Jane Jacobs (2000), que promovem menores espaços a serem percorridas e maior variedade de percurso. Também ressalta que o local precisa ser livre e desimpedido, sem interrupções e obstáculos para que o trajeto seja considerado agradável, confortável e seguro. Gehl ainda aborda sobre o tempo de espera em semáforos, defendendo que atravessar a rua deveria ser um direito humano sem a necessidade de solicitar, pressionando botões por exemplo, embora essas estratégias sejam amplamente utilizadas com a justificativa de organizar a cidade e garantir a segurança de pedestres e demais transeuntes em veículos motorizados, o autor afirma que esses métodos têm um objetivo “proporcionar mais espaço e melhores condições para os carros. Como consequência, caminhar ficou mais difícil e muito menos atrativo” (GEHL, 2010).

Na hierarquia de prioridades de mobilidade, o transporte através de bicicletas ocupa a segunda posição. Para Gehl (2010), a opção pelo ciclismo também se mostra um sistema universal a todos os grupos, desde os mais jovens até os mais idosos, e trata-se de um meio aliado na promoção de cidades vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis. O autor afirma, que para que esse tipo de tráfego seja eficiente é necessário que o sistema de ciclovias e

ciclofaixas seja coeso e envolvendo a cidade toda. E complementa defendendo a importância de pensar locais para estacionar as bicicletas com segurança e promover estratégias como ciclovias protegidas por meios-fios e carros estacionados, para que o tráfego de ciclistas não seja vulnerável aos veículos motorizados, com atenção especial para os cruzamentos.

Ciclovias razoavelmente largas, proteção de meios-fios, travessias para bicicletas nos cruzamentos, sinais de tráfego especiais que ficam verdes seis segundos antes do que para carros, e as “ondas verdes” que garantem que as bicicletas possam atravessar a cidade sem interrupções, fazem parte dos elementos da bem-sucedida política para bicicletas. (Gehl, 2010, p.188)

Entrando na esfera dos transportes motorizados, os sistemas de massa e público aparecem antes dos particulares como estratégia para contribuir com a criação de um bom espaço público (GEHL, 2010). Diante disso, o PNMU estabelece o incentivo a implantação de projetos de transporte público coletivo de grande e média capacidade nas aglomerações urbanas e nas regiões metropolitanas e também estimula a eficácia e a eficiência dos serviços de transporte público coletivo.

Por fim, na base da pirâmide hierárquica situam-se os veículos motorizados particulares, que ainda têm prioridade no planejamento de diversas cidades. Embora diversos autores como Gehl (2010) afirmam que prioriza-los e projetar cada vez mais vias para recebê-los funciona como um convite a utilização cada vez mais intensa desse modal e expõe a necessidade de incentivar outras tipologias de transporte. Além disso, para Cullen (1971) as vias precisam apresentar sinalizações verticais e horizontais claras de forma a transmitir uma indicação inequívoca.

2.6 A cidade acessível para idosos (Acessibilidade)

A norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR 9050:2020 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos dispõe sobre os parâmetros técnicos de acessibilidade no Brasil e a define como possibilidade e condição adequada para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, além de outros serviços e instalações abertos a sociedade, de uso público ou privado por todos os grupos sociais.

Sob a ótica do envelhecimento, são identificadas necessidades espaciais específicas diante do processo que impõe limitações que afetam a forma como esse grupo interage com o contexto em que está inserido. Por outro lado, esses empecilhos podem ser minimizados ao

promover espaços que sejam confortáveis, seguros e acessíveis, satisfazendo a demanda das pessoas idosas.

Objetivando atender a essas necessidades surgiu o conceito de Desenho Universal, definido por Carletto e Cambiaghi (2008) como a criação de projetos acessíveis para todas as pessoas, independente de suas características pessoais, idade, ou habilidades, de forma que qualquer ambiente ou produto poderá ser alcançado, manipulado e usado, independentemente do tamanho do corpo do indivíduo, sua postura ou sua mobilidade por todos os públicos. Nesse sentido, O Ministério da Saúde, pelo Decreto Federal no 5.296/04, define como Desenho Universal:

A concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade (BRASIL, 2004, p.26).

Assim, o espaço urbano será considerado apropriado ao conceito de desenho universal quando for possível o trânsito e o deslocamento pela cidade, acesso e uso dos espaços livres e utilização do transporte público com autonomia e independência por qualquer indivíduo, independente da condição física ou etária. (PRADO et al. 2010).

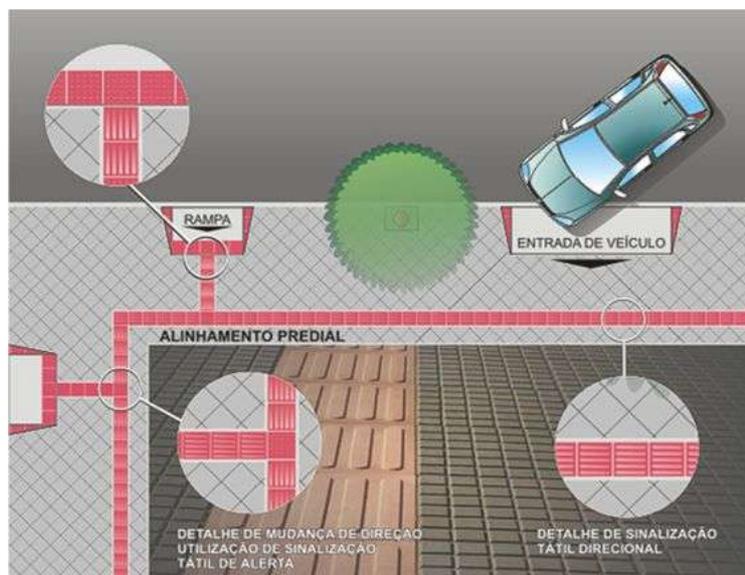
Nesse contexto, são identificadas quatro categorias de elementos constituídas por diretrizes que direcionam as características físicas à criação de um espaço acessível, sendo eles: orientação espacial, comunicação, deslocamento e uso. (DISCHINGER E BINS ELY, 2006).

Dischinger e Bins Ely (2006) definem que a orientação espacial está relacionada à facilidade com que o usuário consegue compreender a identidade e as funções dos espaços bem como definir planos para seu deslocamento e uso. Dessa forma, a NBR 9050 estabelece condições para a informação e sinalização de maneira a garantir uma adequada orientação aos usuários em geral. O documento explicita a necessidade de utilização de no mínimo dois sentidos: visual e tátil ou visual e sonoro, além de ser autoexplicativa, perceptível e legível para todos, inclusive às pessoas com necessidades especiais.

Um exemplo desse item é o emprego do piso tátil nas calçadas que servem principalmente para auxiliar na orientação de pessoas com deficiência visual ou baixa visão (ABNT NBR 9050:2020). Como explicitado anteriormente, a condição de redução é uma das

consequências do processo de envelhecimento, razão pela qual o seu emprego é visto como um aliado na conquista da acessibilidade desse e de outros públicos que precisem. (DISCHINGER E BINS ELY, 2006).

Figura 10 - Detalhe calçada com piso tátil



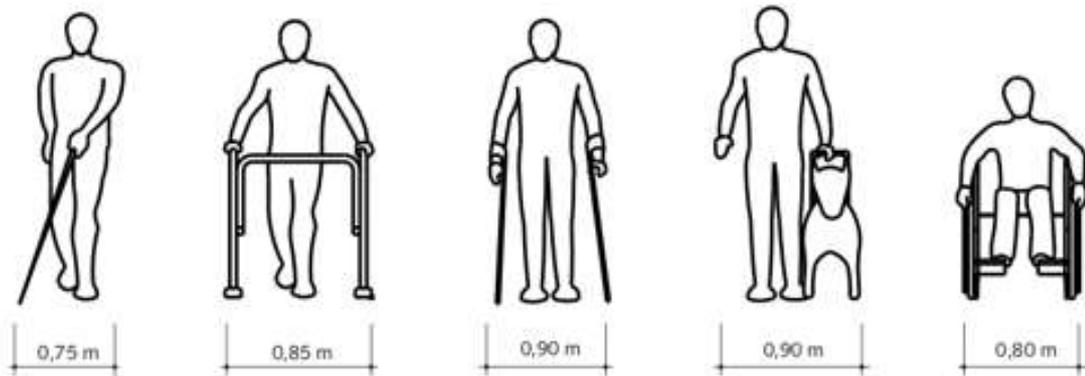
Fonte: Inpreart. 2013

O componente de comunicação diz respeito às possibilidades de troca de informações entre os indivíduos e o ambiente e entre si, podendo ser complementado pela utilização de equipamentos de tecnologia assistiva. Trata-se de um item relevante a ser considerado para otimizar a independência e autonomia de pessoas com deficiência auditiva, problemas na fala ou deficiência cognitiva, problemas que podem afetar a terceira idade.(DISCHINGER E BINS ELY, 2006).

O deslocamento por sua vez refere-se a possibilidade de todos os públicos transitar de forma independente, segura e confortável, sem interrupções e livre de barreiras físicas nos ambientes. Nessa categoria podem ser empregados alguns recursos que facilitem essa circulação como o emprego de piso regulares e antiderrapantes, corrimão e patamares em rampas e escadas.(DISCHINGER E BINS ELY, 2006).

Para padronizar e tornar mais eficiente a condição de acessibilidade no processo de movimentação a ABNT NBR 9050:2020 estabelece requisitos mínimos que devem ser considerados. Como é o caso das dimensões mínimas para circulação e deslocamento nas calçadas, para diferentes usuários, principalmente aquelas pessoas com dificuldade de mobilidade.

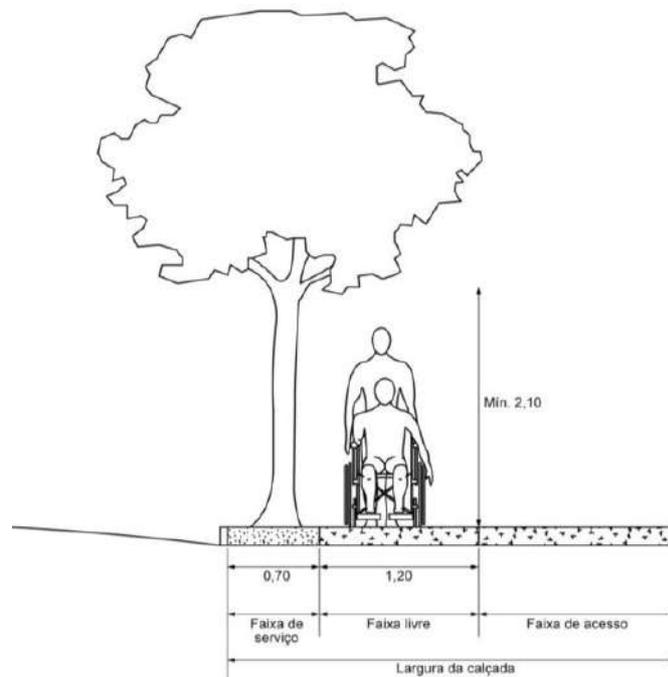
Figura 11 - Dimensões referenciais para deslocamento de pessoas



Fonte: NBR 9050, 2020.

A Norma define ainda as condições de dimensionamento mínimas exigidos para calçadas. A largura da calçada pode ser dividida em três faixas de uso: faixa de serviço, faixa livre ou passeio e faixa de acesso. Sendo que a faixa livre destina-se exclusivamente à circulação de pedestres, deve ser livre de qualquer obstáculo, ter inclinação transversal até 3%, ser contínua entre lotes e ter no mínimo 1,20 m de largura e 2,10 m de altura livre.

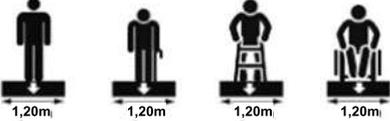
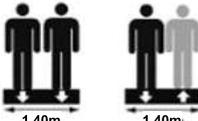
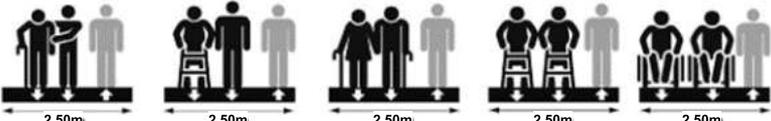
Figura 12 – Faixas de uso da calçada



Fonte: NBR 9050, 2020.

Diante da variabilidade do perfil do pedestre local, a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - USP propõe na Cartilha orientativa de desenho urbano para melhoria da caminhabilidade da população idosa (2022) dimensões de faixa livre adequadas para atender a diferentes grupos e quantidade de pedestres como mostra a tabela abaixo.

Tabela 02 - Exemplos de grupos de pedestres e as respectivas larguras ocupadas na faixa livre das calçadas.

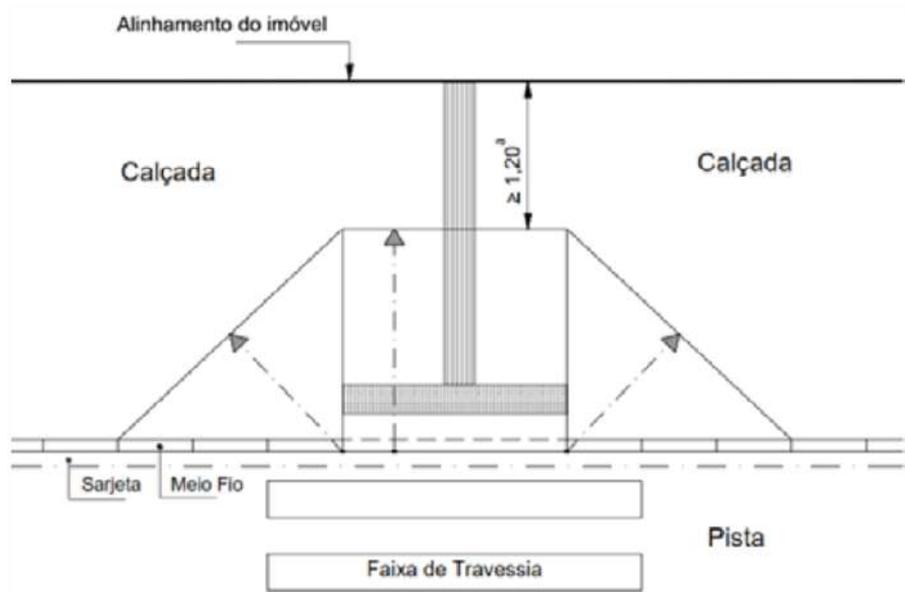
Faixa de calçada livre	Grupos e quantidades de pedestres atendidos de acordo com a largura da faixa livre
1,20 metro	<p>Atende o fluxo de apenas um idoso saudável, ou um idoso utilizando bengala, andador ou cadeiras de rodas</p> 
1,40 metro	<p>Atende o fluxo de um idoso saudável com acompanhante ou um idoso saudável e uma pessoa no contrafluxo</p> 
1,55 metro	<p>Atende o fluxo de um idoso utilizando bengala ou andador com acompanhante ou pessoa no contrafluxo, ou casal de idosos com bengala</p> 
1,70 metro	<p>Atende o fluxo de dois idosos com uso de andador ou cadeiras de rodas</p> 
2,50 metros	<p>Atende um idoso com uso de bengala ou andador com acompanhante e uma pessoa no contrafluxo, ou dois idosos com bengala, andador ou cadeira de rodas e uma pessoa no contrafluxo</p> 

Fonte: Cartilha orientativa de desenho urbano para melhoria da caminhabilidade da população idosa, 2022.

Outro item abordado pela ABNT NBR 9050:2020 associado a condição de deslocamento são os parâmetros para uma travessia segura. Incluindo a utilização de da faixa elevada, o rebaixamento de calçada, que deve ser construído na direção do fluxo da travessia

de pedestres com inclinação menor que 8,33 % e a utilização de rampas com inclinação máxima de 5,00%

Figura 13 - Rebaixamento de calçada



Fonte: NBR 9050, 2020.

É válido ressaltar que calçadas irregulares, com buracos, muitos desníveis e mal sinalizadas apresentam maior risco à segurança dos idosos, sendo mais suscetíveis a causar acidentes como a queda.

Por fim, a categoria do uso, corresponde a utilização dos espaços, dos equipamentos e dos mobiliários urbanos que compõem o ambiente. No entanto, para que sejam efetivamente utilizados é necessário considerar os aspectos de ergonomia e configuração espacial.

2.7 Mobiliários urbanos adequados para a terceira idade

Todos os elementos que compõem o cenário devem ser pensados e elaborados de forma a garantir a funcionalidade e atender eficientemente às necessidades dos usuários, incluindo os mobiliários urbanos. A proposta adequada a função é compatível com o espaço e público desses componentes da configuração urbana podem interferir diretamente na qualificação do espaço, como afirma Jáuregui (2001).

“[...]mobiliário urbano é todo equipamento disposto no espaço público para uso coletivo, que tem como objetivo a satisfação das

necessidades do cidadão, quanto a circulação, informação, lazer, comunicação, segurança e bem-estar“. (Bins Ely, 2000, p.203)

Diante dessa definição, pode-se considerar mobiliários urbanos elementos como: Os pontos de ônibus, bancos, sinalização, telefones públicos, iluminação pública, lixeiras, caixas de correio, hidrantes, cabines telefônicas, entre outros. E para John e Reis (2010), é possível categorizar esses elementos de acordo com a sua função. O IPPUC/Curitiba (1996), estabeleceu uma classificação baseada na funcionalidade que abrange um considerável número de elementos utilizados na cidade, mostrada no quadro abaixo.

Tabela 03 - Classificação do mobiliário urbano

FUNÇÃO	COMPONENTES
Circulação e transporte	<ul style="list-style-type: none"> • Abrigos de ônibus • Calçadas • Pista Tátil para deficientes visuais • Rampas para deficientes físicos • Sinalização Horizontal/ Vertical
Cultura	<ul style="list-style-type: none"> • Escultura • Marcos e monumentos • Portais • Painéis Artísticos
Esporte e Lazer	<ul style="list-style-type: none"> • Projetos em casos especiais: Playground; Mesas para prática de esportes.
Infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de Comunicação • Telefones Públicos • Sistema de Energia • Sistema de Iluminação Pública • Sistema de Saneamento
Segurança pública	<ul style="list-style-type: none"> • Módulo Policial • Tótems da Polícia Militar • Protetores de Passeio
Comércio	<ul style="list-style-type: none"> • Quiosques de uso comercial em logradouro público • Comércio ambulante • Barracas
Informação e comunicação visual	<ul style="list-style-type: none"> • Posto de informações turísticas • Relógios/Termômetros • Relógios acústicos • Comunicação Visual • Sinalização
Ornamentação da paisagem e ambientação urbana	<ul style="list-style-type: none"> • Ornamentação da Paisagem

Fonte: IPPUC/Curitiba (1996). Elaboração autoral

A ergonomia é outro aspecto do mobiliário que deve ser considerado visando a questão da funcionalidade e acessibilidade. Os componentes urbanos devem ser projetados para serem utilizados por todos os públicos, incluindo idosos. Além disso, a distribuição e disposição desses mobiliários no espaço urbano também deve ser levado em consideração de forma a não atrapalhar a mobilidade e acessibilidade dos usuários, ou seja, esses não componentes não podem se transformar em obstáculos para a população ((JOHN e REIS, 2009).

Assim, verifica-se a importância e necessidade de planejar o mobiliário urbano objetivando garantir a acessibilidade dos idosos. Para isso, nas legislações nacionais são estabelecidos critérios a serem seguidos, como é o caso da Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que define normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade. No que tange os mobiliários essa lei define:

“Mobiliário urbano: conjunto de objetos existentes nas vias e nos espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos de urbanização ou de edificação, de forma que sua modificação ou seu traslado não provoque alterações substanciais nesses elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, terminais e pontos de acesso coletivo às telecomunicações, fontes de água, lixeiras, toldos, marquises, bancos, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga” (Lei nº 10.098, 2000).

Dornelles (2006) defende sugestões para atender as necessidades espaciais dos idosos no que diz respeito ao projeto dos mobiliários. Entre elas destaca-se a necessidade de implantação em todas as áreas e em quantidade suficiente para contemplar a população, desde que não interfiram na livre circulação. Também defende que devem ser autoexplicativos e de fácil visualização, além de serem projetados para permitir a utilização do idoso sem esforço físico excessivo.

Outras condições também podem ser aplicadas aos mobiliários urbanos para torná-los mais acessíveis e adequados ao público de idade avançada, como utilização de acionamento de botões por pressão, que não exige coordenação motora fina ou ter diferentes formas de acionamento. Também recomenda-se a priorização de mobiliários rígidos e fixos que possam servir como pontos de apoio para os idosos e o emprego de cores diferentes e contrastantes para diferenciá-los dos pisos e demais elementos verticais localizados próximos. (DORNELLES, 2006).

Além disso, também determina parâmetros de ordenamento e locação desses elementos no espaço público, de maneira a permitir a utilização por todas as pessoas. Outras normativas como a NBR 9050 e o Estatuto do Idoso (2003) trazem aspectos para garantir que os objetos atendam às condições físicas e necessidades de acessibilidade.

3. POLÍTICAS E LEGISLAÇÕES

Nessa parte da pesquisa serão explicitados os aspectos legislativos, iniciativas e políticas públicas, urbanísticas, sociais, econômicas e de saúde, com foco nos idosos e a condição de envelhecimento elaborada e adotada no contexto nacional e mundial. Também sobre os aspectos legais, o capítulo analisa as principais leis que regem a organização espacial da cidade.

3.1 Aspectos legais, Iniciativas e Políticas Públicas sobre idosos

As práticas de iniciativas e políticas públicas voltadas para o público longo vivo são relativamente recentes tanto no contexto nacional quanto internacional. Para Mendonça (2010), que considera a velhice como uma questão social e política, a discussão e implementação de medidas destinadas a pessoas idosas é uma necessidade, principalmente nos países onde se identifica uma deficiência nos aspectos da concretização dos direitos humanos desse grupo.

O caráter do processo de envelhecimento vivenciado pela população é consideravelmente novo, visto que de acordo com a OMS (2015) até 200 anos atrás, a expectativa de vida de um cidadão comum era de 60 anos, algo recorrente na atualidade. Assim, os organismos internacionais e nacionais têm ampliado as discussões e debates sobre a questão da terceira idade, além de propor e elaborar planos, políticas e projetos para promover e implementar atitudes que beneficiem esse segmento populacional.

Diante da diversidade e complexidade de questões que compreendem o aumento etário da população, se mostra fundamental promover e garantir o cumprimento de políticas e leis que atendam as necessidades e direitos básicos das pessoas idosas. Dessa forma, a pesquisa busca identificar e destacar projetos e ações em evidência no contexto urbano em prol dos idosos a nível mundial e nacional.

3.1.1. Políticas e programas mundiais

A nível mundial, o assunto e debates sobre as ações, políticas e programas voltados para os idosos fortaleceu-se a partir da década de 80, com a realização da 1ª Assembleia

Mundial sobre Envelhecimento pela Organização das Nações Unidas - ONU, na cidade de Viena, Áustria em 1982. A partir desse evento sucederam-se no anos seguintes significativas políticas e documentos voltados para a questão da terceira idade.

Figura 14 - Linha do tempo com as principais políticas e programas mundiais para idosos



Fonte: Elaboração autoral.

A primeira Assembleia Mundial sobre Envelhecimento (1982) além de representar um marco nas discussões direcionadas ao público idoso, foi responsável por promover a criação do primeiro Plano de Ação para o Envelhecimento, publicado em 1985 em Nova Iorque. Esse documento, baseado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, aborda temas como saúde, nutrição, habitação, meio ambiente, bem-estar social, segurança de renda, emprego, educação, entre outros, apresentando estratégias e recomendações prioritárias nos aspectos socioeconômicos e culturais do envelhecimento de uma população. (LIMA, 2021).

A Assembleia Nacional das Nações Unidas, em conformidade com Plano de Ação Internacional sobre os Idosos, adotado pela Assembleia Mundial sobre Envelhecimento (1982) aprovou a resolução 46/1991 que dispõe sobre os princípios a serem adotados pelos governos para promover e garantir a qualidade de vida e dignidade do público de mais idade.

A resolução apresenta 18 princípios categorizados em diferentes aspectos, sendo eles: Independência; Participação; Assistência; Realização pessoal; Dignidade. Entre eles, o documento defende que “os idosos devem ter a possibilidade de viver em ambientes que sejam seguros e adaptáveis às suas preferências pessoais e capacidades em transformação.” (ONU/1991)

Dando continuidade às discussões sobre o envelhecimento, duas décadas após a primeira reunião, realizou-se a segunda Assembleia Mundial das Nações Unidas sobre

Envelhecimento (2002) em Madri. Nesse evento foram elaborados importantes documentos para auxiliar na formulação e implantação de políticas para a população idosa e associadas ao envelhecimento, entre eles destaca-se o “Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento” (ONU, 2003) e o documento “Envelhecimento Ativo: Uma Política de Saúde” (OMS, 2005).

O Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento (ONU, 2003) sugere que os países adotem medidas em três direções prioritárias: Promoção da saúde e bem-estar na velhice, participação ativa dos idosos no desenvolvimento de sua sociedade e criação de um ambiente propício e favorável que realce as capacidades, habilidades e contribuições dos idosos. Com isso, o documento pretende garantir que o envelhecimento ocorra de forma segura, digna e com oportunidade de participação social e promoção do desenvolvimento de uma sociedade inclusiva para todos. (BATISTA; ALMEIDA E LANCMAN. 2011).

O Plano traz ainda propostas e estratégias para viabilizar as medidas citadas entre as quais destacam-se:

- Promoção e proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais;
- Garantia de acesso universal à assistência e serviços de saúde;
- Fortalecimento da solidariedade entre as gerações;
- Capacitação de idosos, a fim de viabilizar sua participação ativa nos âmbitos econômicos, políticos e sociais, incluindo oportunidades de trabalho remunerado e voluntário;
- Aproveitamento do potencial e dos conhecimentos de idosos nos aspectos social, cultural e educativo;
- Garantia de oportunidades de desenvolvimento, realização pessoal e bem-estar, bem como de direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos;
- Eliminação de todas as formas de violência e discriminação contra idosos;
- Redução dos efeitos cumulativos dos fatores que aumentam o risco de doenças e dependência dos idosos, visando a manutenção da máxima capacidade funcional;
- Garantia de condições para que os idosos vivam o maior tempo possível de forma independente em sua comunidade;

Em 2002, durante a 26ª Conferência Sanitária Pan-americana, na sessão Saúde e o Envelhecimento realizada pela Organização Mundial da Saúde - OMS foi reforçada a relevância e importância da adoção de medidas para possibilitar a aplicação do Plano Internacional de Ação sobre Envelhecimento (ONU, 2003). Além disso, a Conferência declarou a necessidade de promover e proteger os direitos humanos dos idosos e o desenvolvimento de alternativas de atenção comunitária a longo prazo (OMS, 2002).

Outro documento de destaque lançado na Assembleia de 2002 foi o guia: "Envelhecimento Ativo: Uma Política de Saúde" (OMS, 2005). Traduzido para diversos idiomas, incluindo o português, através da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde do Brasil, o guia tem como objetivo incentivar estratégias e políticas para aumentar a qualidade de vida dos idosos e promover propostas de envelhecimento saudável, que relaciona-se diretamente ao conceito de "envelhecimento ativo".

Envelhecimento ativo é o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas (...) A palavra "ativo" refere-se à participação contínua nas questões sociais, econômicas, culturais, espirituais e civis, e não somente à capacidade de estar fisicamente ativo ou de fazer parte da força de trabalho (OMS, 2005, pg.13)

Os programas e políticas de envelhecimento ativo identificam a necessidade de fomentar e equilibrar responsabilidade individual, ambientes adequados para a faixa etária e solidariedade entre gerações. Ou seja, ao mesmo tempo em que as famílias e indivíduos devem se preparar e planejar para o envelhecimento, adotando condutas saudáveis e responsáveis ao longo da vida, é imprescindível que os ambientes e espaços urbanos sejam apropriados para receber esse público mais velho (OMS, 2005).

Assim como o resto do mundo, a América Latina também apresentou suas contribuições sobre as questões relacionadas ao envelhecimento e ao público envelhecido através da adoção da Carta de São José sobre os direitos dos idosos na terceira Conferência regional intergovernamental sobre envelhecimento na América Latina e no Caribe, realizada em São José da Costa Rica em 2012.

Esse documento tem como finalidade identificar as ações-chave para garantir e promover os direitos humanos e proteção social das pessoas idosas na América Latina e no Caribe. A Carta defende o comprometimento que os governos devem ter em proporcionar melhores condições de moradia e do entorno das pessoas idosas para fortalecer sua autonomia e independência, através de ações como (COSTA RICA, 2012):

- Realizar os maiores esforços para que as pessoas idosas desfrutem de uma habitação adequada e tenham alta prioridade na alocação de moradias ou terras, em especial em situações derivadas de crise, emergência, deslocamento ou desalojo forçado,
- Propiciar que as pessoas idosas vivam em um entorno seguro e saudável, incluindo o acesso a serviços e facilidades de transporte,

- Criar e recondicionar espaços públicos amigáveis e seguros, garantindo, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, a acessibilidade das pessoas idosas

Apesar de todas as medidas citadas anteriormente, o primeiro instrumento internacional juridicamente voltado para a proteção e promoção dos direitos das pessoas idosas foi a Convenção Internacional Sobre Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos, aprovada em 2015 durante a XLV Assembleia Geral, realizada em 2015, em Washington. A homologação deste documento apresenta um significativo avanço nos esforços para assegurar, de forma definitiva, os direitos desse grupo populacional, ao reconhecer as pessoas idosas como sujeitos de direitos, empoderando-as e garantindo a sua plena inclusão, integração e participação na sociedade. (MPPR, 2018).

Mais recentemente, a Assembleia Geral das Nações Unidas (2020) declarou o período de 2021 a 2030 como Década do Envelhecimento Saudável. A resolução da ONU demonstra a preocupação com a deficiência no preparo global para responder aos direitos e demandas das pessoas idosas apesar da sua previsibilidade e ritmo acelerado. Além disso, identifica que o envelhecimento populacional interfere não apenas nos sistemas de saúde, mas também em muitos outros aspectos da sociedade, incluindo os mercados de trabalho e financeiros e a demanda por bens e serviços, como educação, habitação, cuidados de longa duração, proteção social e informação. Dessa forma, requer uma abordagem em que as ações contemplem toda a sociedade e atinjam diferentes áreas. (OPAS, 2020).

Figura 15 - As quatro (04) áreas de ação da década



Fonte: OPAS, 2020.

Assim, a Década do Envelhecimento Saudável, declarada pela ONU, juntamente com as outras medidas e políticas estabelecidas anteriormente representam importantes estratégias para alcançar e apoiar ações de construção de uma sociedade para todas as idades.

3.1.2. Legislações, políticas e programas nacionais

Assim como nos demais países do mundo a criação e adoção de políticas nacionais em prol dos idosos tornou-se mais efetiva a partir da década de 70, despertando a preocupação do setor público e privado para as questões do idoso, visto que antes desse período predominavam medidas de cunho caritativo promovidas por ordens religiosas e entidades filantrópicas. (RODRIGUES et al., 2007).

Figura 16 - Linha do tempo com as principais legislações, políticas e programas nacionais voltados para idosos



Fonte: Elaboração autoral. 2022

Assis (2004) afirma que através de serviços de assistência adequados é possível que o idoso conviva com as eventuais limitações, além de controlar os problemas de saúde comuns na velhice, preservando sua perspectiva de vida pessoal e social. Durante a década de 90 já se discutia sobre os conceitos relacionados à velhice e a necessidade de promover serviços de saúde e sociais adequadas para diminuir a incapacidade em idosos, como foi afirmado na Declaração de Brasília sobre envelhecimento:

O envelhecimento é um processo normal, dinâmico, e não uma doença. Enquanto o envelhecimento é um processo inevitável e irreversível, as condições crônicas e incapacitantes que frequentemente acompanham o envelhecimento podem ser

prevenidas ou retardadas, não só por intervenções médicas, mas também por intervenções sociais, econômicas e ambientais (BRASIL, 1996, p.1).

A Constituição Federal de 1988 também apresentou contribuições nos aspectos relacionados às políticas públicas para os idosos. Logo em seu artigo 1º, o documento prevê a dignidade da pessoa humana como fundamento e em seu artigo 3º estabelece a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação como um dos objetivos fundamentais do país.

A lei suprema do país afirma ainda em seu artigo 5º que todos são iguais perante a lei e garante o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. E quando aborda especificamente a população mais velha, os artigos 229 e 230 asseguram o direito de amparo aos idosos pela família, sociedade e pelo Estado e a sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida (BRASIL, 1988).

Alinhada a Constituição Federal (BRASIL, 1988), a Política Nacional do Idoso/Lei nº 8.842/1994 - PNI (BRASIL, 1994) reforça a responsabilidade social e estatal em garantir os direitos do idoso, promovendo condições para integração e participação efetiva na sociedade e incentivo de sua autonomia, vetando qualquer forma de discriminação contra esse grupo.

Esta Política foi criada a partir da lei nº 8.842 e regulamentada pelo decreto nº 1.948 (BRASIL, 1994). Trata-se da primeira política nacional direcionada especificamente para as pessoas idosas, embora a Constituição Federal (BRASIL, 1988) contemplasse questões sobre o envelhecimento. E na área de habitação e urbanismo estabelece quatro ações governamentais, são elas:

1. Destinar, nos programas habitacionais, unidades em regime de comodato ao idoso, na modalidade de casas-lares;
2. Incluir nos programas de assistência ao idoso formas de melhoria de condições de habitabilidade e adaptação de moradia, considerando seu estado físico e sua independência de locomoção;
3. Elaborar critérios que garantam o acesso da pessoa idosa à habitação popular;
4. Diminuir barreiras arquitetônicas e urbanas;

Os direitos das pessoas idosas também encontram amparo no Estatuto do Idoso - Lei nº 10.741/2003, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. Essa lei delibera ainda sobre o direito à vida, à liberdade, ao respeito e à dignidade, atribuindo ao Estado a obrigação de garantir à pessoa idosa a proteção

à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade (BRASIL, 2003).

Outro aspecto disposto no Estatuto diz respeito às condições habitacionais, prevendo a implantação de equipamentos urbanos comunitários voltados à pessoa idosa e a eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, para garantia de acessibilidade à pessoa idosa. Além disso, no que se refere a mobilidade urbana e transporte estabelece a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos para maiores de 65 anos (BRASIL, 2003).

Posteriormente, com o objetivo de recuperar, manter e promover a autonomia e a independência dos indivíduos idosos foi aprovada em 2006, através da portaria nº 2.528, a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa - PNSPI. Em consonância com o Estatuto do Idoso (2003) e o Sistema Único de Saúde - SUS apresenta diretrizes coletivas e individuais de saúde para esse fim, entre elas estão: A promoção do envelhecimento ativo e saudável e o estímulo à participação e fortalecimento do controle social, entre outras medidas alinhadas ao documento “Envelhecimento Ativo: Uma Política de Saúde” (OMS,2005).

No ano de 2006 também realizou-se a I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa em Brasília-DF. O evento teve como objetivo principal definir estratégias para a implementação da Rede de Proteção e de Defesa da Pessoa Idosa e debater sobre as formas adotadas pelo país para responder ao acelerado envelhecimento populacional, incluindo as condições dos sistemas de Seguridade Econômica e Social.

Baseando-se no Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento proposto pela Organização das Nações Unidas, na Política Nacional do Idoso (Dec. nº. 1.948/96), no Estatuto do Idoso e deliberações da IX Conferência Nacional de Direitos Humanos e outros instrumentos legais referentes à implementação da Política Nacional do Idoso, a reunião debateu sobre o assunto a partir de oito eixos temáticos:

- I. ações para efetivação dos direitos das pessoas idosas quanto à promoção, proteção e defesa
- II. enfrentamento à violência contra a pessoa idosa
- III. atenção à saúde da pessoa idosa
- IV. previdência social
- V. assistência social à pessoa idosa
- VI. financiamento e orçamento público das ações necessárias para a efetivação dos direitos das pessoas idosas
- VII. educação, cultura, esporte e lazer para as pessoas idosas
- VIII. controle social: o papel dos conselhos

Entre as ações propostas pela Conferência estão medidas para promover e garantir a inclusão desse público nos espaços urbanos, como a realização de diagnósticos das necessidades do idoso, do seu perfil socioeconômico e da rede de serviços existente; A padronização da simbologia de identificação de espaços públicos reservados ao idoso; Implementação de legislação que trata da adequação dos dispositivos de trânsito - temporização/sonorização, sinalização/adaptação de vias e edificações públicas - ao acesso seguro das pessoas idosas.

Ainda sobre as condições urbanísticas adequadas para idosos, o encontro propõe a construção de espaços de permanência, acesso e áreas urbanas apropriados, com mobiliários em conformidade com as normas técnicas da ABNT 9050 e proteção contra intempéries. Além de cobrar a ampliação da participação do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA, e de entidades afins, na discussão da acessibilidade da pessoa idosa.

Reiterando os compromissos citados na primeira edição, realizou-se a II Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, no ano de 2010. Pautando-se nos conceitos de universalidade, interdependência e indivisibilidade dos Direitos Humanos, a reunião reforçou e ampliou as discussões sobre a promoção, garantia e defesa dos direitos da pessoa idosa, buscando estratégias para assegurar o envelhecimento digno e saudável, bem como a valorização do idoso.

Como citado anteriormente, no país também foram adotadas medidas desenvolvidas por instituições internacionais, como é o caso do Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas, desenvolvido pela Organização Mundial da Saúde em 2007, traduzido para a língua portuguesa.

O Guia apresenta estratégias para promover cidades mais inclusivas aos idosos, de modo a explorarem o potencial que esse grupo pode acrescentar à sociedade como um todo. O texto defende que a cidade amiga dos idosos estimula o envelhecimento ativo através da criação de condições de saúde, participação e segurança, reforçando a qualidade de vida das pessoas mais velhas, adaptando sua infraestrutura e serviços para torná-los mais acessíveis e inclusivos. (OMS, 2007).

[...] para poderem ser sustentáveis, as cidades têm de providenciar as estruturas e os serviços que permitam o bem-estar e a produtividade dos seus habitantes. As pessoas mais velhas, em especial, têm necessidade de viver em meios envolventes que lhes proporcionem apoio e capacitação, para compensar as mudanças físicas e sociais associadas ao envelhecimento (OMS, 2007. p.4).

Outras ações relacionadas à questão do trabalho e previdência também são previstas pelos poderes públicos nacionais, como é o caso da Previdência Social. Trata-se de um seguro social que substitui a renda do segurado/contribuinte quando ele se aposenta. (SENAC, 2004). De acordo com Marx (1983), o trabalho é a condição de vida em sociedades capitalistas, ou seja, a manutenção da força de trabalho é resultante em mercadorias e sobrevivência. Isso significa que o trabalho desempenha também um papel social de identidade e troca.

Faleiros (2016) defende que o trabalho embora seja incorporado ao longo da vida, nem sempre é exercido com dignidade, sendo muitas vezes, de forma rotativa e informal. Por essa razão, a aposentadoria por idade pode ser um indício da precarização do trabalho, bem como das condições de envelhecimento vivenciadas pela população.

No entanto, diante do avanço da expectativa de vida e o aumento do envelhecimento cada vez mais saudável da população, o Congresso Nacional identificou a necessidade de promover uma reformulação na Previdência Social, alterada através da Emenda Constitucional nº 103 no ano de 2019.

A Nova Previdência (2019) estabelece novos critérios para aposentadoria e regras de transição. Entre as alterações trazidas pela reforma estão as de idade mínima e tempo de contribuição, que para trabalhadores da iniciativa privada e de municípios sem sistema previdenciário próprio, a regra geral de aposentadoria passa a exigir, das mulheres, pelo menos 62 anos de idade e 15 anos de contribuição. (BRASIL, 2019).

No caso dos homens, 65 anos de idade e 20 anos de contribuição. E no caso dos servidores públicos federais, a idade mínima equivale a dos trabalhadores da iniciativa privada e municipal, porém o tempo de contribuição deve ser pelo menos 25 anos de contribuição, 10 anos de serviço público e 5 anos no cargo em que se dará a aposentadoria. Além disso, a Nova Previdência prevê regras diferentes para algumas categorias profissionais, como é o caso dos professores, policiais e outros cargos de segurança e trabalhadores rurais (BRASIL, 2019).

Assim, Faleiros (2016) defende que essas iniciativas traduzem formalmente o arquétipo de velhice como direito universal, enfatizando o envelhecimento ativo e participativo. Auxiliando no processo de reconhecimento do idoso não apenas como objeto de cuidado ou de funcionalidade, como em algumas propostas de envelhecimento ativo, mas também como indivíduo participante da sociedade e dotado de autonomia. Dessa forma, as diversas políticas para esse público contribuem no enfrentamento da violência e na promoção de cidades mais inclusivas para todos.

3.2 Aspectos legais sobre a configuração urbana da cidade de Campo Grande- MS

Além das legislações municipais que regem a organização espacial da cidade, outros documentos a nível nacional como a Constituição Federal (1988) e o Estatuto da Cidade (2001), influenciam e condicionam a configuração urbana municipal.

Santos (2006) explica que o planejamento urbano surgiu como uma ferramenta política para lidar com as modificações sociais, políticas e econômicas vivenciadas pela sociedade. O autor acrescenta que as políticas públicas de controle do uso do solo, programas habitacionais e demais infraestruturas urbanísticas se mostraram fundamentais diante da gradativa urbanização populacional e a evolução demográfica dos municípios.

Dessa forma, a Constituição Federal (1988) prevê no artigo 182 políticas de desenvolvimento urbano, que devem ser executadas pelo Poder Público municipal, com objetivo de promover o desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar e qualidade de vida de seus habitantes.

A Constituição (1988) instituiu também a obrigatoriedade da criação do Plano Diretor para cidade com mais de 20 mil habitantes, reafirmada pela Lei 10.257/2001, denominada Estatuto da Cidade. O Plano Diretor corresponde ao instrumento de efetivação dos princípios da função social da cidade e da propriedade, considerados fundamentos legais para elaboração de políticas de intervenção e expansão urbana que combatam as desigualdades urbanas (CARDOSO, 1997).

Henz et al (2016) defende a característica plural do Plano Diretor, que abrange aspectos físicos, sociais e administrativo-institucionais. Para ele, o aspecto físico corresponde a ordenação do espaço municipal, delineando as localidades e zonas para diferentes usos, enquanto o aspecto social relaciona-se à promoção e garantia de melhores condições e qualidade de vida da população através do planejamento de espaços habitáveis. Por fim, o aspecto administrativo institucional, refere-se ao meio de atuação urbanístico do Poder Público, sendo incluída na perspectiva mais ampla do planejamento municipal.

Ao contrário do que ocorreu em outras cidades, o município de Campo Grande - MS começou a tratar das questões de configuração urbana antes da obrigatoriedade implementada pela Lei Federal n. 10.257/2001. Em 1941, o município apresentou o primeiro decreto sobre planejamento e ordenamento territorial e, em 1995, foi elaborado o Plano Diretor que é um instrumento de gestão e ordenamento territorial.

Arruda (2006) explica que o Plano Urbanístico de 1941, elaborado por Saturnino Brito, convertido no Decreto-lei nº 39, determinou um zoneamento para a cidade, definiu

regras para a loteamento e desmembramento e estabeleceu normas técnicas para a construção, tratando das taxas de ocupação, recuos, tipos de edificações, número de pavimentos e entre outros itens.

No município de Campo Grande/MS o primeiro Plano Diretor foi aprovado pela Lei Complementar 5/95 dessa forma e em conformidade com a recomendação do Estatuto da Cidade de ser realizada uma revisão a cada 10 anos, o Plano Diretor da cidade passou por duas revisões. O Plano mais recente, denominado Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) foi instituído através da Lei Complementar nº. 341, de 4 de dezembro de 2018.

O artigo 2º da Lei define que o PDDUA é o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano nos termos do art. 182 da Constituição Federal e estabelece como objetivo o ordenamento das funções sociais da cidade e da propriedade e a promoção de boas condições de vida da população tanto no ambiente urbano quanto rural, sob o aspecto urbanístico, ambiental, social, cultural, econômico e administrativo, englobando o território do Município (CAMPO GRANDE, 2018).

Neste documento foram definidas diversas ações e políticas públicas a serem implementadas para atingir os objetivos previstos na própria, nas disposições da Constituição Federal e no Estatuto da Cidade. A legislação estabelece parâmetros e critérios para o ordenamento territorial e do modelo espacial urbano, definindo os limites do perímetro urbano e das zonas e macrozonas, além da estruturação do uso e da ocupação do solo (CAMPO GRANDE, 2018).

Complementando o Plano Diretor (2018) no que diz respeito a configuração espacial de Campo Grande tem-se a Lei Complementar nº. 74, de 6 de setembro de 2005, que dispõe também sobre o ordenamento do uso e da ocupação do solo no município. Entre os objetivos da lei estão a proposição de normas para estimular o adequado adensamento populacional da área urbana e contribuir para o desenvolvimento sustentável e a preservação dos patrimônios e dos ambientes urbano e rural, além da proteção ambiental (CAMPO GRANDE, 2005).

Também faz parte das metas dessa legislação assegurar às atividades e aos empreendimentos públicos e privados, condições locacionais adequadas e de definição precisa. Além disso, a normativa contempla ainda definições de termos urbanísticos essenciais na definição e configuração do ambiente urbano (CAMPO GRANDE, 2005).

Ainda existem outros parâmetros urbanísticos de dimensionamento considerados que influenciam no desenho urbano. Suzuki e Bernardini (2020) afirmam que essas referências numéricas podem desempenhar um importante papel na definição quanto às transformações

morfológicas dos espaços urbanos por meio da determinação de suas vias, lotes, quadras e equipamentos urbanos.

Nesse sentido, as legislações urbanísticas da cidade de Campo Grande-MS não estabelecem critérios específicos quanto a esse dimensionamento, razão pela qual comumente se utiliza como referência o Plano Diretor de Goiânia, estabelecido pela Lei Complementar nº 171, de 29 de Maio de 2007, que apresenta características e requisitos a serem cumpridos para cada modalidade de equipamento urbano, como área mínima do terreno, raio de influência máximo, número de usuários médios, percentual da população total, por classe de renda que utiliza o equipamento e indicação de localização.

Tabela 04 - Raios de influência máximo por equipamento de acordo com o Plano Diretor de Goiânia

	TIPO	RAIO DE INFLUÊNCIA MÁXIMO (m)
EDUCAÇÃO	Centro de Educação Infantil	300
	Centro de Ensino Fundamental	1.500
	Centro de Ensino Médio	3.000
SAÚDE	Posto de Saúde	1.000
	Centro de Saúde	5.000
	Hospital Regional	* Uma unidade para cada 200.000 hab
SEGURANÇA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Posto policial	2.000
	Batalhão de incêndio	10.000
LAZER E CULTURA	Parques, Praças de Vizinhança	600
	Parques de Bairro	2.400
	Centro de esportes	2.000
	Equipamentos culturais	2.500
COMUNITÁRIOS	Ponto de ônibus	500
	Correios	700

Fonte: Lei Complementar nº 171, de 29 de Maio de 2007. Elaboração autoral.

Suzuki e Bernardini (2020) defendem que, no entanto, é preciso considerar as particularidades de cada lugar antes de empregar integralmente os parâmetros, e compreender que na essência desses critérios está o ser humano. O deslocamento a pé no espaço urbano, a distância e o número de caminhos devem compatíveis com as distâncias a serem percorridas,

visto que os transeuntes, em especial os idosos, apresentam limitações e condições físicas que podem restringir ou dificultar sua acessibilidade nessas áreas (RODRIGUES et al, 2014).

Uma dimensão é simplesmente uma unidade ou um padrão de medida. Estamos acostumados a expressar nossos projetos por meio de uma linguagem internacional: a linguagem das unidades métricas. Contudo, também devemos entender outras dimensões menos tangíveis, como as medidas da natureza, as medidas do espaço social e as medidas do tempo e do ritmo, que se sobrepõem na definição de uma cidade. (Waterman, 2012, p.62)

Assim, a definição dos raios de atendimento para diferentes públicos não é exata, variando de acordo com cada autor e conseqüentemente cada cidade. Suzuki e Bernardini (2020) apresentam um compilado gráfico com os principais equipamentos e os respectivos raios de abrangência onde é possível fazer um comparativo e compreender melhor sobre os parâmetros nos projetos de Desenho Urbano e seus reflexos na organização espacial das cidades.

Diante da falta de uma definição própria para a cidade de Campo Grande quanto a esses parâmetros se mostra necessária a revisão das políticas e legislações vigentes a fim de propor uma caracterização adequada às características da região. Além disso, no que tange às condições do público envelhecido, dada a identificação de necessidades particulares, define-se os parâmetros estabelecidos pelo Plano Diretor de Goiânia como referência para a proposta projetual a ser desenvolvida nessa pesquisa.

4. REFERÊNCIAS PROJETUAIS

Neste capítulo serão analisados um exemplo internacional e dois nacionais de intervenções urbanas que apresentam os idosos e a condição de acessibilidade como ponto de enfoque, expondo elementos e informações relevantes que desempenham papel como referência projetual e embasamento para a pesquisa elaborada.

4.1 Estudo de caso 1: Boca Maldita - Curitiba/PR

Fundada oficialmente em 1956, a Boca Maldita é um espaço democrático situado no calçadão da Avenida Luiz Xavier, no centro de Curitiba/PR, trata-se de um local de grande concentração e circulação de pedestres fazendo com que seja um dos pontos de encontro e bate-papo mais conhecidos da cidade, apropriado durante a maior parte do dia por idosos e aposentados.

Figura 17 - Idosos reunidos na Boca Maldita



Fonte: Turistoria. 2023.

Historicamente o local configura-se como um espaço público significativo na identidade da cidade de Curitiba. No final da década de 50 reuniam-se na Boca Maldita profissionais de diversas áreas, políticos, empresários, jornalistas e entre outros grupos para conversar, discutir e debater sobre os mais variados assuntos, como as notícias do dia, o desenvolvimento da cidade e o cenário político do país.

Figura 18 - Boca Maldita em 1990



Fonte: Turistoria. 2023.

O espaço que é um ponto de encontro para protestar, comemorar ou discutir os assuntos da cidade e do estado foi palco de importantes movimentos políticos, como o primeiro comício do movimento Diretas Já e a caminhada dos cara-pintadas do Fora Collor, característica que se mantém até os dias atuais.

Figura 19 - Comício pelas ‘Diretas Já’



Fonte: Arquivo/ Secretaria Municipal de Cultura de Curitiba. 2023

A sua localização em uma via de largura modesta que abriga edifícios verticais de altura mediana, tendo como um dos limites a praça Ozório e a outra extremidade em direção a praça Santos Andrade também influencia diretamente na forma como a população interage com o espaço ao configurar um espaço que ao mesmo tempo em que delimita as perspectivas visuais não causa a sensação de opressão comum em ruas com grandes arranha-céus.

Figura 20 - Localização Boca Maldita



Fonte: IPPUC. Elaboração autoral, 2023.

A configuração espacial da Boca é outro fator que torna o espaço ponto de encontro e permanência na cidade, concentrando uma parcela expressiva de comércios, serviços e trânsito é comum presenciar aglomerações de grupos de pessoas, em especial idosos, conversando ou tomando café.

Os cafés também correspondem a elementos de destaque na espacialização do local, sendo um deles tido como ponto de referência para localização da Boca Maldita como é o Café da Boca e o passeio à sua frente. Além disso, são em frente aos cafés e em suas proximidades que reúnem-se os maiores contingentes de pessoas paradas, frequentemente homens de meia idade e idosos. Principalmente por disponibilizar infraestrutura complementar como banheiro, alimentos e bebidas e algumas mesas e cadeiras, favorecendo a permanência por várias horas, dando a sensação de que o café estende-se até a rua e vice-versa.

Figura 21 - Café Avenida



Fonte: Lauro A. Moraes e Fabiano Fazon

Os grupos de indivíduos, geralmente menores, também encontram como pontos de apoio e permanência a banca de jornais e engraxate, e do outro lado da via os mobiliários urbanos como bancos. Quanto à segurança, além do movimento constante, a área é monitorada por câmeras de segurança.

Figura 22 - Áreas de permanência na calçada da Boca Maldita



Fonte: Circulando por Curitiba. 2023

O passeio é o espaço preferencial assim poucos elementos físicos indicam a existência da Boca, entretanto, é comum notar a concentração de pessoas, em especial da terceira idade, conversando e ocupando o local. E muito disso deve-se a identificação, individual e coletiva, visto que constitui-se como uma referência territorial, atrelada a identidade e vínculo com o ambiente marcado pelas relações sociais sedimentada a partir da invenção da tradição e de sua incorporação no cotidiano da cidade.

4.2 Estudo de caso 2: Cidade de Porto Alegre/RS

Porto Alegre é a capital brasileira com maior proporção de idosos de acordo com o censo de 2010 do IBGE, atingindo 15,04% da população total do município. Em razão disso, a cidade tem demonstrado significativa preocupação com a qualidade de vida desse público e investido em políticas públicas para esses grupos, o que lhe garantiu o certificado de “Cidade Amiga do Idoso” pela OMS no ano de 2020.

Diante desse contexto foi instituído o Plano Municipal da Pessoa Idosa (2016), instrumento que define políticas, metas e ações para proporcionar uma melhor qualidade de vida para os idosos da cidade. O plano estabelece diretrizes e metas divididas em oito eixos temáticos a serem cumpridas no período de 2016-2018.

No que tange ao eixo da Assistência Social apresenta como diretrizes a promoção de políticas públicas e ações voltadas para a prevenção e inclusão dos idosos em todos os contextos sociais, garantindo seus direitos básicos e qualidade de vida.

O segundo eixo corresponde ao da Cultura, Esporte e Lazer, elementos essenciais para promover a saúde e bem estar dos idosos, por isso o município estabelece metas como oferta de variadas atividades físicas, esportivas, recreativas e de lazer, adequando-as às características e necessidades dessa população, além da realização de eventos ao longo do ano voltados para essa temática.

O Plano traz ainda diretrizes para a educação dos idosos, incentivando a participação da terceira idade nos projetos educacionais através da ampliação da disponibilidade de vagas para os que desejam ingressar nas instituições de ensino pela primeira vez ou dar continuidade aos estudos, e criação de programas intergeracionais permitindo o acesso dos idosos a espaços educacionais estruturados e qualificados.

Ainda prevê a execução de obras viárias, manutenção de vias urbanas, qualificação e ampliação do sistema de iluminação pública da cidade, implantação de rebaixos de calçadas para contemplar o eixo da Habitação, Urbanismo e Acessibilidade. Nesse eixo, também

estabelece a promoção de cursos de capacitação para abordagem adequada aos idosos e pessoas com mobilidade reduzida.

O eixo da Saúde propõe o atendimento dos idosos através de uma rede assistência à saúde integrada e acolhedora. Quanto à Segurança e Direitos Humanos, direciona as ações e estratégias para a autonomia, integração e participação dos idosos na sociedade de forma segura e digna.

Sobre a temática do Trabalho e Previdência Social prevê a manutenção de programas de aposentadoria e criação de mecanismos que incentivem a geração de emprego e renda destinados aos idosos, evitando um cenário de discriminação e afastamento da participação social.

Por fim, o oitavo eixo temático aborda as questões de Transporte, tendo como objetivo principal proporcionar um sistema de transporte público eficiente e acessível a todos, ampliando a adoção desses modais pela sociedade em geral.

Em consonância com o exposto no Plano Municipal da Pessoa Idosa (2016), ampliou e definiu outros programas e serviços que contribuam para a inclusão da cidade na lista de “Cidade Amiga do Idoso”. Entre as medidas adotadas pela capital gaúcha para promover o envelhecimento ativo está a adequação de praças às pessoas da terceira idade e ampliação do programa Academias da Terceira Idade.

Figura 23 - Inauguração da Academia ao Ar Livre na Praça México - Porto Alegre/RS



Fonte: Joel Vargas/PMPA. 2018

A cidade define também ações voltadas à promoção de melhores condições de mobilidade e acessibilidade através da requalificação de vias públicas, com a execução de

rampas de acessibilidade, sinalização semafórica adequada, definição de reserva de vagas de estacionamento específicas para idosos e instalação de piso podotátil.

Figura 24 - Novas rampas de acessibilidade em Porto Alegre



Fonte: Giulian Serafim/PMPA, 2021.

Considerando o aspecto da mobilidade e acessibilidade urbana para idosos, também assegura a gratuidade do transporte coletivo e a reserva de assentos especiais nos coletivos para esse grupo. Além disso, novas paradas de ônibus estão sendo instaladas na cidade para melhorar a eficiência e qualidade do serviço.

As novas estruturas apresentam algumas modificações que contribuem com as condições de acessibilidade e segurança, principalmente para idosos, como painel com listas de linhas do transporte público que param no ponto, assentos e iluminação com LED, cobertura e proteção lateral contra chuva e vento, além de entradas USB para carregamento de aparelhos eletrônicos.

Figura 25 - Novas estruturas de paradas de ônibus



Fonte: Alex Rocha / PMPA, 2022.

Porto Alegre/RS também estabelece a prioridade dos idosos nos projetos habitacionais e outras políticas e ações como o incentivo à atividade de integração entre crianças em idade escolar e idosos e programas de geração de renda e educação continuada para garantir a inclusão e direitos desse grupo.

O desenvolvimento social da terceira idade também é contemplado por diretrizes que estabelecem o atendimento sistemático dos idosos nas áreas de saúde física, esportes, recreação e lazer. Através da realização de eventos desenvolvidos em praças, parques e centro de educação, contribuindo para melhoria da qualidade de vida e envelhecimento ativo.

Figura 26 - Caminhada com idosos no Centro Histórico de Porto Alegre/RS



Fonte: Eduarda Alcaraz/SMDS/PMPA, 2022.

A cidade garante aos idosos por lei agendamento de 20% das consultas das unidades de saúde, além de desenvolver programas de acesso gratuito a medicamentos e assistência domiciliar. O município também incentiva a participação social desse grupo através de instrumentos regulamentados por lei como o Conselho Municipal do Idoso (COMUI) e de outros conselhos, como o da saúde, da assistência social e cultura, em que a atuação e contribuição efetiva da terceira idade é de fundamental importância.

Diante do exposto, embora a cidade de Porto Alegre ainda precise avançar em alguns aspectos para tornar-se efetivamente inclusiva para idosos é evidente a preocupação pública e social com as questões e condições do envelhecimento urbano no local, visto a existência de medidas e ações aplicadas ou em processo de implementação que contribuem para a promoção da qualidade de vida e acessibilidade de todos os grupos.

4.3. Estudo de caso 3: A atividade de caminhar entre os idosos em Florianópolis e São José - SC

Ghel (2014) e Paiva Neto (2019) demonstram que espaços com bom planejamento e infraestrutura apropriada desempenham uma importante função no que diz respeito às questões diretamente associadas à saúde e envelhecimento saudável como a caminhada para pessoas acima de 60 anos. Nesse sentido, na cidade de Florianópolis/SC é possível analisar a relação entre o ambiente urbano e a prática de atividades físicas para idosos.

Um estudo de base populacional com residentes no município de Florianópolis, SC no ano de 2009, denominado EpiFloripa Idoso, apresenta duas definições para caminhada. A primeira refere-se ao deslocamento do idoso de um lugar a outro, incluindo seus grupos de convivência e espaços frequentados comumente. Já o segundo, corresponde a caminhada de lazer e diz respeito às atividades físicas desenvolvidas pela terceira idade unicamente com função de recreação, esporte, exercício ou lazer.

Nesse sentido, Dorneles (2006) em sua pesquisa identificou que em Florianópolis as condições de proximidade com a residência, a segurança, boa manutenção de mobiliários e pisos, a ausência de de veículos em alta velocidade, a possibilidade de atravessar vias veiculares com segurança, a presença de atividades diversas e diferentes usos do solo no entorno são responsáveis por atrair os idosos para os espaços públicos.

Assim, no calçadão da Avenida Beira-mar de São José devido às qualidades de implantação e manutenção se mostram um bom exemplo dessa situação. Os resultados dos estudo desenvolvidos por Dornelles (2006) demonstram que os idosos consideram o local bem planejado e com muitas atividades, atraindo o interesse do grupo em frequentá-lo

Figura 27 - Calçadão da Avenida Beira-mar de São José



Fonte: Rosane Lima/ND, 2012.

O destaque do local se dá devido a quantidade e diversificação de espaços livres e voltados para o lazer, como o Centro de Convivência para Idosos. Além disso, a sensação de segurança no espaço também se mostrou como um ponto positivo diante da boa visibilidade entre diferentes pontos, variedade de usos que faz com que a área esteja constantemente movimentada e condições de iluminação pública que permitem a utilização do espaço o dia todo (DORNELES, 2006).

Figura 28 - Vista noturna da Av. Beira-mar de São José



Fonte: Daniel Pereira – Secom/PMSJ, 2014.

Dornelles (2006) afirma que as condições de acessibilidade no local são outro ponto positivo para a qualidade de vida dos idosos diante da presença de faixas de segurança e rebaixamento de guias permitindo a autonomia e acesso facilitado a esse grupo e pessoas com mobilidade reduzida.

Figura 29 - Faixa de pedestre na Av. Beira-mar de São José



Fonte: Lauriberto Carneiro Braga, 2022.

Em contrapartida, a falta de segurança, a presença de dependentes químicos, a falta de visibilidade entre diferentes pontos, a ausência de vegetação nos ambientes e a falta de manutenção geral dos espaços distanciam o público desses espaços (DORNELES, 2006). Dessa forma, vias com grandes fluxos veiculares como o Calçadão da Avenida Beira-mar Norte evidenciam a necessidade de novas estratégias para que o seu acesso não seja prejudicado diante de questões como por exemplo a insuficiência do tempo de travessia disponibilizado pelo semáforo.

Figura 30 - Avenida Beira-mar Norte



Fonte: Camille Panzera, disponível em:

<<https://guia.melhoresdestinos.com.br/beira-mar-norte-65-460-1.html>> Acesso em: setembro 2022.

Buscando ressignificar as vias da cidade, o governo de Florianópolis tem investido em iniciativas para revisão e readequação dos sistemas de calçadas, além de propor a ampliação do espaço para pedestres e ciclistas baseado em pintura no chão e balizadores. O projeto piloto foi implantado a princípio em vias da região central, ruas Álvaro de Carvalho, Esteves Júnior e Tenente Silveira.

Figura 31 - Rua Álvaro de Carvalho após ampliação da calçada com pintura no piso



Fonte: Google Maps, 2022.

Sendo assim, apesar de ainda serem identificados em Florianópolis/SC aspectos negativos nas condições de mobilidade como a imprudência de motoristas e estado de manutenção das vias e passeios públicos, o planejamento urbano da cidade apresenta ferramentas para tornar o acesso dos idosos aos espaços públicos, seja para lazer ou deslocamento, mais seguro e eficiente

4.4. Síntese

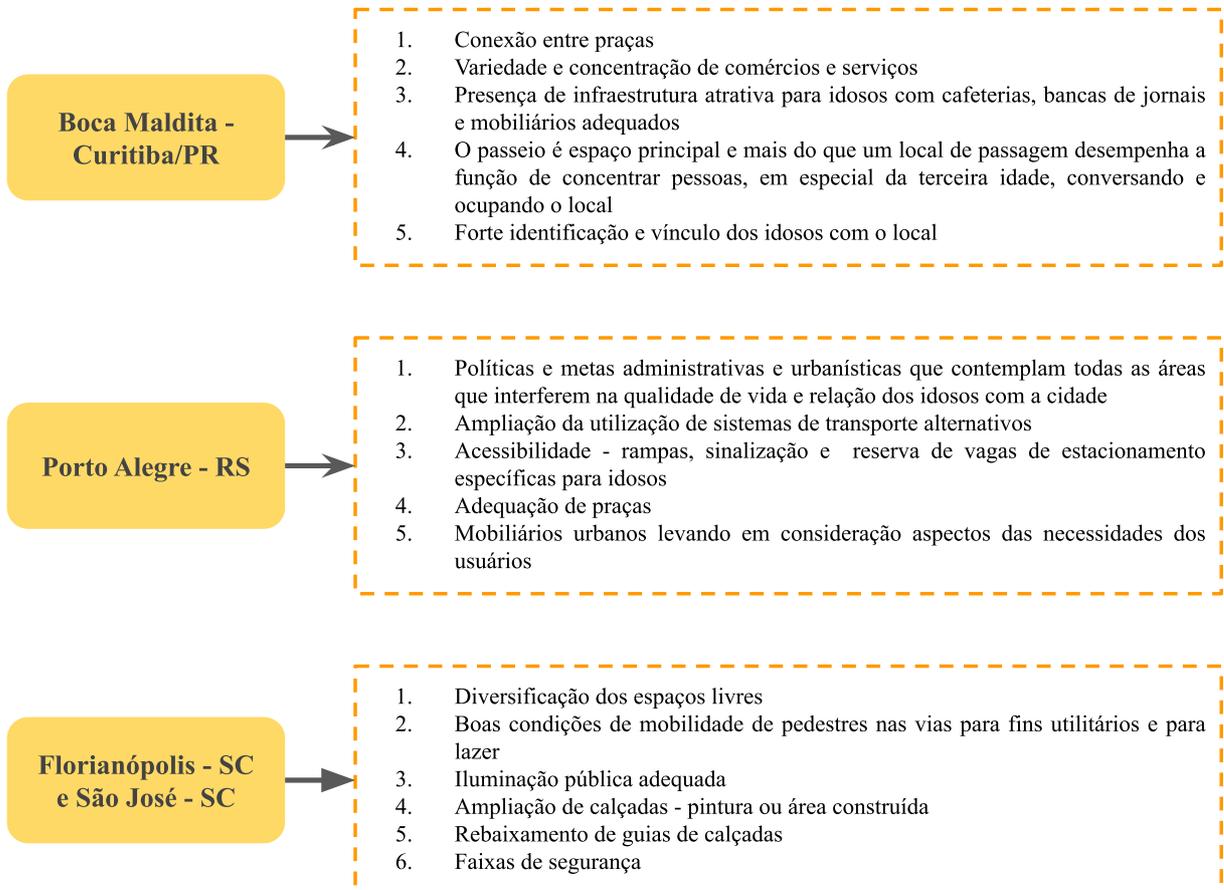
Através das análises das referências projetuais é possível compreender e identificar de forma prática as necessidades dos idosos no que diz respeito a sua relação com o espaço público, e dessa forma, quais estratégias devem ser adotadas para garantir que a cidade seja inclusiva para esse e todos os grupos.

O primeiro estudo de caso, Boca Maldita na cidade de Curitiba/PR, apresenta exemplos de planejamento e configuração urbana eficazes na inclusão do idoso no espaço público ao apresentar infraestrutura atrativa e segura para esse público e as atividades comumente desenvolvidas por eles, como a presença de cafeterias e bancas de jornais. Traz o passeio como foco do espaço, contemplado com mobiliários adequados e vegetação agradável para permanência e concentração de pessoas conversando e ocupando a área. Além disso, o forte vínculo e identificação social e histórica do público com a região incentivam a relação entre gerações, colaborando para a promoção da integração social entre os indivíduos e os espaços urbanos.

O segundo estudo de caso, cidade de Porto Alegre/RS traz políticas e metas administrativas e urbanísticas que contemplam todas as áreas que interferem na qualidade de vida e relação dos idosos com a cidade. Também apresenta propostas de reformulação de mobiliários urbanos levando em consideração aspectos das necessidades dos usuários que podem ser empregados no projeto a ser desenvolvido.

Por fim, o terceiro estudo de caso, sobre a atividade de caminhar entre os idosos em Florianópolis - SC traz elementos que podem ser associados às boas condições de mobilidade de pedestres nas vias, tanto para fins utilitários como para lazer. Assim como, traz intervenções nas ruas e calçadas que podem agregar na proposição de modificações viárias a serem elaboradas.

Figura 32 - Quadro de referências



Fonte: Elaboração autoral, 2023.

Dessa forma, pode-se afirmar que os estudos de caso analisados apresentam aspectos positivos relevantes, que podem ser considerados no projeto, mas também evidenciam elementos e circunstâncias que se mostram ineficientes no processo de inclusão do idoso ao espaço público demonstrando estratégias que não devem ser aplicadas, contribuindo para a elaboração de um projeto de intervenção urbana mais adequado e eficiente.

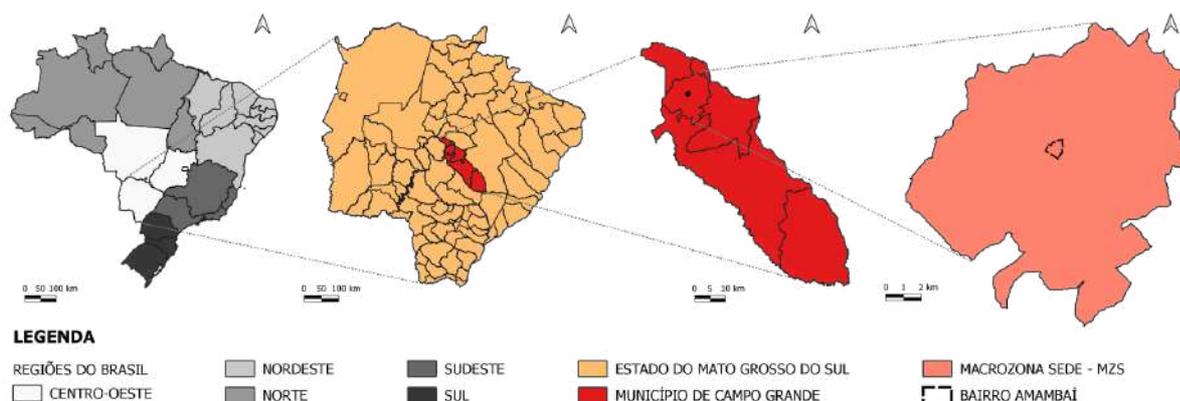
5. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

Neste capítulo será desenvolvida a análise da evolução morfológica do município de Campo Grande, com foco no bairro Amambai, objeto de intervenção, assim como as respectivas legislações. Também serão realizadas pesquisas sobre os aspectos físico, ambiental e de infraestrutura da área, a fim de caracterizá-lo para identificar as problemáticas e potencialidades do local para subsidiar e justificar as propostas de intervenção urbana sugeridas.

5.1 Campo Grande, Mato Grosso do Sul

Situado na região Centro-Oeste do Brasil, o município de Campo Grande, capital do no Estado de Mato Grosso do Sul desde a divisão do estado em 1977 através da Lei Complementar N° 31, de 11 de Outubro de 1977, ocupa uma área de 8.082.978km² (IBGE, 2022), correspondendo a 2,26% da extensão total do estado e conta com 916.001 habitantes de acordo com estimativas do IBGE (2021).

Mapa 01 - Localização do município de Campo Grande



Fonte: IBGE,2021. Elaboração autoral, 2023.

Fundado através Resolução Estadual n.º 225, de 26 de agosto de 1889, o município caracteriza como a quarta maior capital em extensão territorial no Brasil, além de ser a cidade sul mato-grossense mais populosa. E Nas últimas décadas a taxa de crescimento populacional vem desacelerando, aliado a isso o último Censo Demográfico (IBGE, 2010) evidencia o declínio da população na faixa etária de 0 a 14 anos, de 28,45% nos anos 2000 para 22,63% da população na última pesquisa. Em contrapartida, o contingente populacional de idosos acima dos 65 anos segue uma trajetória ascendente passando dos 4,82% em 2000 para 6,70% em 2010, indicando uma inversão da pirâmide etária da cidade.

Tabela 05 - População, por grupos de idade - 2000/2010

Grupos de Idade	2000	2010	Taxa de crescimento
0 a 14 anos	188.792	178.020	0,94
15 a 64 anos	442.843	556.055	1,25

65 anos ou mais	31.986	52.722	1,64
Total	663.621	786.797	1,18

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000 e 2010. Elaboração: Autoral.

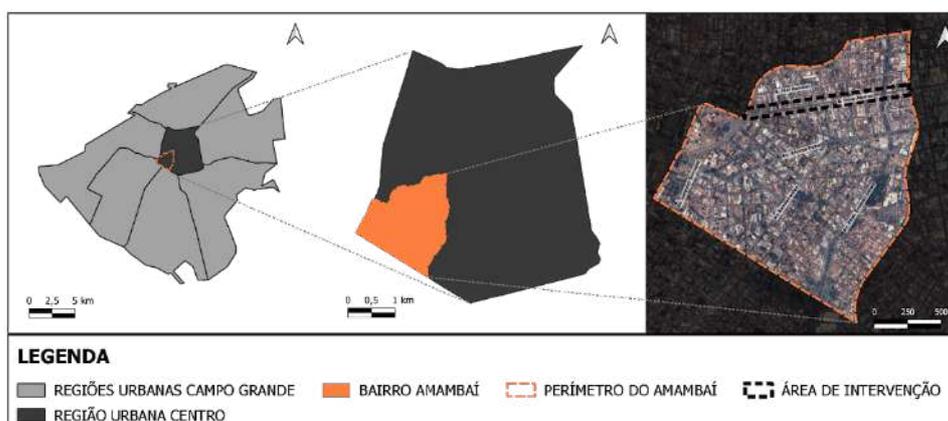
Espacialmente, o Plano Diretor do município (2018) organiza a Macrozona Sede em duas grandes categorias, sendo elas: Zona de Expansão Urbana - ZEU e Perímetro Urbano. Sendo que as áreas contíguas ao perímetro urbano destinadas a atividades urbanas ou rurais, proteção às nascentes, crescimento urbano e implantação de equipamentos constituem a ZEU. Enquanto o perímetro urbano compreende as sete regiões urbanas compostas pelos 79 bairros (PDDUA, 2018).

Do ponto de vista social e cultural, a cidade de Campo Grande é marcada pelo caráter plural de sua população, reflexo dos processos migratórios que tinham como destino o centro-oeste brasileiro. Dessa forma, a presença de povos japoneses, libaneses, italianos, gaúchos, paulistas e mineiros contribuiu para a grande mistura de culturas que deu origem aos costumes e tradições campo-grandenses.

5.2 Leitura do bairro Amambaí

A área de intervenção e objeto de estudo da pesquisa situa-se no bairro Amambaí, localizado no Perímetro Urbano de Campo Grande - MS, na porção sudoeste da região urbana do Centro, fazendo limite com bairros de outras regiões urbanas. Apresenta uma área de aproximadamente 254,29ha de extensão, ocupando 12% da área total da região onde está inserido.

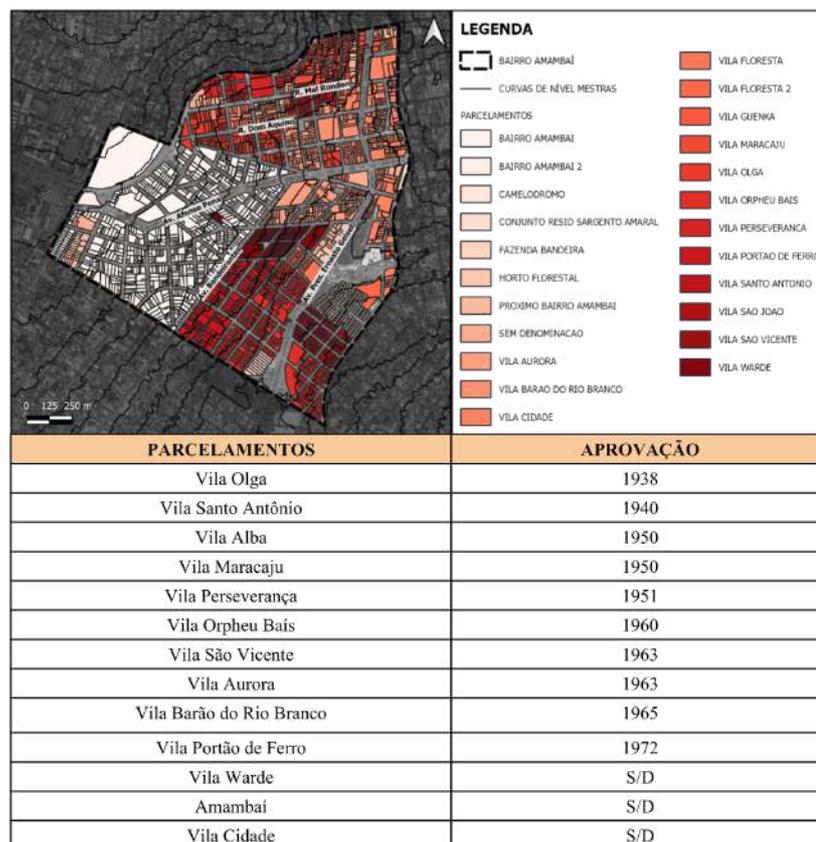
Mapa 02 - Localização do bairro Amambaí em relação a região urbana



Fonte: PLANURB. Elaboração autoral, 2022.

De acordo com o PDDUA (2018) o bairro Amambaí atualmente é composto por 15 parcelamentos, sendo que o seu processo de formação se dá inicialmente pela que região que corresponde a parte mais ao norte do bairro e ao longo dos anos passa a se expandir para outras direções.

Mapa 03 - Parcelamentos do bairro Amambaí



Fonte: PLANURB. Elaboração autoral, 2022.

Arruda (2006) explica que trata-se de um local de grande importância para Campo Grande - MS tendo em vista que foi o primeiro bairro da cidade. O nome de origem indígena tupi faz referência a “propriedade, coisa cercada” e relaciona-se com a necessidade dos militares, idealizadores iniciais da criação do bairro, por um lugar para moradia próximo a região dos quartéis que estavam sendo construídos na época.

Diante disso, em 1921 foi aprovado o projeto urbanístico do bairro elaborado por Camillo Boni (1889-1974). Inicialmente contava com 65 hectares de uma gleba e mais de 430 lotes projetados entregues para pessoas que quisessem construir. E apesar da chegada de

novos empreendimentos, no entanto, o bairro ainda mantém o seu caráter predominantemente residencial (ARRUDA, 2006).

Figura 33 - Planta do traçado do Bairro Amambai - 1921



Fonte: Arruda Vieira, 2001.

Entretanto, embora seja um local de grande relevância histórica, Arruda expõe o descaso da municipalidade com o bairro. A ausência de planos, monumentos e marcos que podem expressar essa história reflete a negligência pública quanto a importância cultural do Amambai para a cidade e o povo.

A influência militar na configuração espacial do bairro também é expressada pelas características dos elementos morfológicos que o compõem e as interações entre si e com o espaço urbano. Diante disso, Lamas (2007) defende a importância da análise morfológica do bairro da seguinte forma:

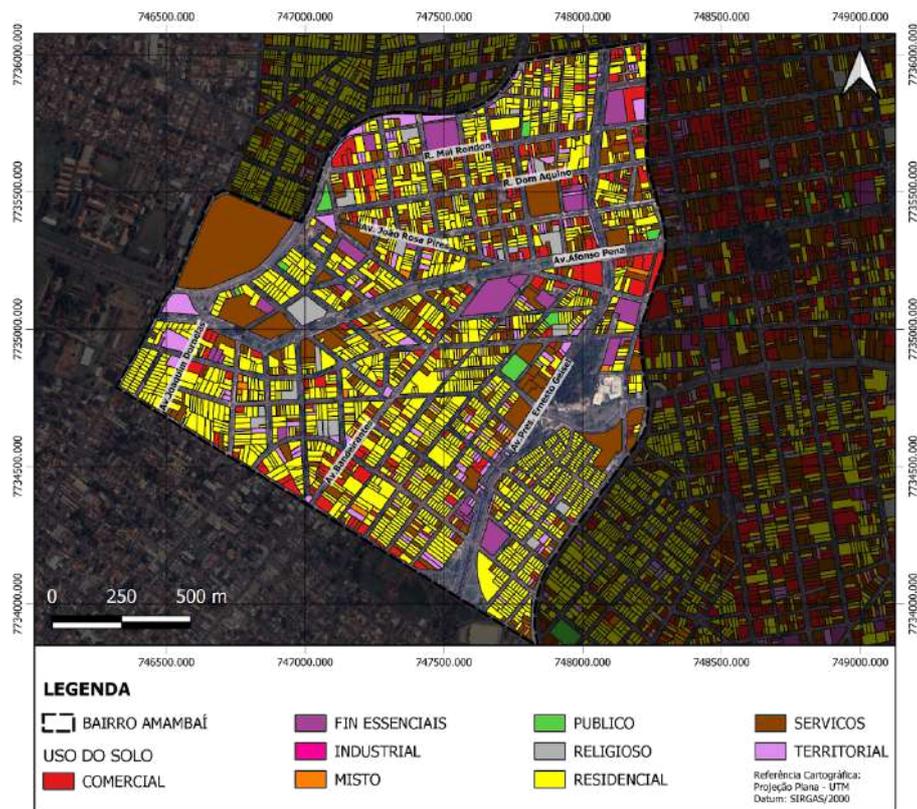
“Todavia um primeiro grau de leitura da cidade é eminentemente físico-espacial e morfológico, portanto específico da arquitetura, e o único que permite evidenciar a diferença entre este ou outro espaço, entre esta ou aquela forma, e explicar as características de cada parte da cidade. A este se juntam outros níveis de leitura que revelam diferentes conteúdos (históricos, econômicos, sociais e outros). Mas esse conjunto de leituras só é possível porque a cidade existe como fato físico e material. Todos os instrumentos de leitura lêem o mesmo objeto – o espaço físico, a forma urbana” (Lamas, 2007, p.31)

Assim, apesar de ser um bairro planejado apresenta um traçado urbano predominantemente sinuoso e irregular, da mesma forma, os lotes em sua maioria tem forma e

dimensões irregulares. E devido a variabilidade dos lotes, as quadras apresentam formatos e tamanhos diferentes.

Lamas (2007) também elenca como elemento morfológico o edifício, que no caso do bairro são majoritariamente residenciais de 1 a 2 pavimentos, enquanto os comércios e serviços estão espalhados pelo espaço mas com maior frequência nas principais avenidas como a Afonso Pena e a Presidente Ernesto Geisel. Além disso, nota-se a maior variabilidade de usos está presente na porção norte e nordeste do bairro por serem as áreas mais antigas do bairro e devido a proximidade com o centro da cidade.

Mapa 04 - Uso e ocupação do solo no bairro Amambaí



Fonte: PLANURB. Elaboração autoral, 2022.

Historicamente, o bairro foi criado com a função de abrigar residências para militares, assim, Arruda (2001) explica que na época da sua formação foram realizados incentivos para quem construísse grupos de dez casas, resultando na existência de residências em vila, geminadas ou não sob uma tipologia arquitetônica única.

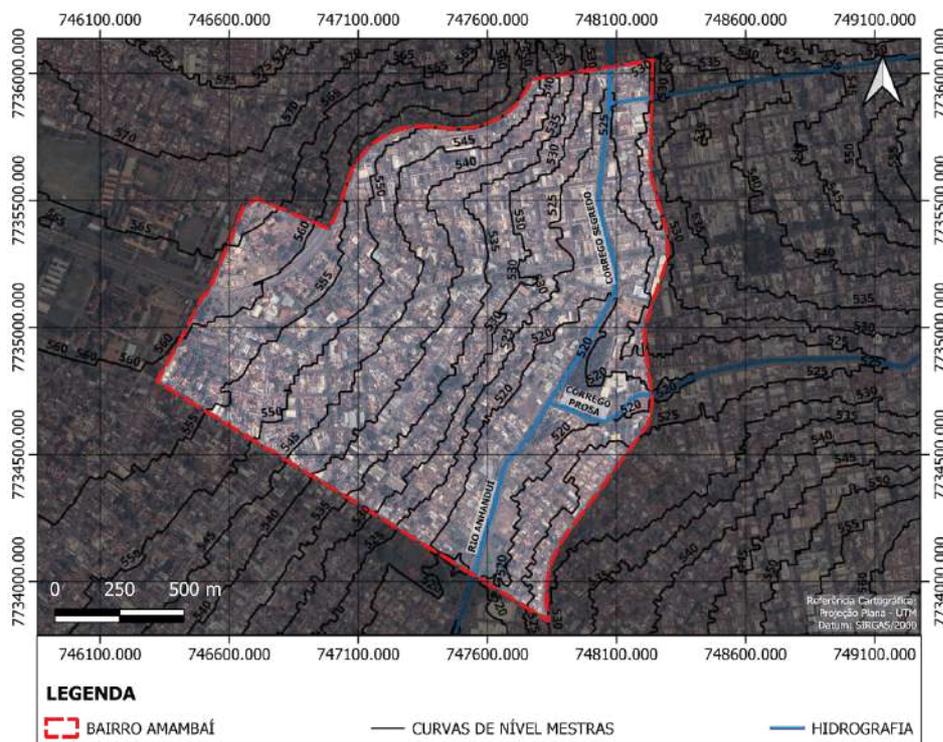
O projeto também determina a localização permitida para imóveis comerciais, dessa forma, esses usos deveriam se estabelecer apenas em esquinas. E como essa normativa foi

utilizada por muitos tempo, as unidades construídas se tornaram típicas na região e se mantêm até os dias atuais (ARRUDA, 2001).

Quanto às fachadas, nota-se uma grande variedade no local, principalmente devido ao caráter histórico do bairro. Dessa forma, residências mais antigas são facilmente identificadas por características como muros mais baixos e portões com grades mas que permitem uma maior interação com o ambiente externo e permeabilidade visual, sendo essas as principais moradias dos idosos residentes no bairro tendo em vista o apego ao local comum nesse grupo, já as mais recentes apresentam muros altos e portões fechados.

Quanto ao solo, Arruda (2006) afirma que a sinuosidade do traçado viário do Amambaí é adequada a sua condição topográfica que apresenta uma acentuada declividade no sentido oeste-leste em razão da presença dos córregos Segredo e Prosa, dessa forma o sistema de drenagem construído nos anos 60 se mostra eficiente em algumas partes do bairro, a exceção principalmente das áreas imediatas aos córregos, cujas áreas apresentam problemas recorrentes quanto ao escoamento das águas pluviais sendo a Avenida Presidente Ernesto Geisel um dos pontos críticos.

Mapa 05 - Topografia e hidrografia do bairro Amambaí



Fonte: PLANURB. Elaboração: Autorial, 2022.

Os aspectos do perfil demográfico do bairro demonstram que trata-se de uma área bastante populosa na cidade, com um expressivo contingente populacional de idosos, aproximadamente 14,20% da população total do bairro, o maior percentual na cidade. Além de expor o seu potencial visto que é uma área de grande fluxo por fazer conexões com as principais localidades da cidade e devido ao alto índice de envelhecimento indicando que a transição demográfica no bairro está em estágio avançado como mostra a tabela a seguir.

Tabela 06 - Perfil demográfico bairro Amambaí

Perfil demográfico do bairro Amambaí	
População total	8.190
População masculina	3.860
População feminina	4.330
População com idade de 65 anos ou mais	1.164
Idade média	38,09
Índice de envelhecimento (%)	93,42
Razão de dependência dos idosos (%)	20,14
Domicílios particulares permanentes	2.929
Média de moradores por domicílio	2,76

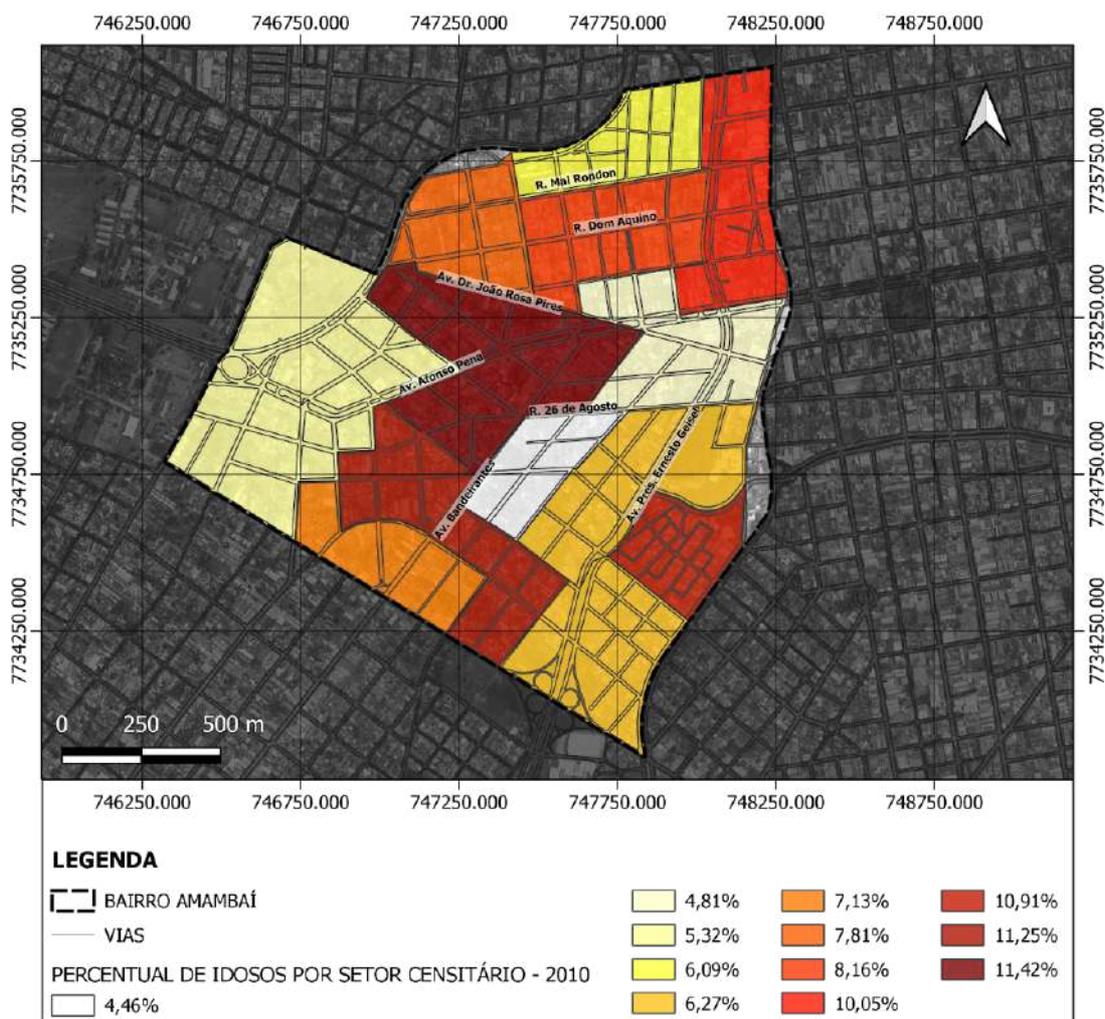
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Elaboração: Autoral, 2022.

O comportamento e as tendências de consumo desse grupo também pode ser observado no bairro, sendo assim os locais mais frequentados são as igrejas e os estabelecimentos para alimentação, os comércios também estão entre os espaços comumente frequentados pelos idosos do bairro, seja para compras ou apenas lazer e passeio. As praças também fazem parte dos ambientes visitados pela terceira idade do Amambaí, principalmente por permitir um contato externo e interações sociais.

Diante da expressiva quantidade de pessoas acima dos 65 anos, os dados do censo demográfico combinados com o setores censitários (IBGE, 2010) permitem realizar uma análise sobre a distribuição desse grupo no bairro, assim, evidencia-se que a maior

concentração ocorre nas área central do Amambaí, além de ser possível identificar outros locais em vias significativas para essa concentração como é a Rua Dom Aquino, situada em três setores censitários com considerável percentual de público da terceira idade na região. Os dados demonstram também que esse grupo concentra-se nas áreas onde a ocupação do bairro se iniciou e em localidades próximas a uma maior variedade de usos.

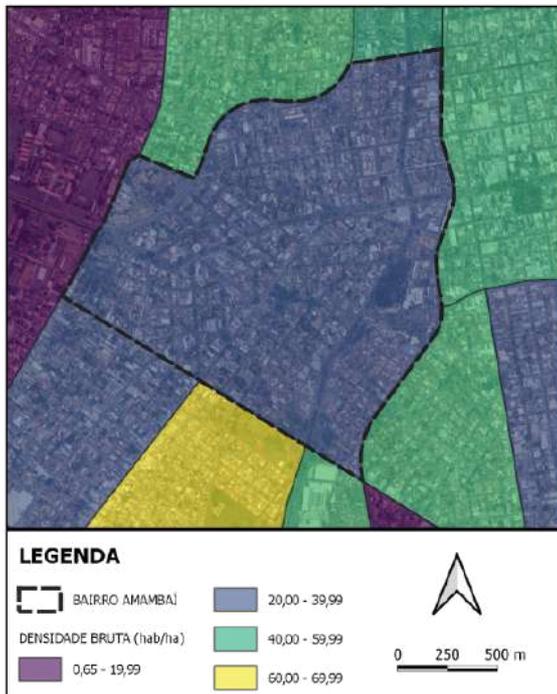
Mapa 06 - Percentual de idosos por setor censitário



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Elaboração: Autoral, 2022.

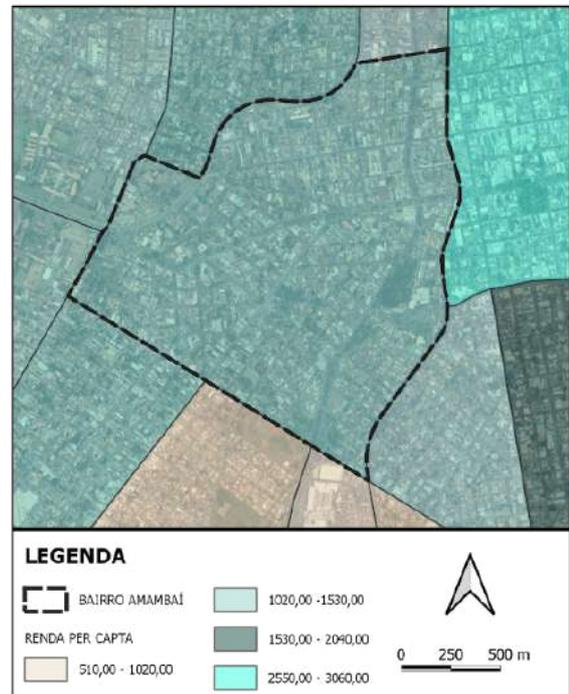
As condicionantes socioeconômicas do bairro apresentam informações sobre o Índice de Exclusão Social, Densidade Demográfica, Renda Per Capta e Índice de Qualidade de Vida Urbana como mostram os mapas 07 a 10.

Mapa 07 - Densidade demográfica bruta



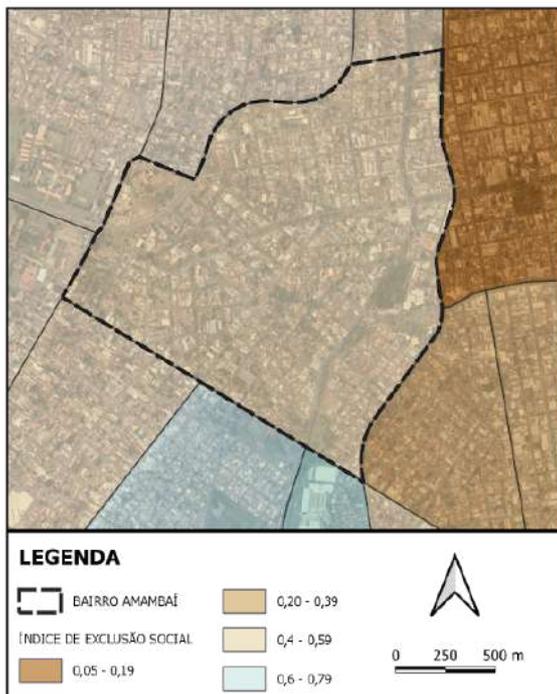
Fonte: PLANURB. Elaboração autoral, 2022.

Mapa 08 - Renda per capita



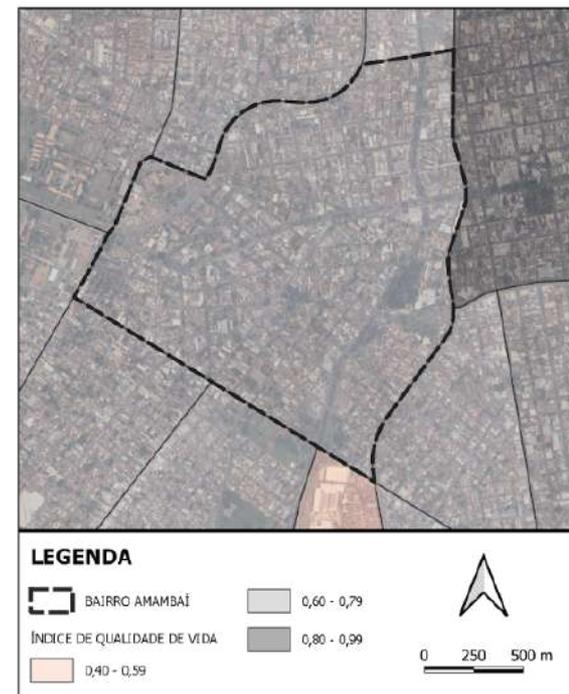
Fonte: PLANURB. Elaboração autoral, 2022.

Mapa 09 - Índice de exclusão social



Fonte: PLANURB. Elaboração autoral, 2022.

Mapa 10 - Índice de Qualidade de Vida Urbana



Fonte: PLANURB. Elaboração autoral, 2022.

Baseado nas análises dos mapas pode-se elaborar um perfil do bairro. Comparando as informações com os dados da sede, nota-se que no bairro Amambaí a população apresenta

uma boa condição econômica e boa qualidade de vida, ambos valores acima da média municipal. No entanto, o índice de exclusão social apresenta um valor considerável, refletindo uma situação de desigualdade social em sua população.

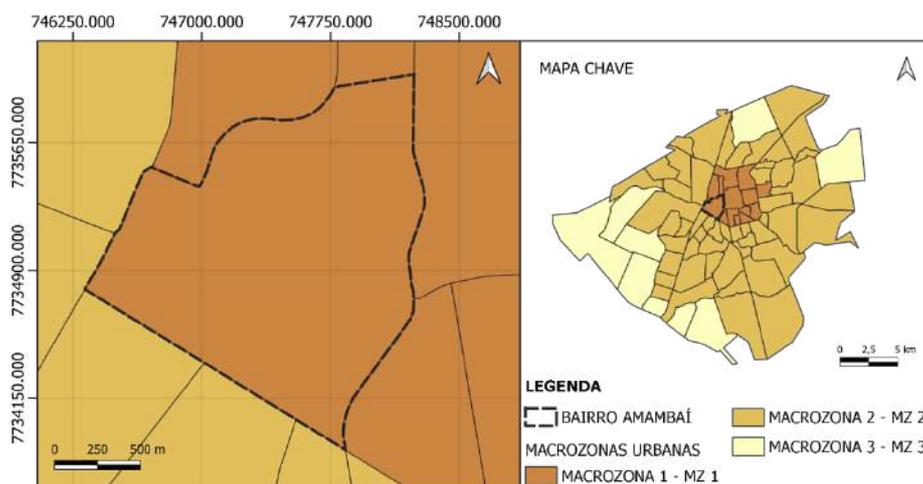
Tabela 07 - Síntese e comparação Perfil Socioeconômico

VARIÁVEIS	SEDE- CAMPO GRANDE	BAIRRO AMAMBAÍ
Densidade demográfica bruta (hab/ha)	97,22	32,21
Renda Per Capta	R\$ 875,27	R\$ 1285,40
Índice de exclusão social	-	0,51
Índice de qualidade de vida urbana	0,61	0,67

Fonte: PLANURB. Elaboração: Autoral, 2022.

A Lei Complementar nº 341 de 4 de Dezembro de 2018 determina que as Macrozonas tem como objetivo principal o ordenamento do uso e ocupação do solo, além de controle e proteção ambiental. Assim, o bairro Amambaí está inserido na Macrozona 1 - MZ1, que estabelece o estímulo ao adensamento e compactação populacional. a ocupação de áreas ociosas, a implantação de programas habitacionais, e o aproveitamento racional do solo urbano para as finalidades de patrimônio cultural, habitação e meio ambiente.

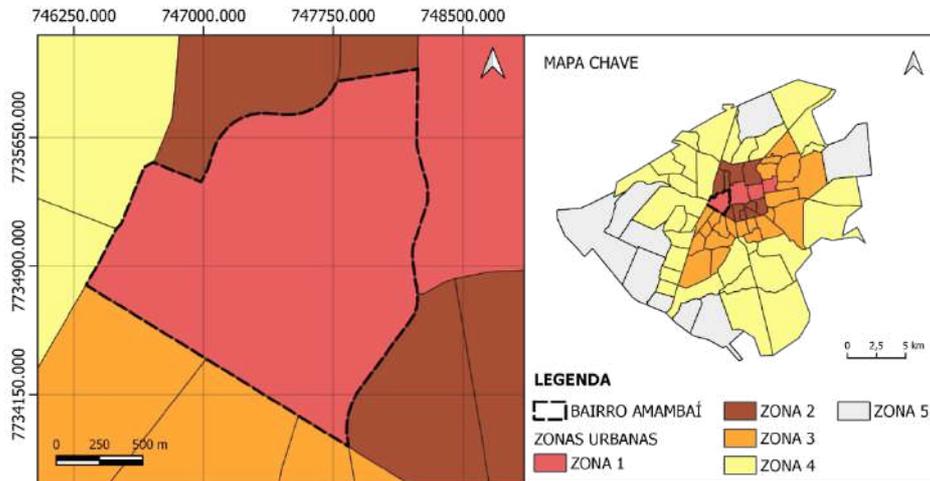
Mapa 11 - Macrozoneamento de Campo Grande - MS



Fonte: PLANURB. Elaboração: Autoral, 2022.

Contribuindo com a finalidade de ordenamento do uso e da ocupação do solo, a lei divide a área urbana do município em cinco zonas, sendo que a área de intervenção dessa proposta situa-se na Zona Urbana 1 - Z1.

Mapa 12 - Zoneamento Urbano de Campo Grande - MS



Fonte: PLANURB. Elaboração: Autorial, 2022.

A Zona Urbana 1 define índices e instrumentos urbanísticos que devem ser atendidos pelos empreendimentos públicos ou privados, bem como as categorias de usos permitidos para essa região, de acordo com as condicionantes físicas, biológicas e sociais da área.

Figura 34 - Índices urbanísticos e categorias de usos permitidos para Z1

ÍNDICES E INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS

	Taxa de ocupação - Térreo e 1º Pavimento - 0,7 - Demais Pavimentos - 0,5
	Coefficiente de aproveitamento mínimo - 0,10 Coefficiente de aproveitamento máximo - 5,0 Coefficiente de aproveitamento básico - 4,0
	Outorga onerosa - 1
	Índice de elevação - Livre
Lotes mínimos	
	Área - 250,00m² Testada Esquina - 15,00m Testada Meio de Quadra - 10,00m
Recuos	
	Frente - Térreo e 1º pavimento - Livre - Demais Pavimentos - 5,00 Lateral e fundos - Térreo e 1º pavimento - Livre - IE entre 2 e menor que 6 - h/6 (mínimo 3,00) - IE maior ou igual a 6 e menor que 12 - h/8 (mínimo 3,00) - IE maior ou igual a 12 - h/10 (mínimo 5,00)

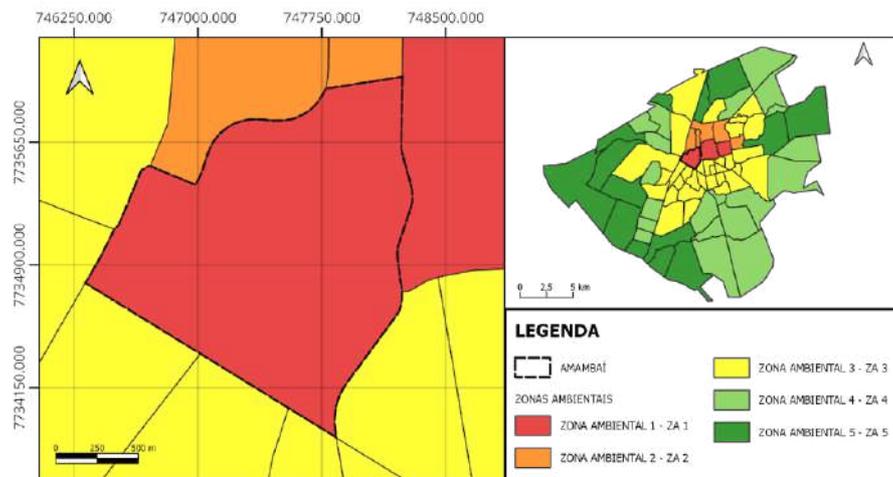
CATEGORIAS DE USOS PERMITIDOS

	Residencial - R1, R2, R3
	Comércio varejista - V1, V2, V3, V4, V5, V6, V8, V9, V11
	Comércio atacadista - A1, A2
	Serviços - S1, S2, S3, S4, S5, S6, S7, S10, S11, S12, S13, S15, S16, S17, S18, S19, S20, S21
	Industrial - I1, I2, I3
	Loteamento - L1, L2, L3, L5
	Especial - E1, E2, E3, E4, E10, E13, E19, E20

Fonte: PLANURB. Elaboração: Autorial, 2022.

O PDDUA (2018) estabelece também uma divisão da área urbana em cinco zonas ambientais para ordenamento e gestão ambiental baseado em análises geotécnica, hídrica e topográfica do território urbano. Baseado nessas observações e na legislação, o bairro Amambá está compreendido na Zona Ambiental 1 - ZA1.

Mapa 13 - Zoneamento Ambiental de Campo Grande - MS



Fonte: PLANURB. Elaboração: Autorial, 2022.

Na Zona Ambiental 1 ficam instituídos os menores valores do município para Taxa de Relevância Ambiental - TRA e Taxa de permeabilidade para construções públicas e privadas, visto que o meio físico e biológico da área não apresenta grande vulnerabilidade. Assim, o Amambá apresenta TRA mínima de 0,36 e taxa de permeabilidade mínima de 20%,

A legislação (PDDUA, 2018) prevê ainda zonas especiais urbanísticas das quais estão presentes no bairro uma área não edificada na parte norte da região, destinada a implantação de programas de habitação social, além da legislação prever a urbanização e implementação de equipamentos públicos, classificada como Zona Especial de Interesse Social do tipo 2 - ZEIS 2.

Diante do caráter histórico do bairro estão presentes em seu limite quatro categorias de Zonas Especiais de Interesse Cultural - ZEIC. Constituídos por imóveis e conjuntos de imóveis, monumentos e áreas tombadas que devem ser preservados, recuperados e mantidos objetivando evitar a perda ou o desaparecimento de suas características.

Os canteiros da Av. Afonso Pena, patrimônio tombado municipalmente (2014), também caracterizam-se como elementos importantes cultural tendo em vista que fazem parte da história da cidade abrigando árvores centenárias, além do seu valor paisagístico que contribuem com o fator atratividade e conforto térmico principalmente para os pedestres que passam pelo local, razão pela qual é comum observar idosos caminhando na área.

Figura 36 - Evolução das figueiras no canteiro central



Fonte: Marcos Ermínio / Arquivo municipal, 2021.

Entre os patrimônios culturais da região destacam-se a Morada dos Baís, o Mercado Municipal Antônio Valente, a Praça Ary Coelho, o antigo Terminal Rodoviário, o Portal Japonês, o monumento do Relógio da 14 de Julho e o Colégio Oswaldo Cruz. Todos esses elementos fazem parte da história da cidade e do bairro e estão presentes na rotina e identidade da população local. A identificação histórica e cultural da população com esses elementos é intensa com o grupo de idade mais avançada, principalmente porque muitos desses usuários frequentam esses locais há bastante tempo.

A presença no bairro do prédio da antiga rodoviária desativada, atualmente em obras de requalificação, evidencia uma dualidade. Ao mesmo tempo que possui uma forte relação com a história e memória cultural da cidade por ter sido um dos primeiros empreendimentos desse porte na cidade e permanecer em funcionamento por quase quatro décadas ao ser desativada tornou-se um espaço ocioso e abandonado.

Dessa forma, desde a inauguração da nova rodoviária da cidade em outra área, vários conflitos foram gerados no entorno, principalmente no que diz respeito a redução de fluxos de pessoas, prejudicando comerciantes. Além disso, a segurança nas adjacências também ficou prejudicada, pois as condições de abandono do local atraiu moradores de rua e usuários de drogas.

Outros locais relevantes também são identificados no bairro, embora não sejam estabelecidos como zonas de interesse cultural pela Lei Complementar 341/2018 como os listados no mapa a seguir. Tratam-se de locais de fluxo intenso de pessoas pela diversificação de usos e por fazerem parte da construção histórica e identitária do bairro e da cidade, além de funcionarem como pontos de referência para localização.

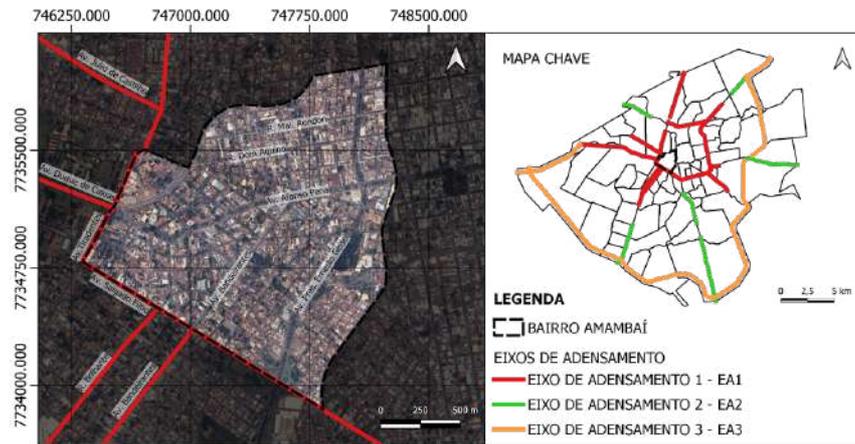
Mapa 15 - Principais pontos de referência do bairro Amambaí



Fonte: PLANURB. Elaboração: Autoral, 2022.

O bairro Amambaí apresenta em seus limites oeste e sudoeste eixos de adensamento do tipo EA1 que tem por finalidade incentivar e induzir o adensamento, diversificação do uso do solo e as centralidades da região (PDDUA, 2018), que influenciam e afetam diretamente o local de estudo. Embora dentro de seu perímetro não apresente eixos de adensamento, a localização do bairro faz com que outras vias desempenhem um importante papel quanto à conexão entre as regiões, além de apresentarem variedade quanto aos usos para atender a demanda da população.

Mapa 16 - Eixos de Adensamentos



Fonte: PLANURB. Elaboração: Autorial, 2022.

No entanto, embora o PDDUA classifique o bairro como área para estímulo do adensamento populacional e diversificação dos usos, a região apresenta poucos vazios urbanos, que correspondem majoritariamente a áreas de vias e algumas a áreas verdes e a terrenos sem edificações, pouco presentes no Amambaí tendo em vista que é um bairro antigo e com ocupação consolidada o que implica na possibilidade de implantação de novas edificações e equipamentos urbanos necessários para a região.

Mapa 17 - Figura-fundo do bairro Amambaí



Fonte: PLANURB. Elaboração: Autorial, 2022.

Outra análise que se pode fazer a partir do nível de ocupação do bairro é a respeito da quantidade de áreas verdes. O mapa 18 evidencia que o bairro conta com poucos espaços verdes, sendo o de maior destaque para o Horto Florestal, canteiros centrais da Av. Afonso Pena e algumas praças presentes na área, e aliado a grande área ocupada por construções evidencia a importância da implantação de novos espaços verdes para tornar o bairro mais atrativo e confortável para todos os grupos, em especial aos que demandam mais atenção como os idosos.

Mapa 18 - Áreas verdes e arborização do bairro Amambaí



Fonte: PLANURB. Elaboração: Autorial, 2022.

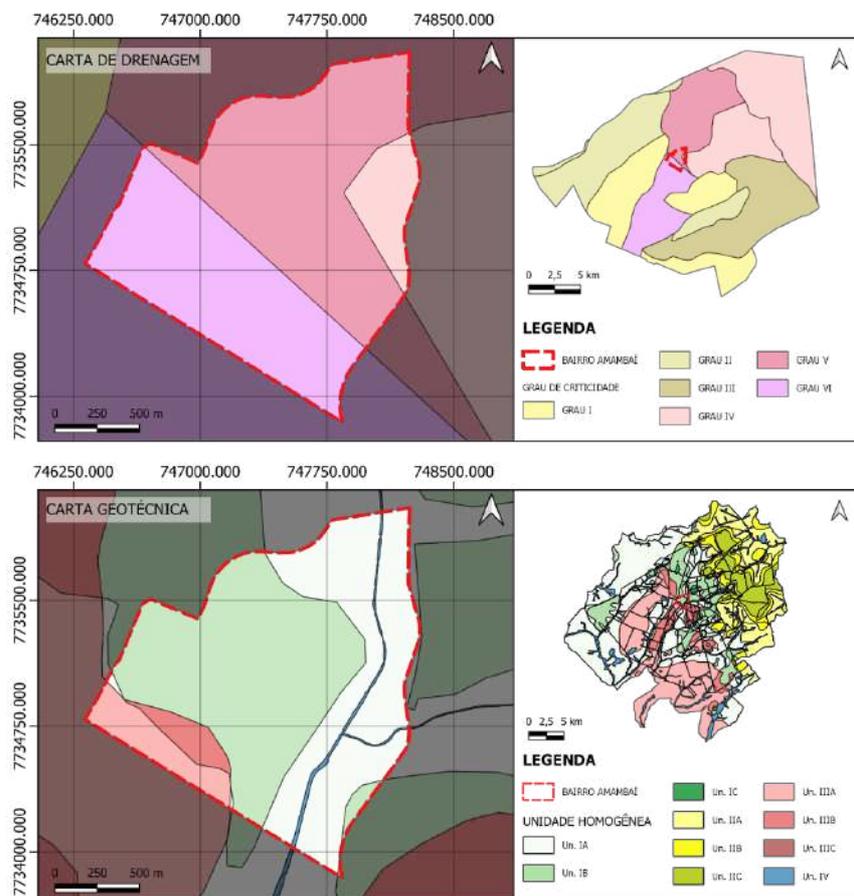
Arruda (2001) afirma que o paisagismo também foi considerado no projeto urbanístico de Boni, através do estabelecimento da obrigatoriedade do plantio de árvores nos lotes. Tornando o bairro Amambaí um lugar de muito verde nos lotes.

Em 2010, o Plano Diretor de Arborização urbana de Campo Grande realizou um diagnóstico da arborização urbana no município e os resultados indicam que no bairro Amambaí existiam 2.696 árvores para 50,38 km de passeio, atingindo uma média de 53,51 árvores/km. Comparando com o mapa é possível estabelecer que o bairro apresenta uma boa quantidade de arborização, contudo algumas dessas árvores estão em situação inadequada, seja pelo porte ou localização na calçada o que causa transtornos aos moradores e transeuntes,

principalmente para os idosos que apresentam maiores dificuldade de locomoção em razão das condições físicas do envelhecimento, sendo necessária a realização de manutenção.

O meio físico também pode ser analisado através das cartas de Drenagem (1997) e Geotécnica (2020), nas quais são as áreas são caracterizadas, além de apresentar os possíveis problemas e as diretrizes recomendadas para lidar com as questões de drenagem de cada área.

Mapa 19 - Cartas de drenagem e geotécnica

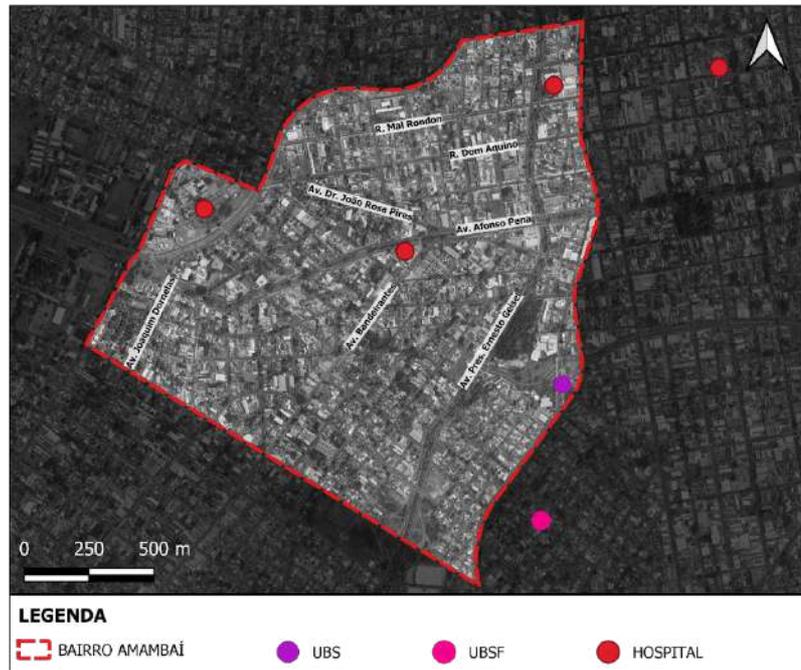


Fonte: PLANURB. Elaboração: Autorial, 2022.

De acordo com Carta de Drenagem (1997) o bairro está inserido em uma área abrangida pelos grau de criticidade IV, V e VI. Sendo suscetível a alagamentos, inundações e enchentes em vários pontos, apresentando sistemas de microdrenagem insuficiente. Além disso, no bairro são identificadas a ocorrência de bocas-de-lobo assoreadas, com localização e distribuição irregular e ligações clandestinas de esgoto.

Na Carta Geotécnica (2020) que insere o bairro nas unidades homogêneas predominantemente IA, IB, parte nas unidades IIIA, IIIB e IV, sendo esta última a área de

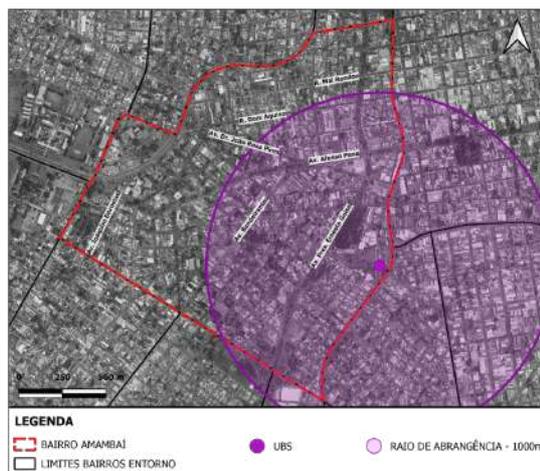
Mapa 24 - Equipamentos comunitários de saúde



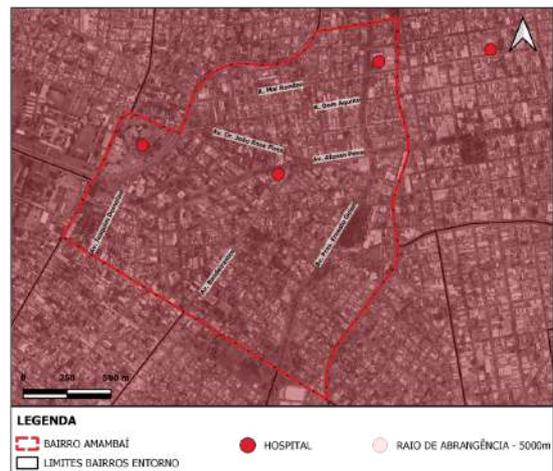
Fonte: PLANURB. Elaboração: Autoral, 2022.

Dessa forma, a quantidade de hospitais se mostra eficiente para responder a necessidade da população. Enquanto a UBS atende apenas uma parte a leste da área, assim como a UBSF do entorno próximo ao perímetro do bairro. Visto que o bairro tem a maior população idosa da cidade esse cenário evidencia uma carência nesse setor, pois trata-se de um grupo que comumente precisa deste serviço devido às características advindas do envelhecimento.

Mapa 25 - Raios de abrangência UBS Mapa 26 - Raios de abrangência Hospital



Fonte: PLANURB. Elaboração: Autoral, 2022.



Fonte: PLANURB. Elaboração: Autoral, 2022.

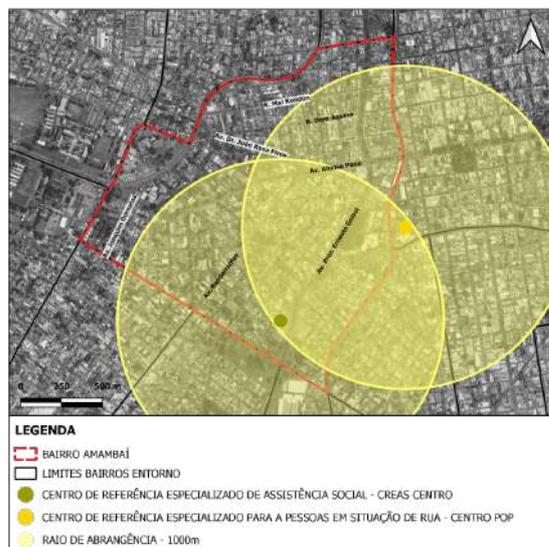
Mapa 27 - Raios de abrangência UBSF



Fonte: PLANURB. Elaboração: Autorial, 2022.

Pode-se observar no bairro a presença de apenas uma unidade de assistência social e uma unidade no entorno imediato, responsáveis por contemplar apenas parcialmente a área como mostra o mapa 28, se mostrando insuficientes para lidar com as exigências da população.

Mapa 28 - Raios de abrangência Assistência social

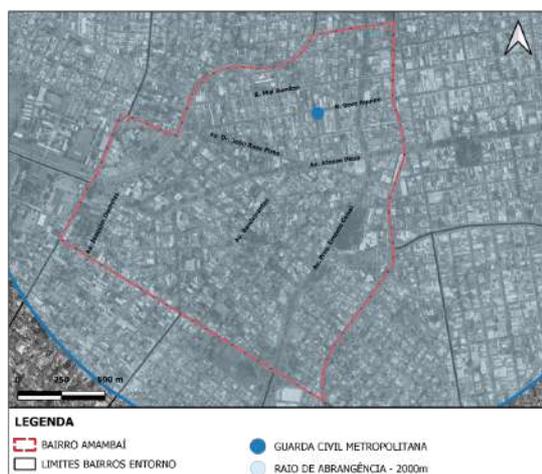


Fonte: PLANURB. Elaboração: Autorial, 2022.

O bairro conta também com uma unidade da Guarda Civil Metropolitana, cujo raio de abrangência contempla a área em sua totalidade. Além disso, as duas unidades da Polícia Militar e a do Corpo de bombeiros na área contígua à região atendem a população em praticamente sua totalidade de acordo com esse critério, evidenciando um fator positivo para a

região pois as condições de segurança é um dos principais fatores considerados pelos idosos para ocupar e deslocar-se pelos espaços.

Mapa 29 - Raios de abrangência
Guarda Civil



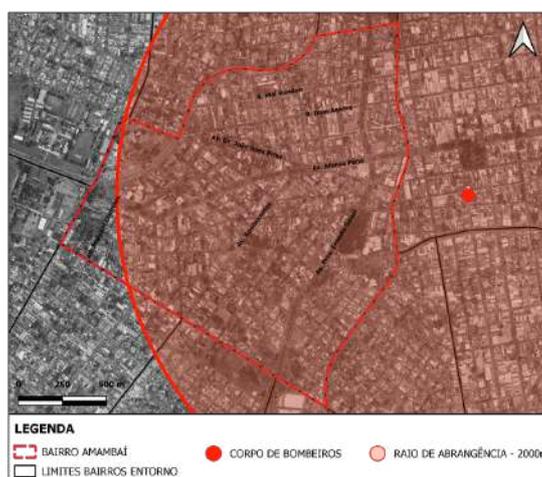
Fonte: PLANURB. Elaboração: Autoral, 2022.

Mapa 30 - Raios de abrangência
Polícia Militar



Fonte: PLANURB. Elaboração autoral, 2022.

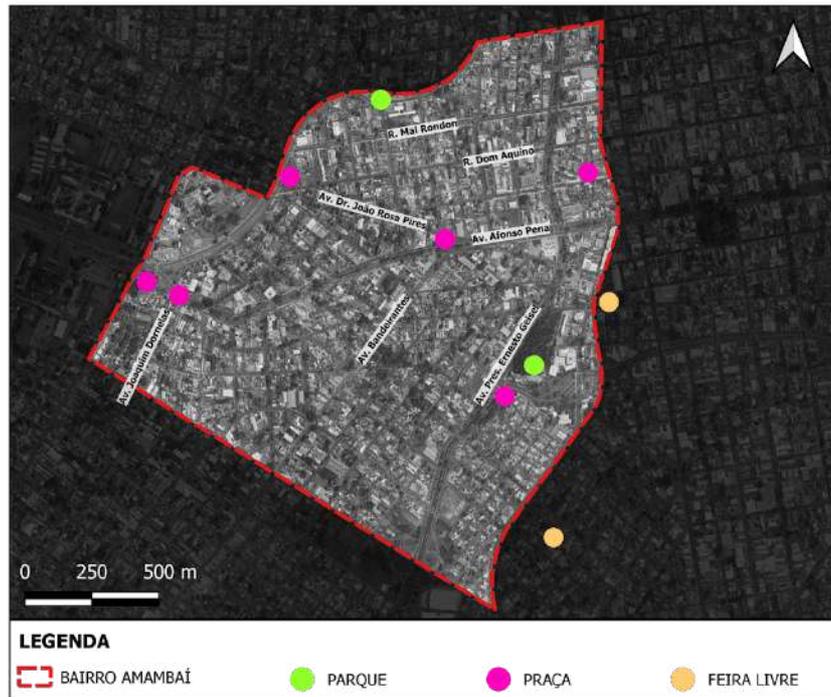
Mapa 31 - Raios de abrangência corpo de bombeiros



Fonte: PLANURB. Elaboração: Autoral, 2022.

Os equipamentos de lazer e cultura recebem um relativo destaque no bairro tendo em vista que estão presentes praças e parques, além da ocorrência de feiras livres nas proximidades na região. No entanto, as condições de infraestrutura desses equipamentos são deficitárias com poucos mobiliários de permanência e vegetação insuficiente, tornando-os pouco atrativos para os idosos e público em geral.

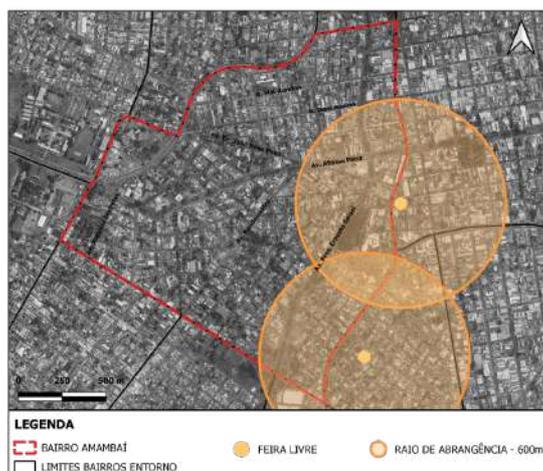
Mapa 32 - Equipamentos comunitários de lazer



Fonte: PLANURB. Elaboração: Autorial, 2022.

Dentro do perímetro do bairro não acontecem feiras livres, no entanto, no entorno imediato existem áreas onde as mesmas ocorrem, sendo uma diariamente e a outra aos sábados, atendendo a porção sudeste da região enquanto as demais áreas não são abrangidas por essa atividade embora essa atividade seja comumente objeto de interesse do público mais experiente que predomina na área podendo ser melhor explorada para atendê-lo de forma satisfatória.

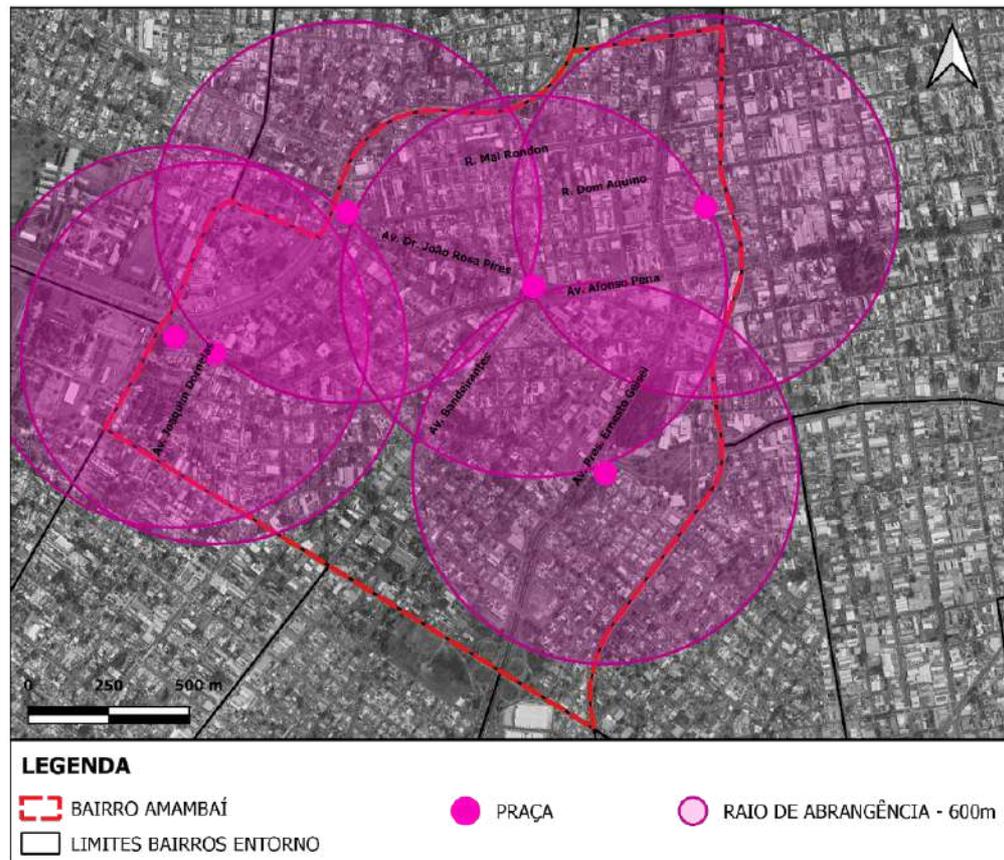
Mapa 33- Raios de abrangência feiras livres



Fonte: PLANURB. Elaboração: Autorial, 2022.

As praças existentes ao longo do território evidenciam o potencial do bairro para atender as necessidades locais quanto a disponibilidade do equipamento, no entanto, a maioria desses espaços precisa passar por intervenções para qualificá-los e torná-los atrativos e acessíveis pois encontram-se em situação precária de manutenção.

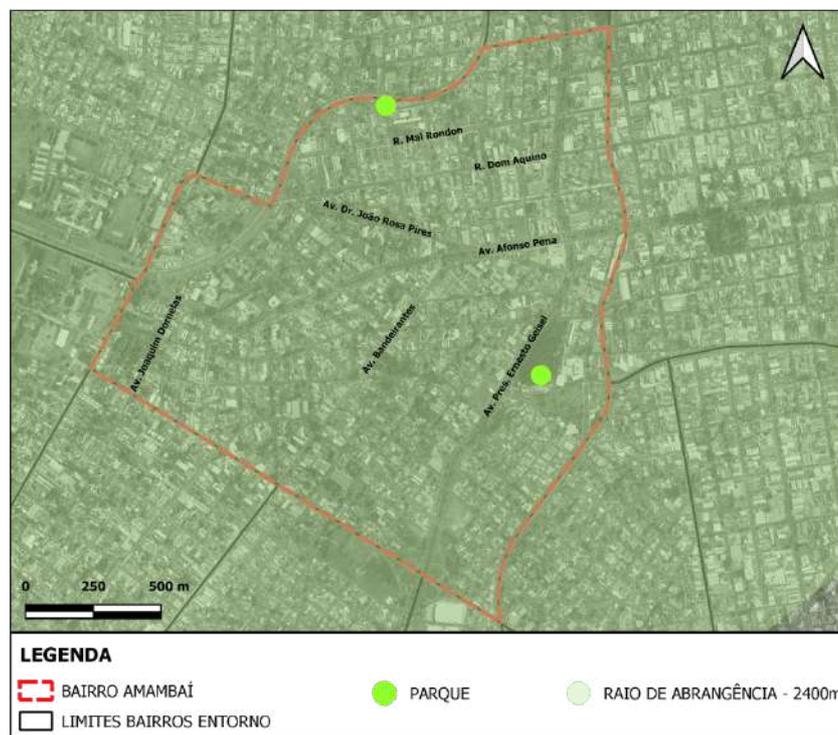
Mapa 34 - Raios de abrangência praças



Fonte: PLANURB. Elaboração: Autorial, 2022.

O lazer no bairro também conta com a presença de dois grandes parques: a Orla Morena e o Horto Florestal. Ambos espaços públicos de grande movimentação devido ao seu potencial para usos diversos e ao seu valor estético, além disso, são ambientes com forte apelo histórico e emocional com a população da região e da cidade, sentimentos comuns em idosos que frequentam esses locais há algum tempo. Também são locais que poderiam ser melhor explorados para o desenvolvimento de outras atividades e ações voltadas para esse público com mais frequência.

Mapa 35 - Raios de abrangência parques



Fonte: PLANURB. Elaboração: Autorial, 2022.

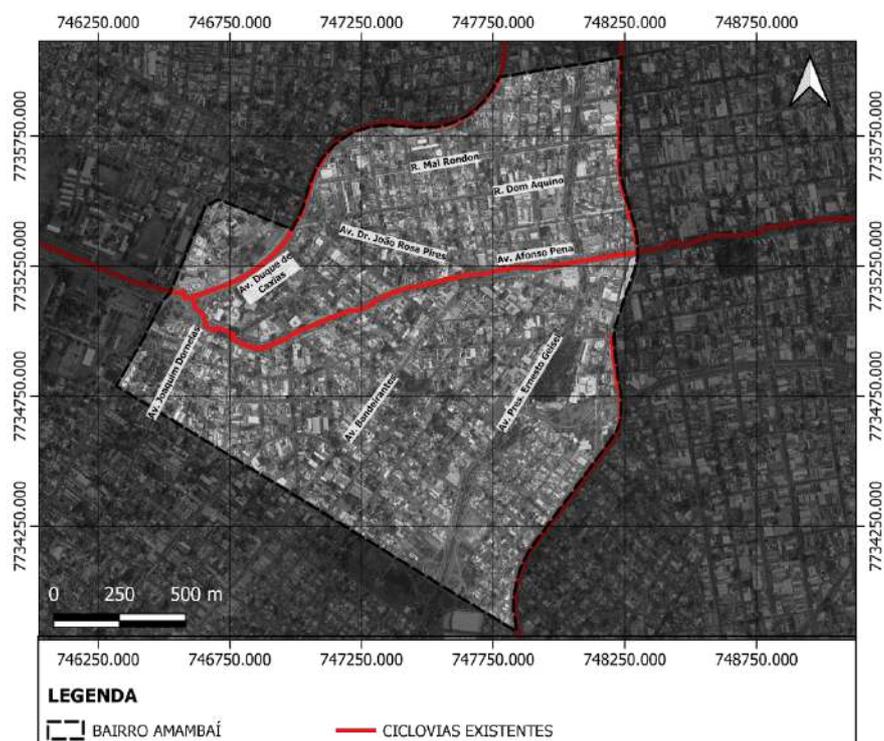
A infraestrutura existente no bairro demonstra que a integralidade é atendida por rede de abastecimento de água e esgoto. Além disso, o bairro conta com rede de energia elétrica em sua totalidade e uma boa quantidade de postes de iluminação pública dispostos por sua extensão, no entanto, quanto esses elementos são identificada algumas problemáticas como luzes de baixa eficiência, iluminação focada nas ruas e postes instalados em áreas inadequadas das calçadas prejudicando o deslocamento e a segurança.

O Amambaí também é contemplado pelos serviços de coleta de resíduos sólidos e coleta seletiva em toda a sua área, variando os dias em que o serviço ocorre em cada parte do bairro. Da mesma forma acontece com a varrição dos locais públicos que de acordo com a Solurb são realizadas seguindo um cronograma fixo, assim como as coletas de resíduos.

A localização central e as características socioeconômicas do bairro contribuem para que a sua infraestrutura seja mais completa, dessa forma, todas as vias do bairro são pavimentadas. Entretanto, em sua maioria, o asfalto está em péssima condição, a exceção da Av. Afonso Pena, principal via da cidade.

A proximidade com o centro da cidade faz com que a quantidade de vias arteriais no bairro seja expressiva, como é o caso da Av. Pres. Ernesto Geisel, Av. Fernando Correa da

Mapa 37 - Ciclovias no bairro Amambai



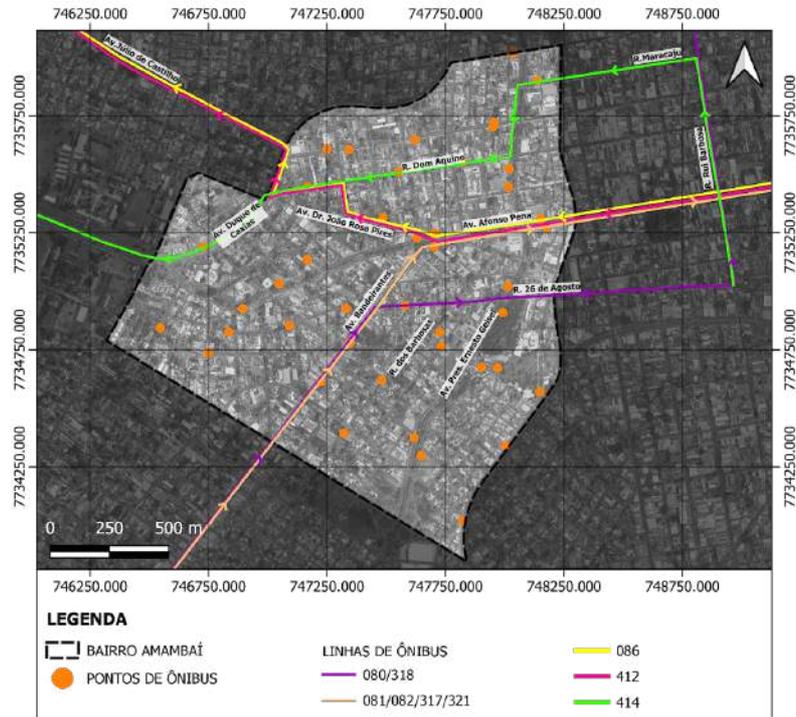
Fonte: PLANURB. Elaboração: Autoral, 2022.

A maioria dos idosos também utiliza frequentemente o sistema de transporte público que no bairro não conta com terminal de ônibus dentro de seu perímetro, sendo o mais próximo o Terminal Morenã, distante aproximadamente 1,20 km dos limites da região. E por ser um importante eixo de conexão entre o centro e os bairros periféricos, o bairro é atendido pelas principais linhas de ônibus.

Além disso, a disposição e quantidade de pontos de ônibus no bairro é satisfatória e são encontrados por toda a extensão do bairro, concentrando-se principalmente nas principais e de maior fluxo.

Quanto às linhas de ônibus, devido a sua localização central e o seu perfil demográfico, o Amambai conta com várias linhas que conectam o bairro aos demais bairros e regiões, além de atender ao fluxo intra-bairro. Embora, o sistema de transporte público coletivo apresenta falhas principalmente no que diz respeito às condições dos veículos, tempo de espera, além da quantidade insuficiente que faz com que em horários de pico ocorra uma superlotação desses sistemas.

Mapa 38 - Transporte público coletivo



Fonte: PLANURB. Elaboração: Autoral, 2022.

No entanto, os mobiliários de pontos de ônibus apresentam-se em condições precárias e inadequadas, sem cobertura para proteção contra intempéries, sem acessibilidade para idosos e pessoas com mobilidade reduzida deficitária, expondo a necessidade de implantação de novos mobiliários e revitalização dos existentes.

Figura 37 - Ponto de ônibus na rua 26 de Agosto



Fonte: Google Earth, 2022.

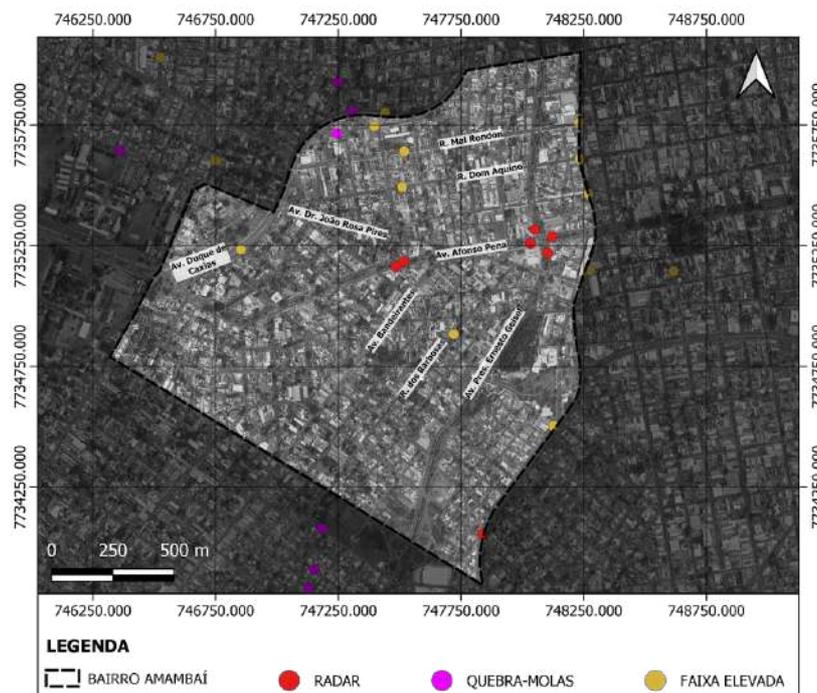
Figura 38 - Ponto de ônibus na Av. Afonso Pena



Fonte: Google Earth, 2022.

As condições das sinalizações também são um problema no bairro, tendo em vista a existência de cruzamentos sem sinalização vertical e horizontal, e a ausência de sinalização para pedestres em vários pontos. Além disso, os instrumentos reguladores do trânsito como quebra-molas, faixas elevadas e radares são pouco presentes ao longo do bairro, como demonstra o mapa 39.

Mapa 39 - Mapa de dispositivos reguladores do trânsito no bairro Amambaí



Fonte: PLANURB. Elaboração: Autoral, 2022.

Entre os objetivos do PDDUA (2018) está o de priorizar os pedestres, ciclistas e o transporte público coletivo na mobilidade urbana. No entanto, no Amambá é possível observar algumas vias importantes onde esse deslocamento ainda enfrenta alguns desafios, como é o caso da Av. Pres. Ernesto Geisel e outras vias locais.

Nessas ruas, notam-se problemas que precisam ser resolvidos para atingir a condição de mobilidade e acessibilidade estabelecida pelo PDDUA (2018). Como a ausência de piso tátil, rampas de acessibilidade e sinalização horizontal e vertical, além das dimensões insuficientes das calçadas, longas distâncias a serem percorridas sem espaços para paradas e arborização insuficiente.

Figura 39 - Vista da Av. Pres. Ernesto Geisel



Fonte: Google Earth, 2022.

As condições de mobilidade para pessoas em idade mais avançada também são prejudicadas pela existências de calçadas irregulares, apresentando desníveis, condições de manutenção precárias e barreiras físicas como mobiliários e vegetações em locais inadequados. Além disso, a atratividade dos percurso a pé também é um empecilho em diversos locais tendo em vista a falta de segurança e elementos convidativos.

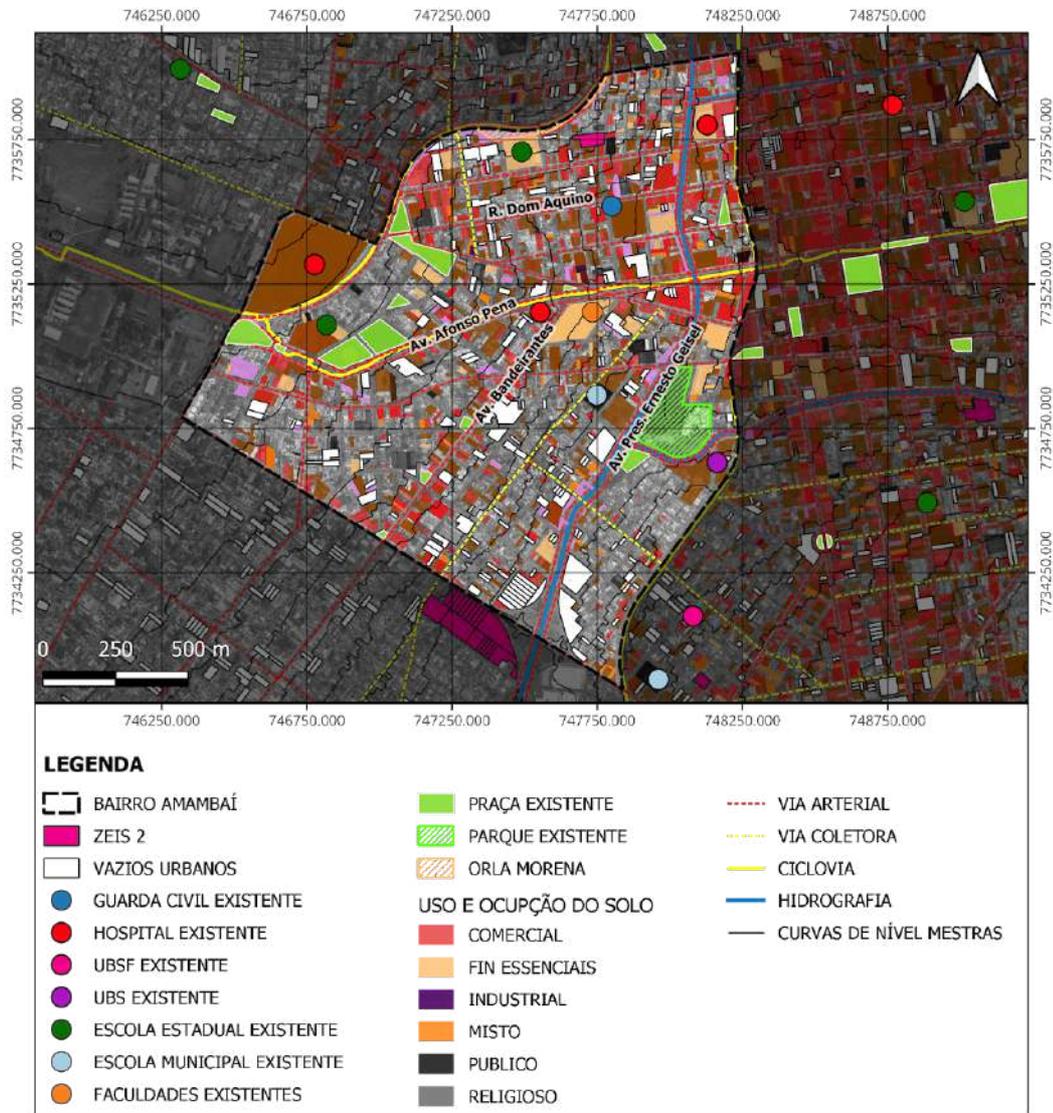
Figura 40 - Trecho de calçada na rua Dom Aquino



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

A partir dessas análises é possível afirmar que o bairro apresenta um grande potencial em diversos aspectos embora algumas problemáticas identificadas precisem ser corrigidas para aproveitá-lo da melhor forma possível. Assim, o mapa 40 expõe uma síntese do diagnóstico obtido com a leitura da área.

Mapa 40 - Síntese diagnóstico



Fonte: PLANURB. Elaboração: Autorial, 2023.

Em suma o bairro apresenta algumas carências quanto ao equipamentos de saúde, embora seja parcialmente atendido pelos existentes nas vizinhanças. Tendo em vista a necessidade do público mais velho por esses serviços de saúde, dadas as condições físicas e biológicas decorrentes do envelhecimento.

Também é identificado um grande potencial relacionando as zonas de interesse cultural e áreas de lazer, no entanto as mesmas são pouco exploradas. Principalmente em espaços que poderiam ser utilizados para criar condições e incentivar a socialização e integração do idoso com o ambiente e os demais grupos sociais.

Em relação à infraestrutura, os problemas observados dizem respeito a qualidade e condição de manutenção desses elementos. Situação que impacta diretamente na mobilidade e acessibilidade, principalmente de idosos, questão apontada por Gehl (2013) como um dos grandes desafios urbanos.

Além disso, o bairro apresenta uma ocupação bastante consolidada e com usos diversificados, contribuindo para tornar o espaço mais inclusivo, amigável e atrativo aos idosos diante das facilidades e seguranças promovidas por essa organização.

5.3 Diagnóstico da área de intervenção

Baseado nas análises do bairro e demais aspectos expostos ao longo da pesquisa, estabeleceu-se como área de intervenção projetual o trecho da Rua Dom Aquino situado no bairro Amambaí, principalmente por ser uma área de grande fluxo de pessoas, principalmente idosos, com variados usos do solo, além dos potenciais e problemáticas identificados no trecho e a disponibilidade dos condicionantes físicos para a implantação do projeto de intervenção urbana.

Mapa 41 - Área de intervenção projetual



Fonte: PLANURB. Elaboração: Autoral, 2022.

A área de intervenção escolhida apresenta relevância para o público em questão por corresponder a um importante eixo do bairro devido às suas características e configuração

Duque de Caxias e a rua Almirante Barroso, o fluxo de pedestres é mais intenso em frente a praça das Araras e a praça Cuiabá e no lado direito, em relação ao sentido da via, da calçada, onde situa-se um ponto de ônibus. No entanto, a arborização composta por árvores de porte médio é escassa e insuficiente para sombrear a calçada e aliado aos desníveis e obstáculos observados e irregularidades das calçadas presentes dificultam a locomoção.

Figura 41 - Trecho 01 da rua Dom Aquino

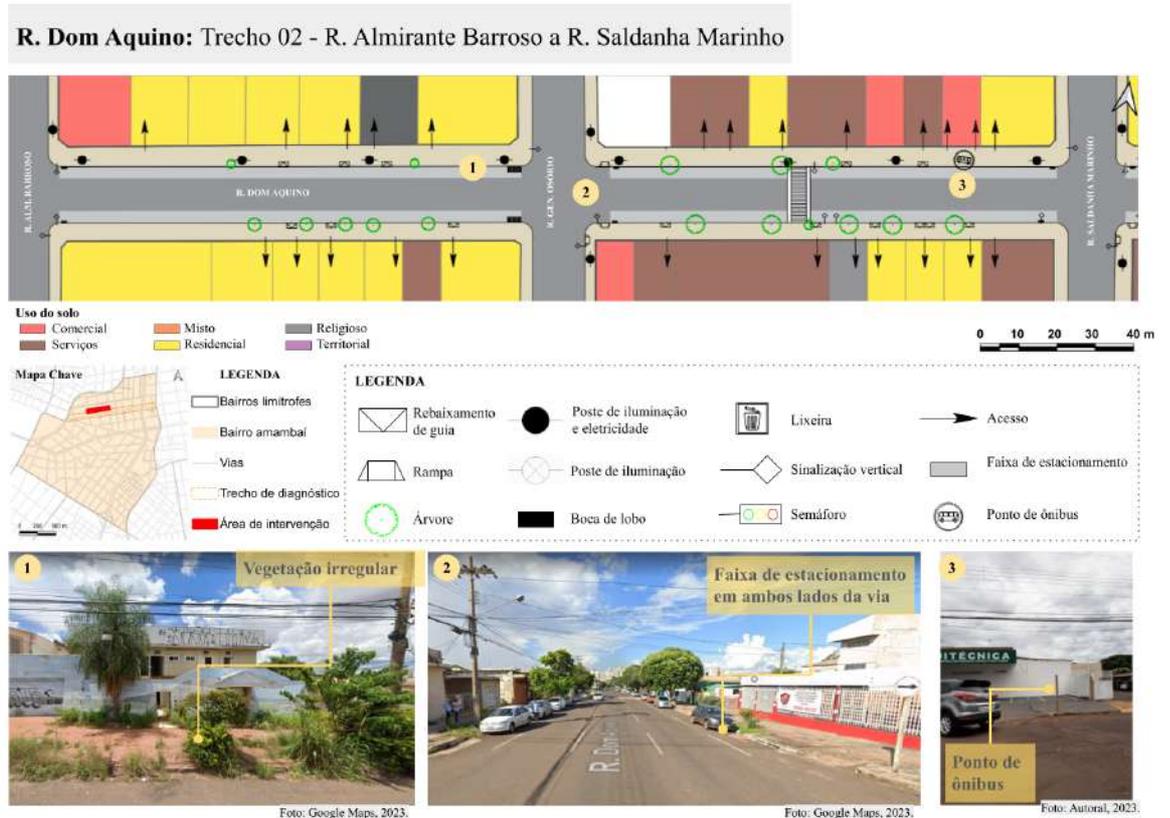


Fonte: Planurb. Elaboração autoral, 2023.

Em sequência o próximo trecho compreende a rua Dom Aquino entre a rua Almirante Barroso e a rua Saldanha Marinho, assim como o segmento anterior também apresenta arborização de porte pequeno e médio que não garantem o conforto térmico e o sombreamento nas calçadas, além de serem identificadas vegetações plantadas em locais inadequados das calçadas que atrapalham a mobilidade no trecho.

Observou-se nesse trecho a existência de vazio urbano com potencial para a implantação de outros equipamentos e uma maior variedade de usos concentrados na parte entre a rua General Osório e o limite do trecho que apresenta elevado fluxo de pedestres.

Figura 42 - Trecho 02 da rua Dom Aquino



Fonte: Planurb. Elaboração autoral, 2023.

O terceiro trecho situa-se entre a rua Saldanha Marinho e a rua Joaquim Nabuco apresenta os mesmos problemas de arborização e irregularidade das calçadas como os anteriormente citados tem como diferencial do anterior a existência de segmentos de calçadas com piso tátil descontinuado. Além disso, observou-se a existência de lotes subutilizados, hotel desativado e lotes vazios que prejudicam o fator atratividade e segurança no local.

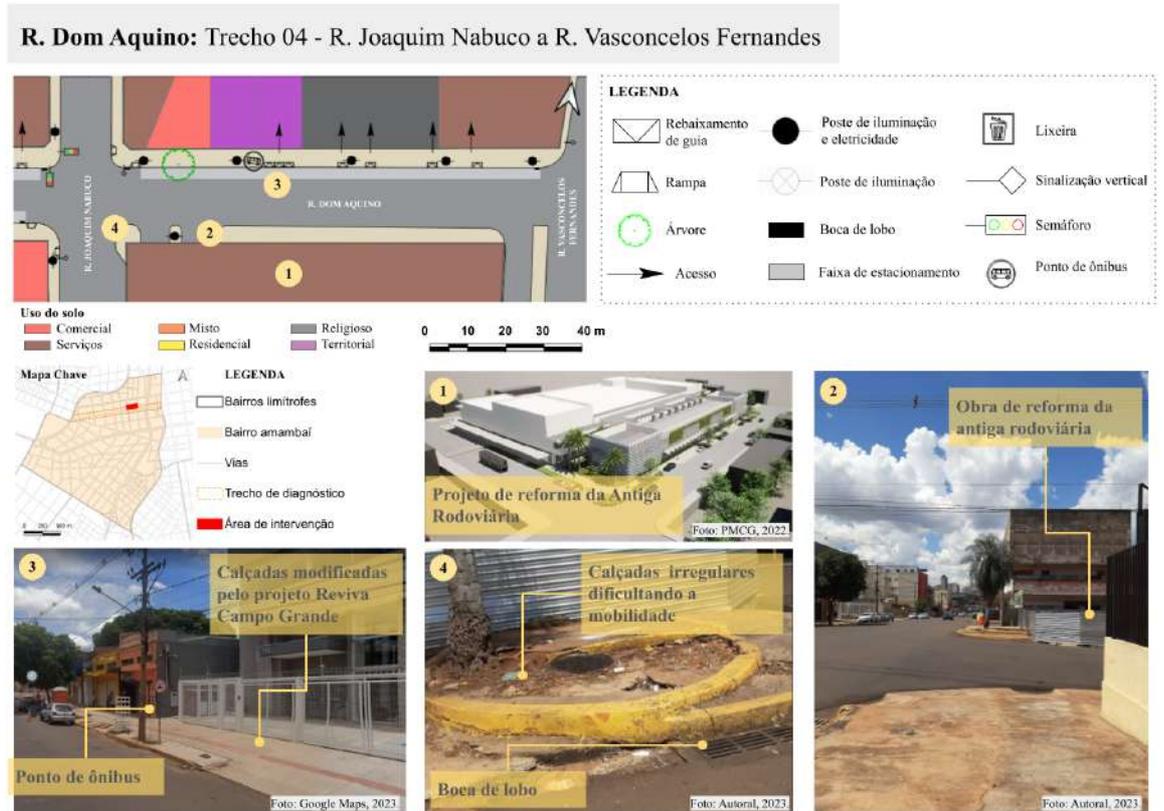
Figura 43 - Trecho 03 da rua Dom Aquino



Fonte: Planurb. Elaboração autoral, 2023.

O trecho seguinte abrange a rua Dom Aquino entre a rua Joaquim Nabuco e a rua Vasconcelos Fernandes. Esse segmento abriga o Antigo Terminal Rodoviário que encontra-se em processo de desenvolvimento das obras de revitalização e foi contemplado pelo projeto Reviva Campo Grande no qual as calçadas foram alargadas, regularizadas e foram implantados piso tátil e rampas de acessibilidade. No entanto quanto a arborização e sombreamento o trecho apresenta apenas uma (01) árvore de porte médio que é insuficiente para garantir a qualidade do espaço.

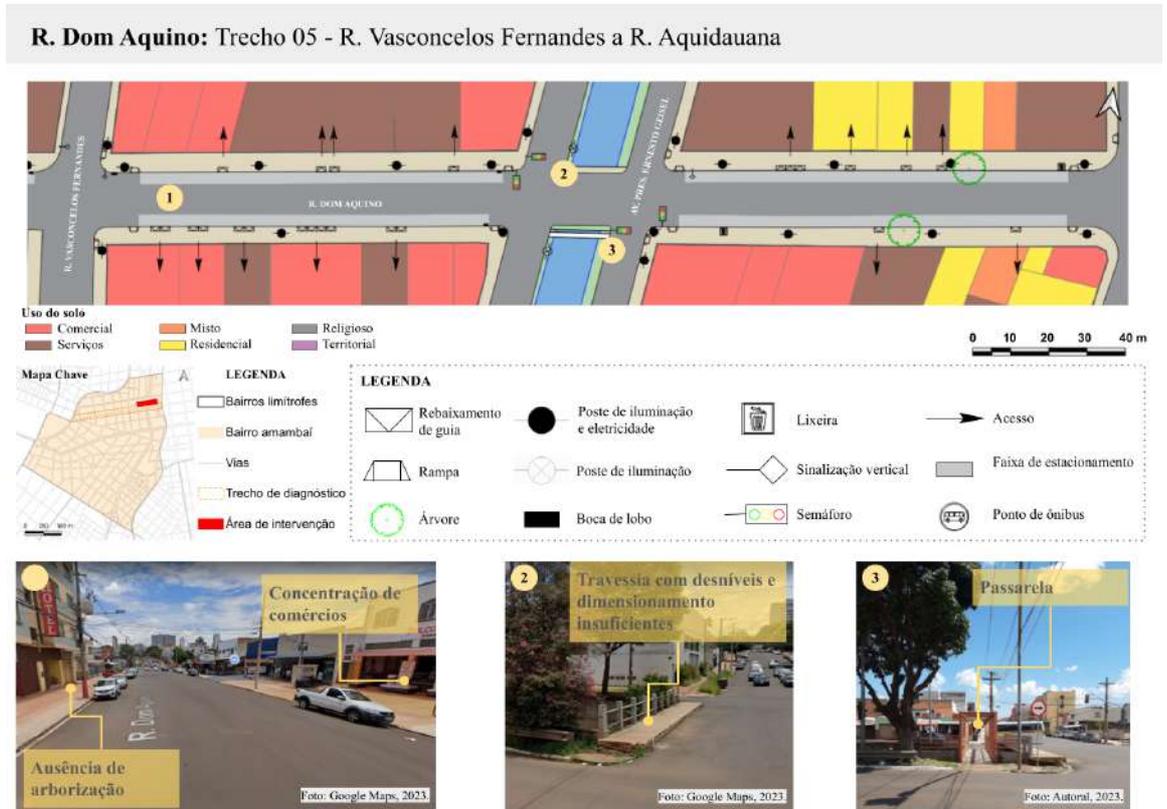
Figura 44 - Trecho 04 da rua Dom Aquino



Fonte: Planurb. Elaboração autoral, 2023.

O quinto trecho está compreendido entre a rua Vasconcelos Fernandes e a rua Aquidauana e assim como o anterior foi contemplado pelo projeto de revitalização do Reviva Campo Grande com as mesmas estratégias, incluindo a ausência de arborização identificada anteriormente. Nesse trecho encontram-se a comércio de colchões e móveis, e a maioria dos restaurantes e cafeteria da área de intervenção, além disso também observou-se a condição precária da travessia de pedestres na avenida Presidente Ernesto Geisel onde as passarelas têm dimensionamento inadequado e ausência de acessibilidade.

Figura 45 - Trecho 05 da rua Dom Aquino



Fonte: Planurb. Elaboração autoral, 2023.

Por fim, o último trecho situa-se entre a rua Aquidauana, que dá acesso a praça Aquidauana e o limite do bairro, estabelecido pela Orla Ferroviária, trata-se do menor segmento analisado. Também contemplado pelo projeto de revitalização da prefeitura, esse trecho apresenta uma árvore de pequeno porte que não garante o efeito de sombreamento das calçadas.

respondesse às demandas dos idosos e empregasse estratégias para garantir a inclusão e acessibilidade desse grupo na cidade.

6.1 Diretrizes gerais

A definição das diretrizes gerais para o bairro basearam-se na síntese da leitura do bairro Amambaí e identificação de suas problemáticas e potencialidades categorizadas por eixos a fim de propor estratégias específicas direcionadas e adequadas a serem empregadas na área de estudo.

Assim, a tabela a seguir demonstra um resumo do diagnóstico obtido com as análises dos condicionantes locais que interferem diretamente na forma como os idosos interagem e utilizam os espaços públicos urbanos e foram propostas diretrizes para cada eixo temático para superar as problemáticas encontradas bem como explorar o potencial observado.

Tabela 08 - Problemática e potencialidade do bairro Amambaí

Eixo	Problemática	Potencialidade	Diretriz geral
Social	<ul style="list-style-type: none"> - Considerável desigualdade social. 	<ul style="list-style-type: none"> - IQVU mediano; - Alto índice de envelhecimento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliar a quantidade de programas de educação continuada voltada para idosos; - Investimento em políticas públicas para elevação de renda e redução das desigualdades sociais. - Medidas públicas para o entorno imediato ao antigo terminal rodoviário
Econômico	<ul style="list-style-type: none"> - Renda Per Capita baixa em comparação aos demais; bairros da Região Urbana Centro; - Áreas subutilizadas próximo a antiga rodoviária. 	<ul style="list-style-type: none"> - Apresenta variedade de pontos turísticos e proximidade a eixos atrativos como; Camelódromo e Mercado Municipal. 	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivo a geração de emprego e renda destinados aos idosos.
Uso e Ocupação	<ul style="list-style-type: none"> - Alta valorização imobiliária que impede a ocupação dos terrenos vazios ainda restantes no bairro. 	<ul style="list-style-type: none"> - Diversidade de usos do solo; - Pequena quantidade de vazios urbanos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação de operações consorciadas para recuperar lotes vazios ou subutilizados;

Legislação	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de ZEIA; - Baixa quantidade de ZEIS. 	<ul style="list-style-type: none"> - Macrozona que permite o adensamento populacional; - Zona Urbana flexível em relação aos índices; - Presença de diversas ZEIC. 	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação de ZEIS em lotes vazios.
Meio Físico e Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - Topografia acidentada que pode gerar pontos de alagamento próximo aos córregos; - Problemas de microdrenagem; - Presença de bocas-de-lobo assoreadas e irregulares. 	<ul style="list-style-type: none"> - Presença de cursos hídricos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação de sistemas de infraestrutura verde para drenagem; - Implantação e desassoreamento de bocas-de-lobo - Requalificação das passarelas da Av. Pres. Ernesto Geisel
Paisagem Urbana e Patrimônio	<ul style="list-style-type: none"> - Árvores inadequadas ou em locais que dificultam a mobilidade; - Praças em estado precário de manutenção; - Patrimônios culturais pouco explorados. 	<ul style="list-style-type: none"> - Vias bastante arborizadas - Grande diversidade de praças e parques com variedade vegetativa, como o Horto Florestal; - Grande quantidade de patrimônios culturais no bairro. 	<ul style="list-style-type: none"> - Manutenção e qualificação da massa arbórea existente; - Requalificação do Horto Florestal.
Equipamentos	<ul style="list-style-type: none"> - Poucos equipamentos de saúde (UBS e UBSF), presentes apenas no entorno. - Condição precária de manutenção dos equipamentos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Bem atendido por equipamentos de educação e lazer; - Quantidade suficiente de equipamentos de segurança para a região. 	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação de UBS e UBSF; - Implantação de Centro de Convivência para idosos; - Requalificação das praças existentes.
Infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> - Postes de iluminação restritos para motorizados; - Pavimentação de vias públicas em estado precário; - Calçadas irregulares e sem acessibilidade; 	<ul style="list-style-type: none"> - Apresenta abastecimento de água, coleta de esgoto, serviço de energia elétrica, coleta seletiva e varrição em sua totalidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Manutenção da pavimentação das vias públicas em estado precário; - Regularização de calçadas; - Implantação de mobiliários adequados; - Implantação de postes de iluminação pública para não-motorizados.

Mobilidade	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de sinalização em vários cruzamentos; - Mobilidade pedonal dificultada pela ausência de acessibilidade por rampas e piso tátil; - Ausência de sinalização horizontal e vertical para passagem segura de pedestres; - Os mobiliários urbanos, como pontos de ônibus, estão em situação precária. 	<ul style="list-style-type: none"> - Presença de algumas calçadas largas e confortáveis; - Diversidade de linhas de ônibus, incluindo as principais, passando pelo bairro; - Presença de grandes trechos de ciclovia. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliar e otimizar a conexão entre as ciclovias; - Inserção de sinalização horizontal e vertical nos cruzamentos e passagens de pedestres e ciclistas; - Implantação de mobiliários para permanência; - Substituição dos pontos de ônibus por mobiliários adequados e acessíveis.
------------	---	--	--

Fonte: Elaboração autoral, 2022.

Também foram estabelecidas diretrizes urbanísticas voltadas a esse grupo, incluindo a eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, para garantia de acessibilidade, implantação de equipamentos específicos e mobiliários adequados para atender as necessidades decorrentes do processo de envelhecimento. Por fim, foram previstas medidas gerais para melhorar os aspectos existentes no bairro e evitar possíveis problemas que possam surgir com o tempo.

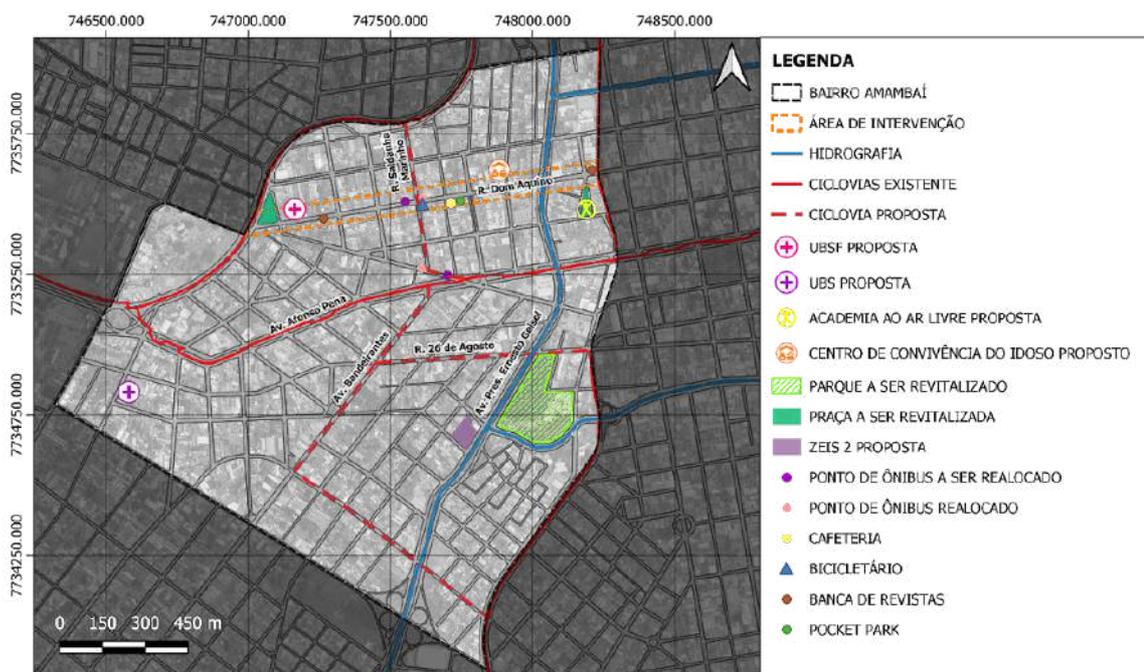
As diretrizes propostas contemplam toda a extensão do bairro Amambaí, dessa forma para a implantação dos equipamentos comunitários propostos foram selecionados terrenos vazios e com dimensões apropriadas em áreas não atendidas pelos existentes e ampliação da diversificação de serviços e comércios ofertados, principalmente aqueles mais utilizados por idosos, como bancas de jornais e café.. A locação dos novos trechos de ciclovia propostos foi determinada para vias com dimensionamento adequado e que permitissem a conexão com os percursos existentes.

A proposta também contempla a revitalização de praças relevantes e de grande fluxo no bairro e do Horto Florestal a fim de recuperar e explorar o seu potencial, incluindo a implantação de academias da terceira idade nesses espaços. Além disso, propõe-se a criação de ZEIA nas proximidades dos cursos hídricos para preservá-los e a criação de ZEIS com o intuito de contribuir com o adensamento populacional e as questões socioeconômicas do bairro.

As diretrizes incluem também a criação de um Centro de Convivência do Idoso, espaço destinado ao grupo em questão com foco no desenvolvimento de atividades que auxiliem no processo de envelhecimento saudável, manutenção da autonomia e integração social e comunitária.

O projeto também propõe estratégias a serem empregadas para abordar os problemas sociais decorrentes da desativação do Antigo Terminal Rodoviário em complementação ao projeto de revitalização em desenvolvimento pela prefeitura municipal. A reforma em curso prevê a implantação de uma unidade Guarda Civil Metropolitana e da Fundação Social do Trabalho de Campo Grande - Funsat no espaço, assim propõe-se para complementar a criação de um centro de apoio para acolhimento e encaminhamento para tratamento de dependentes químicos da região. Além de uma unidade de serviço especializado para atendimento de pessoas em situação de rua e vulnerabilidade social.

Mapa 43 - Síntese de diretrizes

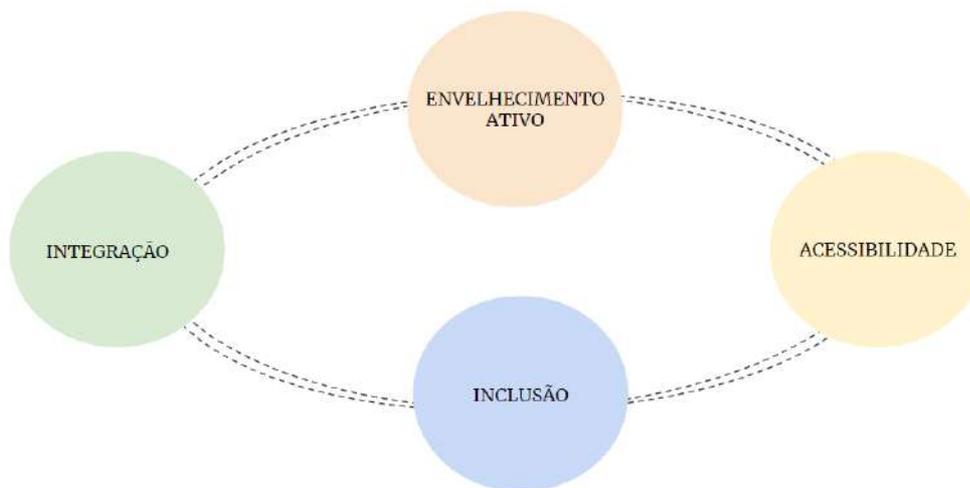


Fonte: PLANURB. Elaboração: Autorial, 2023.

6.2 Projeto de intervenção urbana

O conceito do projeto de intervenção na rua Dom Aquino sustenta-se em quatro eixos para possibilitar a adequação do espaço urbano às necessidades dos idosos, são eles: Envelhecimento ativo; Acessibilidade, Inclusão e Integração.

Figura 47 - Eixos norteadores da intervenção projetual



Fonte: Elaboração: Autoral, 2022.

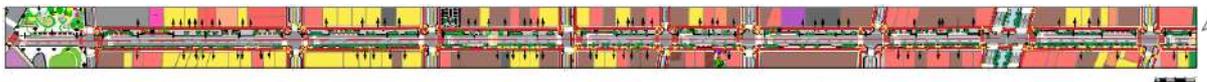
O envelhecimento ativo relaciona-se às contribuições e otimizações no ambiente físico para promover e garantir saúde, participação, educação e segurança com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos indivíduos na medida em que ficam mais velhos. Para isso, sugerem-se por exemplo a implantação de equipamentos públicos para contemplar esses aspectos.

Como cita Alexandra Gomes, da *London School of Economic (2020)*: “Poder caminhar pelas cidades é algo essencial para a construção de espaços saudáveis e um direito básico de todos os cidadãos”, assim explora-se também o conceito de acessibilidade ao propor a intervenção nas vias e passeios públicos para torná-los mais adequados a todos os grupos, incluindo os que apresentam maiores dificuldades de locomoção como idosos.

Os conceitos de inclusão e integração também foram considerados por complementarem os outros dois. Diante da demanda por estratégias que contribuam para que os idosos usufruem dos espaços públicos de forma segura e sem discriminações, sem excluir esse ou qualquer outro grupo etário.

O projeto de intervenção buscando atender as demandas dos idosos, do processo de envelhecimento e promover a vitalidade do espaço prevê a implantação de UBSF na área suprir a carência observada quanto aos equipamentos de saúde, a revitalização de áreas com potencial pouco explorado, diversificação de usos em lotes vazios e subutilizados, além de propor intervenções no passeio para torná-los mais inclusivo, atrativos e seguros ao público da terceira idade.

Figura 48 - Planta geral da proposta de intervenção



Fonte: Elaboração autoral, 2023.

Estimular a autonomia e independência dos idosos faz parte da aplicação do conceito de envelhecimento ativo e as hortas são atividades que contribuem para isso, foi definida de uma área para desenvolvimento dessa atividade, onde idosos e a comunidade em geral podem cultivar alimentos e usufruir dos itens produzidos.

O projeto estabelece que a horta comunitária proposta seja um espaço atrativo, onde os idosos possam fortalecer sua saúde física e mental se mantendo ativos e favorecendo a integração social com a implantação de canteiros para variadas tipologias de cultivos, construção de apoio com depósito para armazenamento de ferramentas e outros produtos, além de mobiliários de permanência em harmonia com os utilizados nas calçadas para que o espaço proposto seja convidativo como uma extensão da calçada e vice-versa.

Figura 49 - Perspectiva da horta



Fonte: Elaboração autoral, 2023.

Reconhecendo a importância dos espaços ao livre para idosos, a intervenção contempla a criação de um *pocket park* com estimulação sensorial. O espaço abriga canteiros com espécies arbóreas frutíferas, com floração de coloração e formatos variados combinadas com forrações de diferentes aromas e texturas aliado a um espelho d'água com cascata que além de contribuir para o conforto térmico estimula o sentido da audição.

A configuração com a frente aberta que permite ampla visão do mesmo aliada a área de permanência situada a sua frente proporciona uma maior integração entre o espaço e a rua, e contribui com a facilidade de acesso e atratividade. Além disso, a área livre prevê também um conjunto de mobiliários urbanos para sentar, apoiar e descansar.

Figura 50 - Perspectiva do pocket park



Fonte: Elaboração autoral, 2023.

O projeto busca possibilitar uma maior vitalidade resignificando construções subutilizadas para novos usos relacionados a atividades atrativas e que fazem parte do cotidiano dos idosos, propondo para esse fim uma cafeteria. A reforma da edificação apresenta uma proposta de fachada atrativa com permeabilidade visual transmitindo a sensação de acolhimento aos idosos combinada com uma área proposição de permanência na frente do estabelecimento como uma extensão da cafeteria. O programa de necessidade inclui espaços acolhedores e confortáveis onde o público possa além desfrutar de um café, fazer leituras e socializar, atividades importantes para o promover um envelhecimento ativo e que normalmente fazem parte das ações cotidianas que terceira idade pratica.

Figura 51 - Vista fachada cafeteria (antes e depois)



Fonte: Google Earth, 2023.



Fonte: Elaboração autoral, 2023.

As praças também apresentem um valor elevado para a inclusão das diferentes gerações no espaço urbano, assim diante da observação do potencial pouco explorado da praça Cuiabá, devido a baixa variedade de espécies vegetais e ausência de mobiliários, o projeto propõe sua revitalização, com a implantação de mobiliários e novas tipologias vegetais, compostas por árvores, arbustos e forrações com diferentes características a fim de torná-las mais atrativas, acessíveis e seguras. Além disso, para solucionar o problema de acessibilidade devido ao desnível existente entre a calçada e o espaço, pretende-se a substituição de uma das escadas de acesso por rampas com inclinação de 6%.

Além disso, a rua Cuiabá na lateral da praça, caracterizada por ser uma rua de fluxo pouco intenso e pequena extensão também será contemplada com as alterações projetuais sendo transformada em uma via compartilhada e elevada ao nível da calçada a fim de contribuir com o objetivo de proporcionar espaços de melhor qualidade.

A intervenção tem como foco pedestres da terceira idade, sendo assim propõe o dimensionamento adequado de passeios públicos, instalação de piso tátil e rampas de acessibilidade. Além disso, para garantir a segurança e atratividade nas condições de mobilidade urbana através da substituição de postes de iluminação pública por modelos de

haste dupla para atender a pedestres e veículos em um dos lados da via e implantação de postes de iluminação para pedestres no outro lado da rua optando pela substituição da fiação da rede elétrica aérea por subterrânea.

Ao longo de toda a extensão da área de intervenção o projeto apresenta como proposta a substituição dos pisos por diferentes tipologias de acordo com o uso da área, assim nas faixa livres das calçadas propõe-se a substituição do atual por bloco intertravado de concreto na cor cinza nas faixas livres e pedra portuguesa bege nas áreas de permanência. A qualidade do espaço também inclui a atenção às condições de infraestrutura e drenagem, por isso prevê a substituição do piso do leito carroçável por piso drenante intertravado na cor cinza nas faixas de rolamento e na cor vermelha nas faixas de estacionamento e travessias de pedestres.

A diversificação dos modais de transporte também foi abordada no projeto de intervenção, assim buscando incentivar outras formas de transporte propõe-se a criação de uma ciclovia na rua Saldanha Marinho conectando as ciclovias da Av. Noroeste e Av. Afonso Pena no sentido norte-sul. E a substituição dos pontos de ônibus existentes por mobiliários urbanos adequados que permitam que usuário tenha conforto e comodidade enquanto aguarda pelo transporte. O abrigo proposto prevê a instalação de placas solares para a iluminação da área e para carregar aparelhos eletrônicos via USB e a implantação de um painel para informar as linhas que param ali buscando oferecer um serviço de transporte público eficiente e de qualidade aos usuários.

Outro item que compõe o programa é a execução de canteiros verdes com sistema de drenagem com composição vegetal adequada e esteticamente convidativa, privilegiando espécies com diferentes cores, formatos, texturas, tamanhos e odores para proporcionar uma experiência sensorial mais rica aos usuários, principalmente aos idosos ao longo dos anos vão tendo seus sentidos menos aguçados.

Complementar a isso, as áreas de parada são outros elementos essenciais para a terceira idade em decorrência das mudanças físicas vivenciadas assim o projeto prevê a criação desses espaços ao longo das calçadas, evitando que grandes distâncias sejam percorridas sem a possibilidade paradas seguras, confortáveis e convidativas, com o emprego de mobiliário urbano adequado e sombreamento proporcionado pela utilização de vegetação apropriada. também foram definidos espaços de permanência para a implantação de bancas de revistas, atividade que possui valor afetivo especialmente para idosos, além de diversificar as opções de uso dessas áreas.

Figura 52 - Perspectiva de área de parada



Fonte: Elaboração autoral, 2023.

As propostas de projeto apresentadas para a área buscam promover espaços inclusivos, acessíveis, atrativos e seguros para idosos e para todos os públicos, proporcionando uma melhor qualidade de vida para os moradores e usuários temporários dos lugares contemplados independentemente da condição etária, permitindo assim uma maior interação entre pessoas e o espaço urbano e entre gerações distintas

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O envelhecimento da população que ocorre no Brasil e no mundo é um processo que desperta a atenção para as mudanças na dinâmica social e urbana provocada por esse fenômeno. A nova configuração da pirâmide etária expõe a fragilidade dos espaços e políticas públicas das cidades para atender as demandas desse grupo e garantir que possam usufruir dos espaços urbanos com segurança e acessibilidade.

As análises desenvolvidas na presente pesquisa permitem observar que as condições dos espaços influenciam diretamente na qualidade de vida não só dos idosos mas da população em geral. Nesse sentido, é observado na área de intervenção que os aspectos relacionados à acessibilidade, transporte público e serviços estão entre os maiores desafios enfrentados pelas cidades para lidar com as questões de envelhecimento e as suas necessidades.

A pesquisa ainda evidencia que a implementação de políticas públicas e urbanas voltadas para os indivíduos mais velhos se tornam grandes aliadas para a criação de cidades mais inclusivas e seguras. Assim, municípios que adaptem seus serviços e estruturas físicas, incentivando o envelhecimento saudável, para atender as demandas dos idosos promovem uma melhor qualidade de vida para a sua sociedade à medida que envelhecem.

Outro aspecto relevante observado é que a perspectiva etária aplicada ao desenvolvimento urbano contribui para a garantia de acessibilidade e direitos fundamentais das pessoas idosas, influenciando na criação de espaços democráticos que proporcionam locais de encontro e interação social entre as gerações e a cidade, incentivando a inclusão social e melhorando a qualidade de vida da população.

REFERÊNCIAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR-9050: Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamento Urbano**. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira *et al.* **A Política Nacional Do Idoso Em Questão Passos E Impasses Na Efetivação Da Cidadania**. *In*: Política nacional do idoso: velhas e novas questões. Rio de Janeiro: [s. n.], 2016. cap. 22.

ALMEIDA, Camila Mandelli *et al.* **A Importância Da Acessibilidade Do Mobiliário Urbano Para O Idoso**. *In*: 13º Encontro Científico Cultural Interinstitucional, 2015.

ALMEIDA, Vera Lúcia *et al.* **Cidade e Velhice –Desafios e Possibilidades**. São Paulo, 2010.

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Princípios Das Nações Unidas Para As Pessoas Idosas**. Resolução 46/91, de 16 de dezembro de 1991.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira. **Campo Grande: arquitetura, urbanismo e memória**. Campo Grande, 2006.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira. **História e formação urbana do Bairro Amambai Ensaio e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde**, vol. 5, núm. 3, dezembro de 2001, pp. 11-30 Universidade Anhanguera, Campo Grande, Brasil

BATISTA, M. P. P.; ALMEIDA, M. H. M.; LANCMAN, S. **Políticas públicas para a população idosa: uma revisão com ênfase nas ações de saúde**. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, v. 22, n.3, p. 200-207, set./dez. 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Estatuto do idoso**: Lei federal no 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

BRASIL. **Pacto Nacional de Implementação dos Direitos da Pessoa Idosa - PNDPI:** Compromisso da Década do Envelhecimento 2020 - 2030. Brasília, DF: Secretaria Nacional De Promoção E Defesa Dos Direitos Da Pessoa Idosa,

BRASIL. **Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa:** Portaria no 2.528, de 19 de outubro de 2006. Diário Oficial da União, 2006.

CAMPO GRANDE. **Lei complementar nº 74**, de 6 de setembro de 2005. Campo Grande, 2005.

CAMPO GRANDE. **Lei complementar nº 341**, de 4 de dezembro de 2018. Ano XXII n. 5.539 - quarta-feira, 3 de abril de 2019. Campo Grande, 2018.

CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana**. São Paulo, 1984.

DEMARCO, Fernanda Faccio. **Longevidade na cidade:** Os espaços livres públicos de lazer e a atividade de caminhar para o lazer da população idosa em Florianópolis/SC. 2021. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, [S. l.], 2021.

DITTRICH, Maria Glória *et al.* **O calçadão de Curitiba: sua história como espaço público social da cidade**. RBTS: Revista Brasileira de Tecnologias Sociais, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 173-184, 2015.

DORNELES, Vanessa Goulart. **Acessibilidade Para Idosos Em Áreas Livres Públicas De Lazer**. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, [S. l.], 2006.

DORNELES, Vanessa Goulart *et al.* **A inserção do idoso no espaço público urbano**. In: XI Encontro Nacional de Tecnologia no Ambiente Construído, 2006.

EL MARGHANI, Viviane Gaspar Ribas *et al.* **Avaliação Do Mobiliário Urbano Com Ênfase Na Acessibilidade**. Revista Brasileira de Ergonomia, [s. l.], v. 5, ed. 1, s.d.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (Nova York). **Envelhecimento no Século XXI: Celebração e Desafio**. New York: [s. n.], 2012.

HENZ, Sandro Celestino. **Planejamento Urbano: Conceitos, Reflexões E Uma Breve Análise Plano Diretor Do Município De Santo Augusto – RS**. In: XXIV Seminário de Iniciação Científica, 2016.

SUZUKI, Gabriel Yuzo Massuda. **Análise de parâmetros urbanísticos para dimensionamentos no projeto de Desenho Urbano**. In: XXVII Congresso De Iniciação Científica DA UNICAMP, 2020, Virtual, 2020.

GEHL, Jan. **Cidade para Pessoas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010.

GOIÂNIA. **Lei complementar nº 171**, de 29 de Maio de 2007. Goiânia, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/caratinga/panorama>. Acesso: 21 de nov. de 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Características dos Moradores e Domicílios. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=destaques>. Acesso em: 21 de nov. de 2022.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. Martins Fontes, São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, LAURA FARIA DE. **A Inclusão Do Idoso No Espaço Público Urbano: Um estudo da acessibilidade na praça Monsenhor Rocha Caratinga/MG**. 2020. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade Doctum de Caratinga, 2020.

LAMAS, José M. R. G. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. 3.ed. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 2004.

LIMA, Manuela de Castro Mendonça. **O Idoso e a Cidade:** a qualidade do espaço urbano do Centro de Fortaleza. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo + Design) - Universidade Federal do Ceará, 2021.

Organização Mundial da Saúde. **Envelhecimento ativo: um projeto de política de saúde.** Madrid: OMS, 2002.

Organização Mundial da Saúde. **Guia Global: Cidade amiga do idoso.** Rio de Janeiro: OMS, 2006.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa** - Cadernos de Atenção Básica nº19. Brasília, 2006.

MORAES, Edgar Nunes de *et al.* **Características biológicas e psicológicas do envelhecimento.** Rev Med Minas Gerais, [s. l.], p. 67-73, 2020.

MORAES, Lauro A.; FAZION, Fabiano. **Boca Maldita: performances, tribalização e invenção de tradições no espaço público.** In: ROSANELI, Alessandro Filla. Olhares pelo espaço público. [S. l.: s. n.], 2020. p. 86-115.

NETTO, Francisco Luiz de Marchi. **Aspectos Biológicos E Fisiológicos Do Envelhecimento Humano E Suas Implicações Na Saúde Do Idoso.** Pensar a Prática 7, [s. l.], p. 75-84, Mar 2004.

PASCHOAL, Sérgio Márcio Pacheco. **Epidemiologia do envelhecimento.** In: PAPALÉO NETTO, Matheus. (org.). Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada. São Paulo: Atheneu, 1996.

PLANURB - Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano - **Perfil Socioeconômico de Campo Grande/Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano** - PLANURB. 29. ed. rev. Campo Grande, 2022.

PEREIRA, Gisele Silva. **Projetando Lugares Com Idosos:** Uma análise da produção acadêmica nacional. PIXO, [s. l.], v. 2, ed. 4, Verão 2018.

PFUTZENREUTER, Andréa Holz. **Viver A Cidade, Envelhecer Na Cidade**: Os espaços públicos como interface para o envelhecimento pessoal. Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Angélica A. Tanus Benatti Alvim. 2014. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, [S. l.], 2014.

RODRIGUES, Lizete De Souza; Soares, Geraldo Antonio. **Velho, Idoso E Terceira Idade Na Sociedade Contemporânea**. Revista *Ágora*, Vitória, ed. 4, p. 1-29, 2006.

ROTTA, Mariana Porto *et al.* **Desenho Urbano E Envelhecimento Ativo Em Vias Urbanas**: UO caso do projeto de requalificação da Av. Domingos de Almeida, Pelotas/RS. *PIXO*, n.13, v. 4, Outono 2020.

SILVA, Cintia Santos da *et al.* **Políticas Públicas De Saúde Voltadas À Pessoa Idosa**. VII Jornada Internacional Políticas Públicas, 2015.

WONG, Laura L. Rodríguez; CARVALHO, J. A. **O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas**. *R. bras. Est. Pop*, São Paulo, v. 23, ed. 1, p. 5-26, jan/jun 2006.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde** / World Health Organization; tradução Suzana Gontijo. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005. 60p.: il.

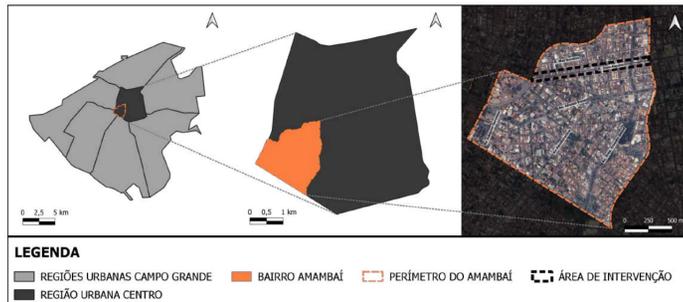
O IDOSO E O ESPAÇO URBANO

Intervenção urbana na rua Dom Aquino no bairro Amambá, Campo Grande, MS.

UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Trabalho de Conclusão de Curso
Orientadora: Cynthia de Souza Santo

Semestre: 2023/1
Curso de Arquitetura e Urbanismo
Acadêmica: Letícia Prudêncio Vaz da Silva

O processo de envelhecimento vivenciado pela população brasileira desperta a atenção pública para o reconhecimento da questão social do idoso no espaço urbano. Evidenciado a necessidade em incentivar e propor políticas públicas e estratégias que busquem melhorar a qualidade de vida desse grupo, bem como garantir as condições de mobilidade urbana, acessibilidade e integração social. Nesse contexto, a presente pesquisa propõe um projeto de intervenção urbana na rua Dom Aquino, no bairro Amambá, área central de Campo Grande - MS

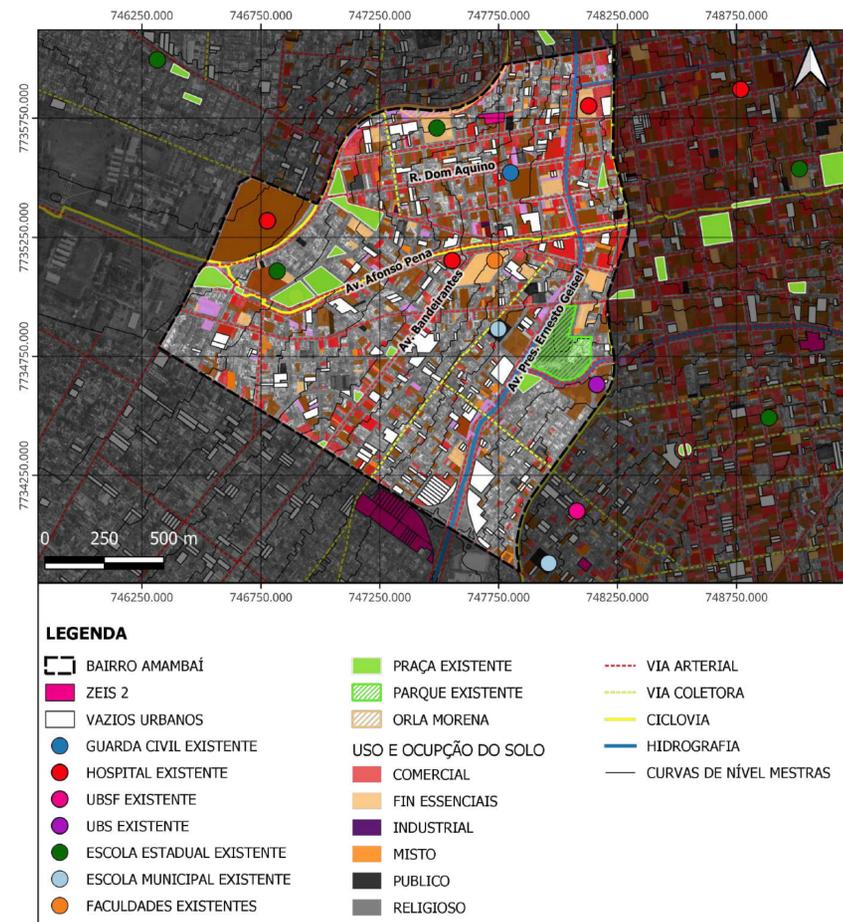


Fonte: PLANURB. Elaboração autoral, 2023.

DIAGNÓSTICO

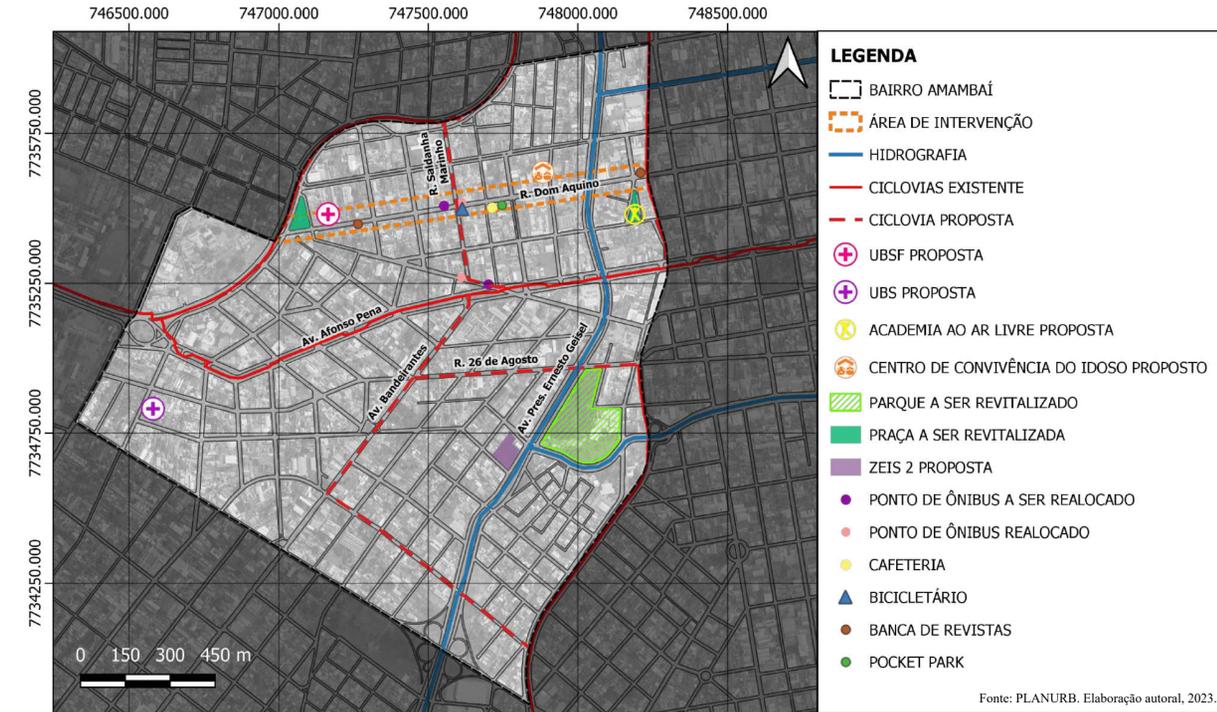
O bairro apresenta algumas carências quanto aos equipamentos de saúde, também é identificado um grande potencial relacionando as zonas de interesse cultural e áreas de lazer, no entanto as mesmas são pouco exploradas. Em relação à infraestrutura, os problemas observados dizem respeito à qualidade e condição de manutenção desses elementos, impactando diretamente mobilidade e acessibilidade, principalmente de idosos. Além disso, o bairro apresenta uma ocupação bastante consolidada e com usos diversificados.

MAPA SÍNTESE DE DIAGNÓSTICO



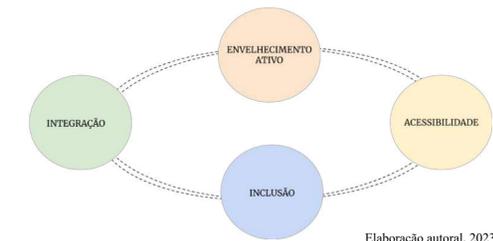
Fonte: PLANURB. Elaboração autoral, 2023.

MAPA SÍNTESE DE DIRETRIZES



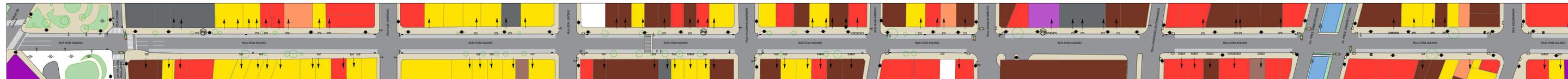
Fonte: PLANURB. Elaboração autoral, 2023.

As propostas de projeto apresentadas para a área buscam promover espaços inclusivos, acessíveis, atrativos e seguros para idosos e para todos os públicos, proporcionando uma melhor qualidade de vida para os moradores e usuários temporários dos lugares contemplados independentemente da condição etária, permitindo assim uma maior interação entre pessoas e o espaço urbano e entre gerações distintas.



PROJETO DE INTERVENÇÃO URBANA

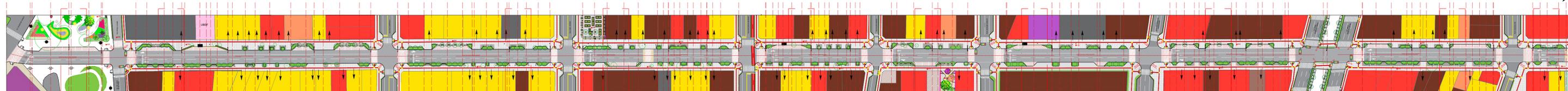
SITUAÇÃO ATUAL



PLANTA GERAL DE SITUAÇÃO ATUAL



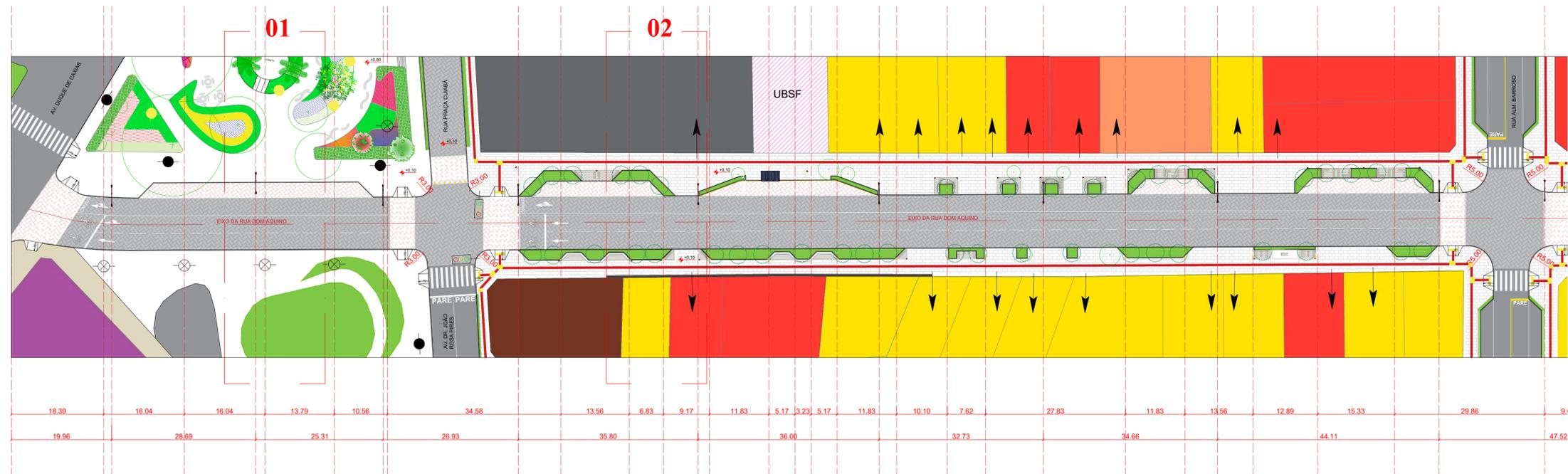
SITUAÇÃO PROPOSTA



PLANTA GERAL DE SITUAÇÃO PROPOSTA



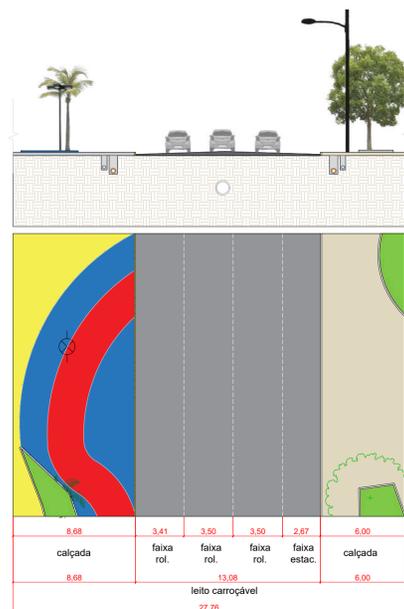
PLANTA CHAVE



- LEGENDA**
- EIXO DA RUA
 - ▲ POSTES REMOVIDOS
 - NOVOS POSTES - HASTE DUPLA
 - NOVOS POSTES - ILUMINAÇÃO PEDONAL
 - ◻ SEMÁFORO
 - LIXEIRA
 - ▨ PISO TÁTIL DE ALERTA
 - ▨ PISO TÁTIL DIRECIONAL
 - ACESSO DE VEÍCULOS
 - ▨ VAGAS DE ESTACIONAMENTO
 - PONTO DE ÔNIBUS
 - ÁRVORES REMOVIDAS
 - NOVAS ÁRVORES
 - ▨ BICICLETÁRIO
 - ▨ NOVA PAGINAÇÃO DE PISO FAIXA DE ROLAMENTO - BLOCO INTERTRAVADO CINZA
 - ▨ NOVA PAGINAÇÃO DE PISO PEDRA PORTUGUESA - ÁREA DE PERMANÊNCIA
 - ▨ NOVA PAGINAÇÃO DE PISO - BLOCO INTERTRAVADO VERMELHO
 - ▨ NOVA PAGINAÇÃO DE PISO - BLOCO DE CONCRETO
 - ▨ EDIFICAÇÕES REFORMADAS
 - ▨ CANTEIROS VERDES
 - ▨ USO COMERCIAL
 - ▨ USO DE SERVIÇOS
 - ▨ USO MISTO
 - ▨ USO RESIDENCIAL
 - ▨ USO RELIGIOSO
 - ▨ USO TERRITORIAL

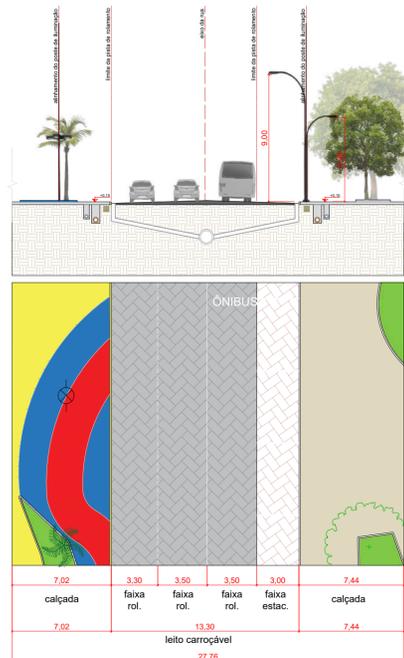
PLANTA SITUAÇÃO PROPOSTA - TRECHO 01
ESC.: 1/500

PERFIL VIÁRIO - SEÇÃO 01
ATUAL



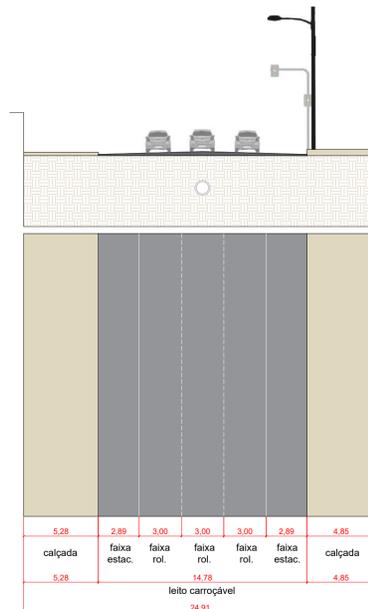
PERFIL VIÁRIO ATUAL SEÇÃO 01
ESC.: 1/250

PROPOSTO



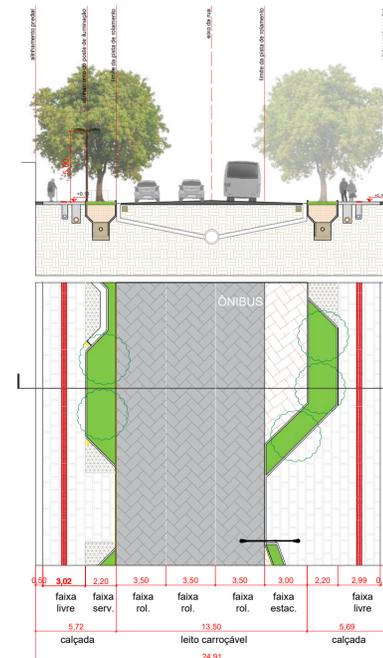
PERFIL VIÁRIO PROPOSTO SEÇÃO 01
ESC.: 1/250

PERFIL VIÁRIO - SEÇÃO 02
ATUAL



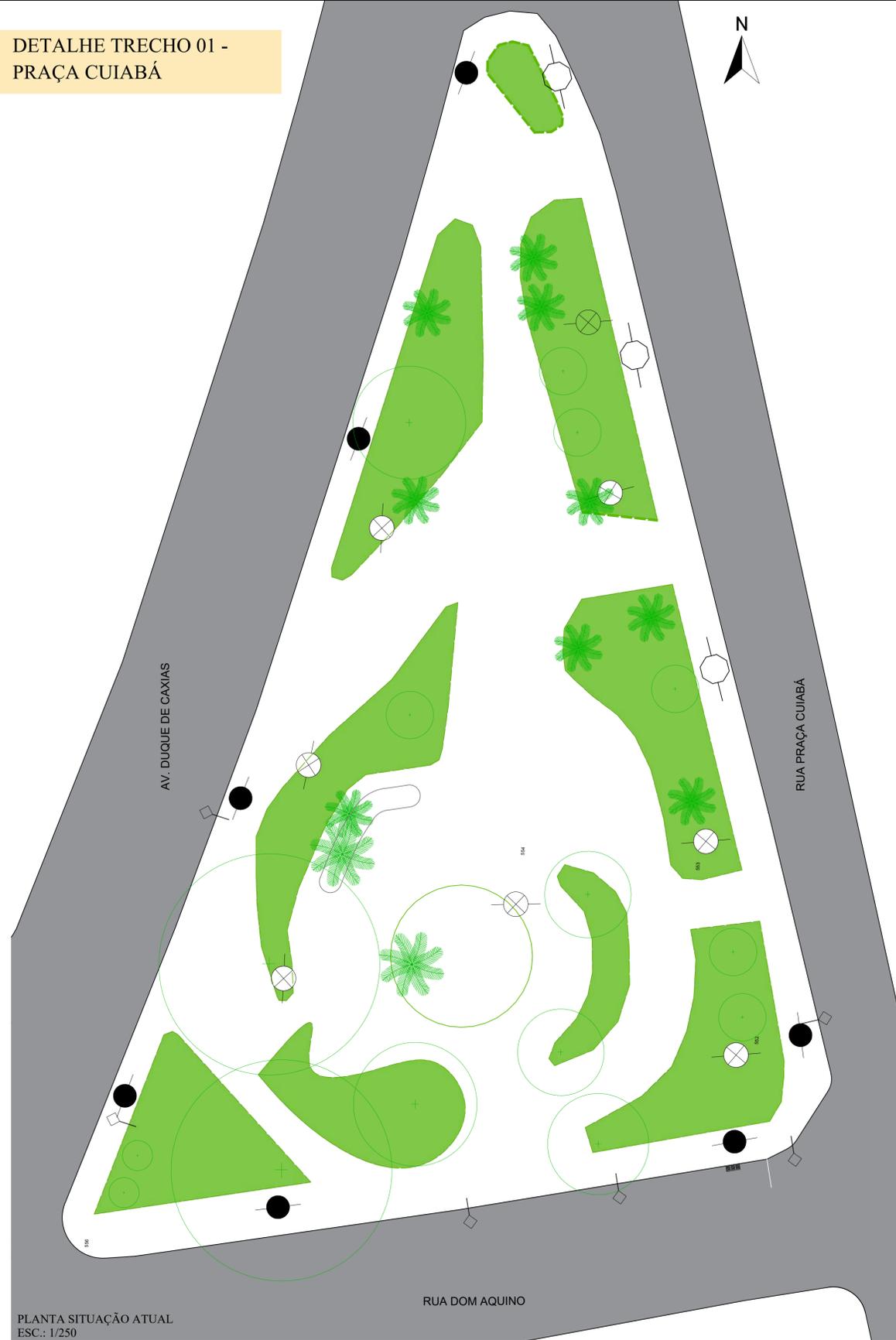
PERFIL VIÁRIO ATUAL SEÇÃO 02
ESC.: 1/250

PROPOSTO

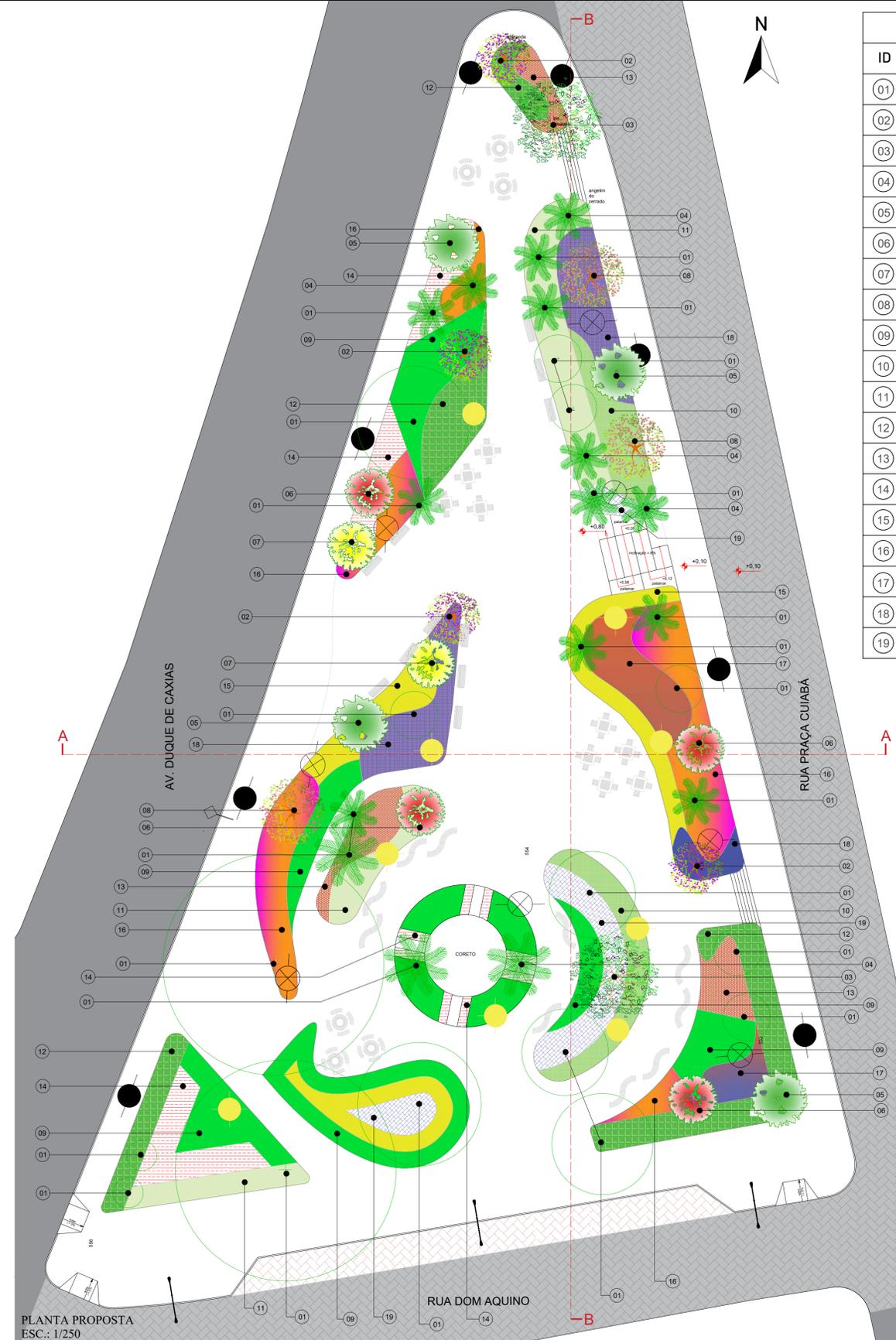


PERFIL VIÁRIO PROPOSTO SEÇÃO 02
ESC.: 1/250

DETALHE TRECHO 01 - PRAÇA CUIABÁ



PLANTA SITUAÇÃO ATUAL
ESC.: 1/250



PLANTA PROPOSTA
ESC.: 1/250

LEGENDA		
ID	NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO
01	ÁVORES EXISTENTES	-
02	JACARANDÁ	<i>Jacaranda micrantha</i>
03	IPÊ AMARELO	<i>Handroanthus chrysotrichus</i>
04	PALMEIRA IMPERIAL	<i>Roystonea oleracea</i>
05	IPÊ BRANCO	<i>Tabebuia roseo-alba</i>
06	JASMIM MANGA VERMELHO	<i>Plumeria rubra L.</i>
07	JASMIM MANGA BRANCO	<i>Plumeria rubra L.</i>
08	ANGELIM DO CERRADO	<i>Vatairea macrocarpa</i>
09	GRAMA EMERALDA	<i>Zoysia</i>
10	ALISSO	<i>Lobularia maritima</i>
11	CORAÇÃO EMARANHADO	<i>Ceropegia woodii</i>
12	SINGONIO	<i>Syngonium angustatum</i>
13	PERPETUA	<i>Gomphrena globosa L.</i>
14	CANELA DE VELHO	<i>Zinnia elegans</i>
15	TREVO AMARELO	<i>Oxalis spiralis</i>
16	PERIQUITO	<i>Alternanthera ficoidea L.</i>
17	AVE DO PARAÍSO	<i>Streitzia reginae Banks</i>
18	LOBÉLIA AZUL	<i>Lobelia erinus L.</i>
19	AGAPANTO	<i>Agapanthus africanus</i>

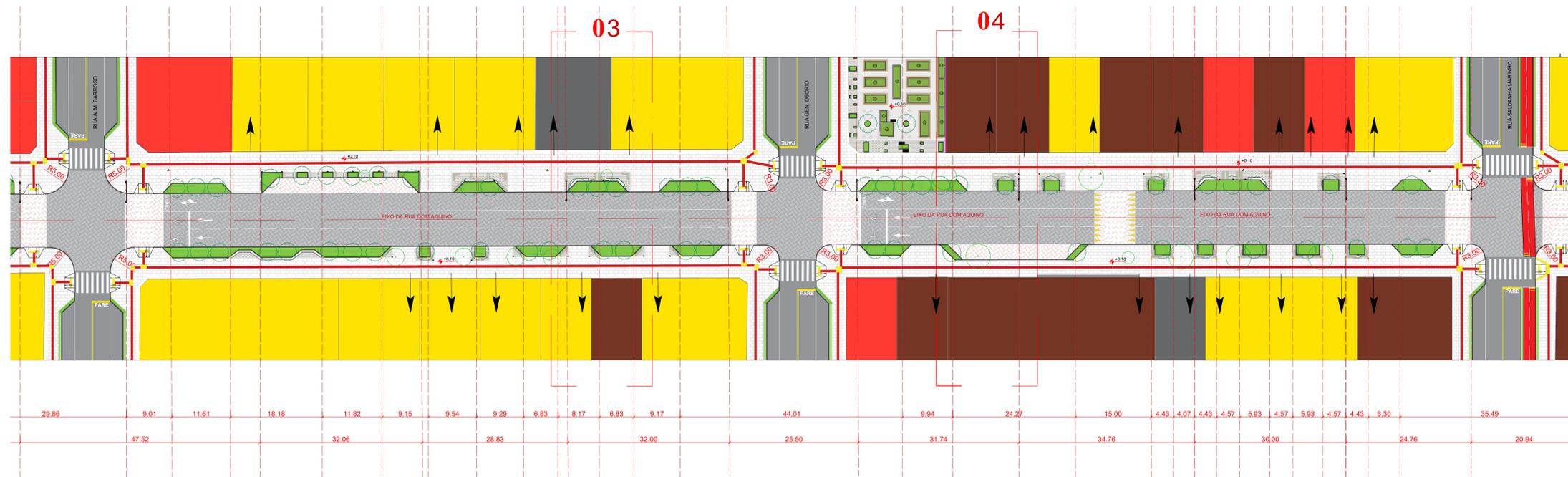
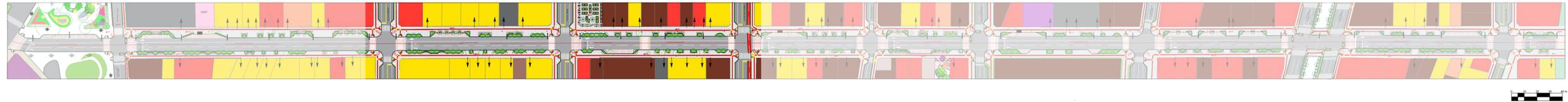


CORTE AA
ESC.: 1/250



CORTE BB
ESC.: 1/250

PLANTA CHAVE

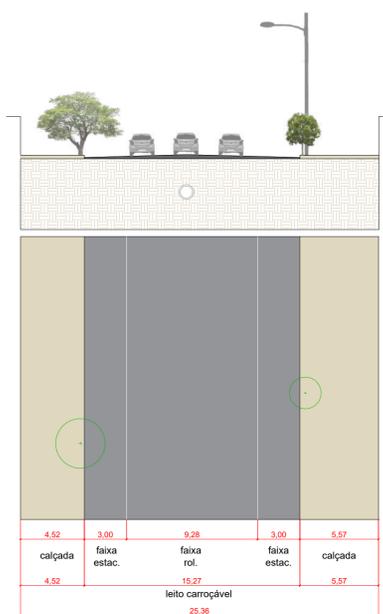


LEGENDA

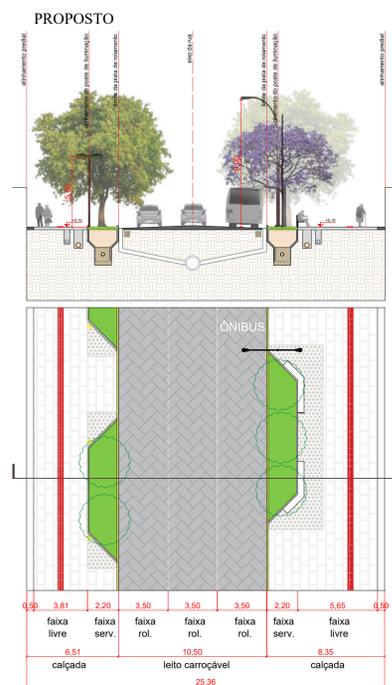
- EIXO DA RUA
- ▲ POSTES REMOVIDOS
- NOVOS POSTES - HASTE DUPLA
- NOVOS POSTES - ILUMINAÇÃO PEDONAL
- ◻ SEMÁFORO
- LIXEIRA
- ▨ PISO TÁTIL DE ALERTA
- ▨ PISO TÁTIL DIRECIONAL
- ACESSO DE VEÍCULOS
- ▨ VAGAS DE ESTACIONAMENTO
- PONTO DE ÔNIBUS
- ÁRVORES REMOVIDAS
- NOVAS ÁRVORES
- ▨ BICICLETÁRIO
- ▨ NOVA PAGINAÇÃO DE PISO FAIXA DE ROLAMENTO - BLOCO INTERTRAVADO CINZA
- ▨ NOVA PAGINAÇÃO DE PISO PEDRA PORTUGUESA - ÁREA DE PERMANÊNCIA
- ▨ NOVA PAGINAÇÃO DE PISO - BLOCO INTERTRAVADO VERMELHO
- ▨ NOVA PAGINAÇÃO DE PISO - BLOCO DE CONCRETO
- ▨ EDIFICAÇÕES REFORMADAS
- ▨ CANTEIROS VERDES
- ▨ USO COMERCIAL
- ▨ USO DE SERVIÇOS
- ▨ USO MISTO
- ▨ USO RESIDENCIAL
- ▨ USO RELIGIOSO
- ▨ USO TERRITORIAL

PLANTA SITUAÇÃO PROPOSTA - TRECHO 02
ESC.: 1/500

PERFIL VIÁRIO - SEÇÃO 03
ATUAL

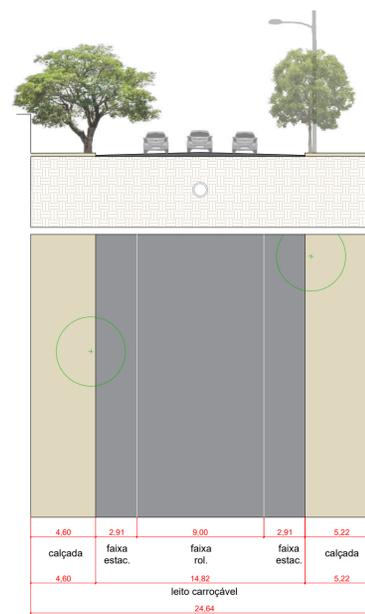


PERFIL VIÁRIO ATUAL SEÇÃO 03
ESC.: 1/250

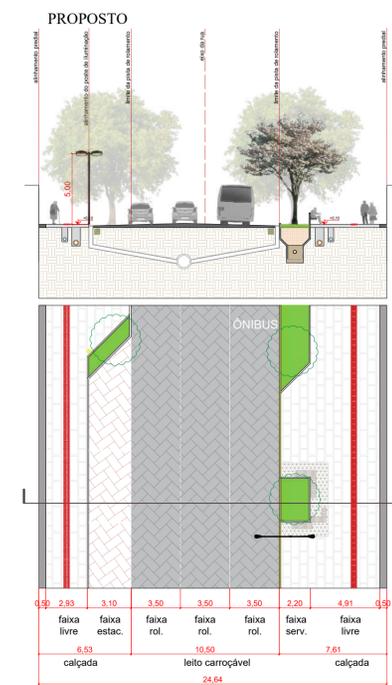


PERFIL VIÁRIO PROPOSTO SEÇÃO 03
ESC.: 1/250

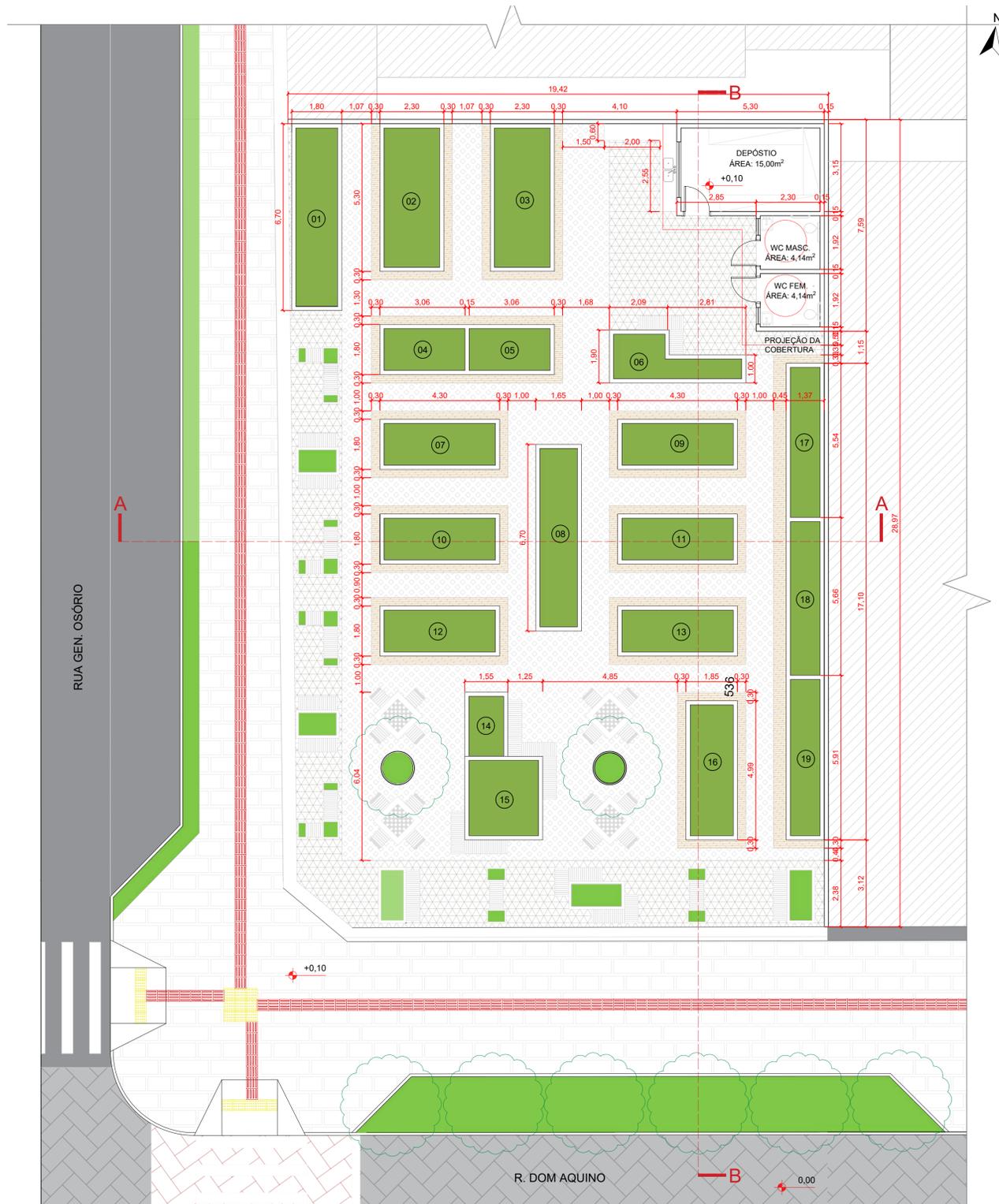
PERFIL VIÁRIO - SEÇÃO 04
ATUAL



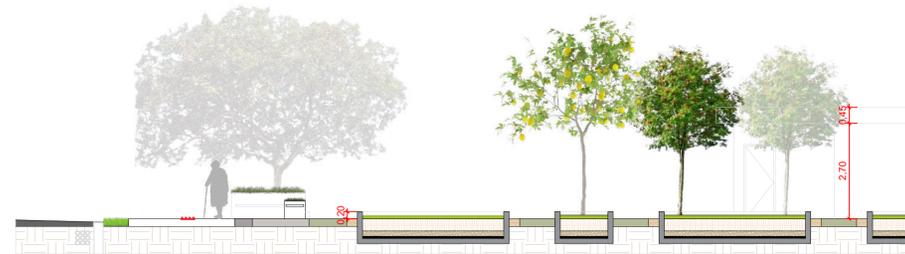
PERFIL VIÁRIO ATUAL SEÇÃO 04
ESC.: 1/250



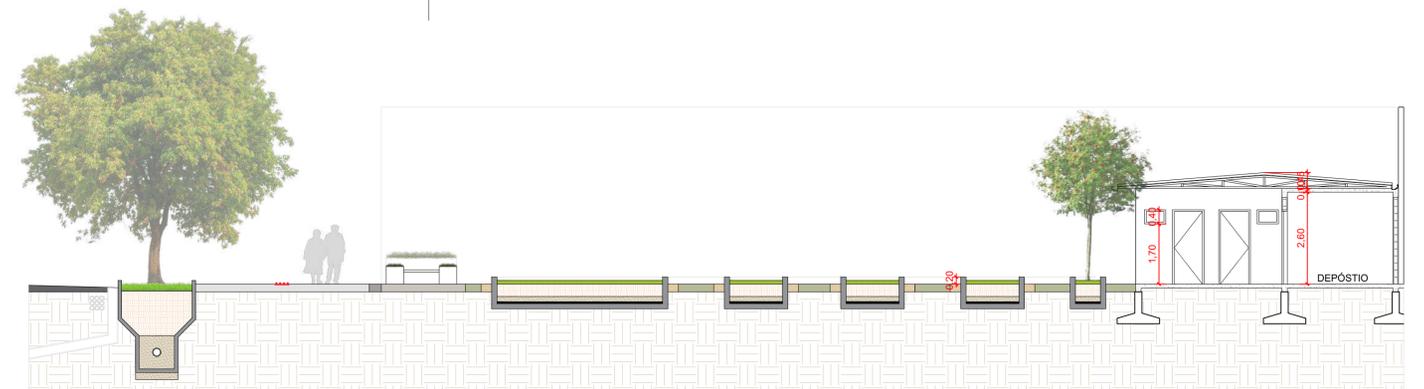
PERFIL VIÁRIO PROPOSTO SEÇÃO 04
ESC.: 1/250



PLANTA HORTA COMUNITÁRIA
ESC.: 1/100



CORTE AA
ESC.: 1/100

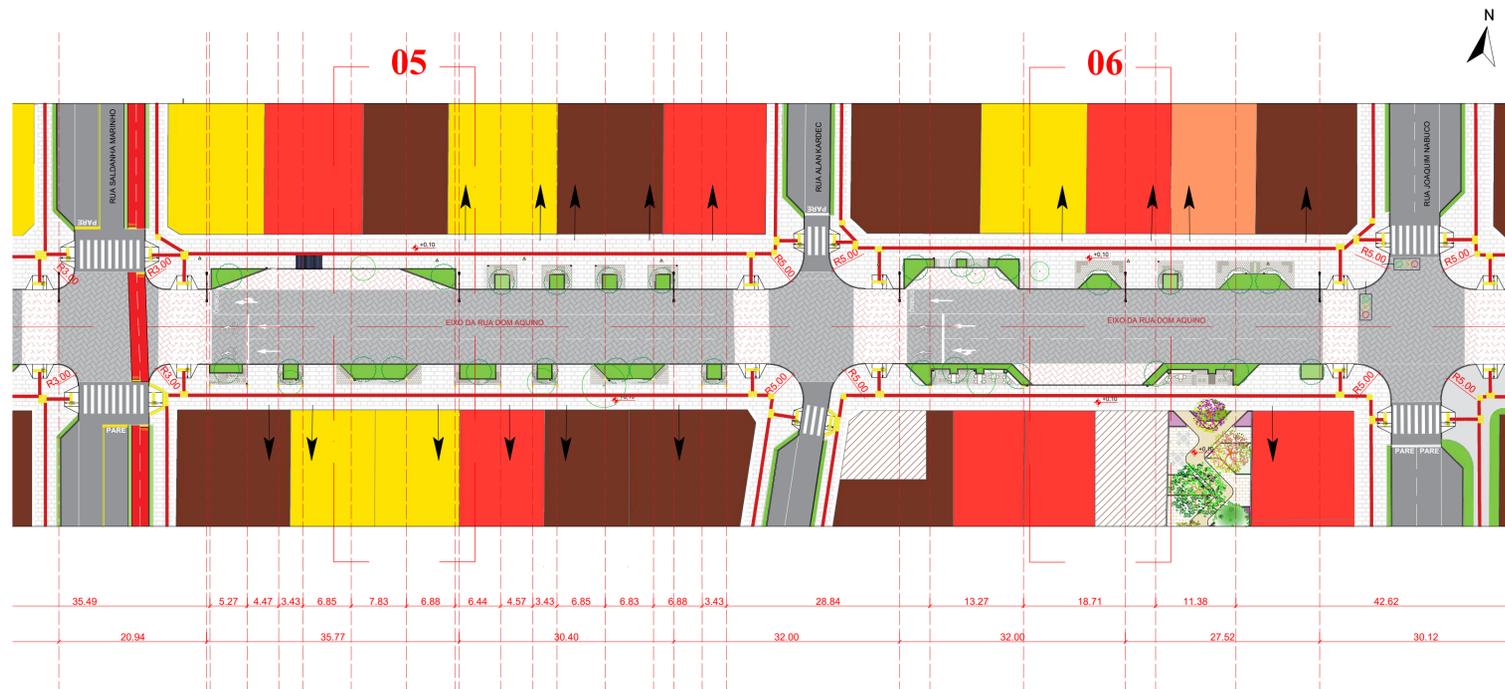
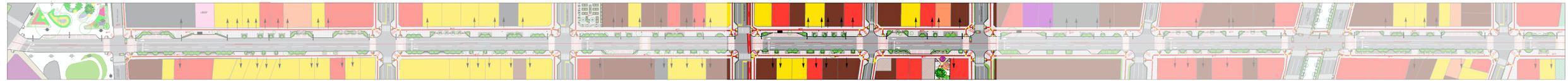


CORTE BB
ESC.: 1/100

LEGENDA

ID	NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO
01	GOIABA	<i>Psidium guajava</i>
02	REPOLHO	<i>Brassica oleracea var. capitata</i>
03	TOMATE	<i>Solanum lycopersicum</i>
04	CAMOMILA	<i>Matricaria recutita L.</i>
05	ERVA DOCE	<i>Pimpinella anisum L.</i>
06	ROMÃ	<i>Punica granatum</i>
07	CEBOLA	<i>Allium cepa</i>
08	LIMÃO	<i>Citrus latifolia</i>
09	BROCÓLIS	<i>Brassica oleracea var. italica</i>
10	BATATA	<i>Solanum tuberosum</i>
11	COUVE-FLOR	<i>Brassica oleracea var. botrytis</i>
12	CENOURA	<i>Daucus carota L.</i>
13	ALFACE	<i>Lactuca sativa</i>
14	ACEROLA	<i>Malpighia emarginata</i>
15	JABOTICABA	<i>Plinia cauliflora</i>
16	PIMENTÃO	<i>Capsicum annuum L.</i>
17	CEBOLINHA	<i>Allium schoenoprasum L.</i>
18	COENTRO	<i>Coriandrum sativum L.</i>
19	ALECRIM	<i>Rosmarinus officinalis</i>

PLANTA CHAVE

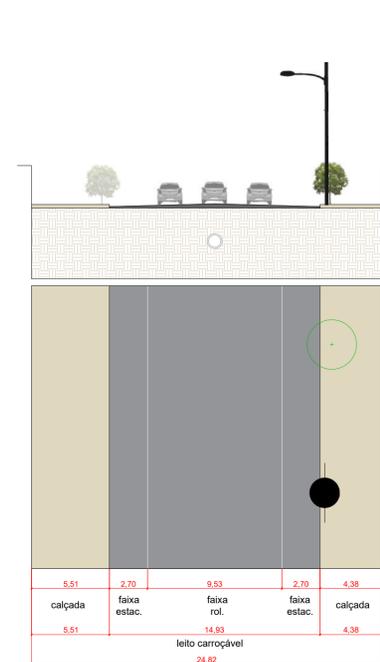


PLANTA SITUAÇÃO PROPOSTA - TRECHO 03
ESC.: 1/500

LEGENDA

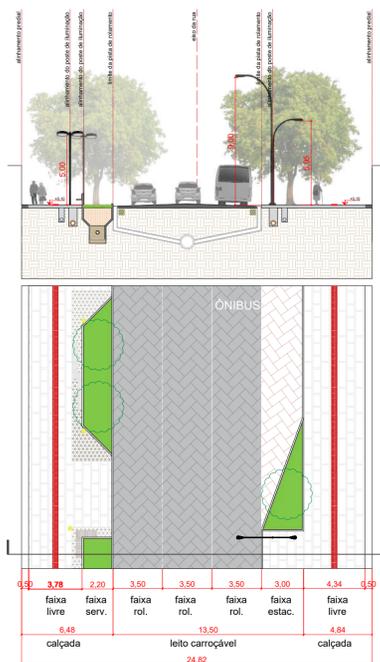
— EIXO DA RUA	— NOVOS POSTES - HASTE DUPLA	SEMÁFORO	— PISO TÁTIL DE ALERTA	— ACESSO DE VEÍCULOS	■ PONTO DE ÔNIBUS	○ NOVAS ÁRVORES	— NOVA PAGINAÇÃO DE PISO FAIXA DE ROLAMENTO - BLOCO INTERTRAVADO CINZA
▲ POSTES REMOVIDOS	● NOVOS POSTES - ILUMINAÇÃO PEDONAL	— LIXEIRA	— PISO TÁTIL DIRECIONAL	— VAGAS DE ESTACIONAMENTO	○ ÁRVORES REMOVIDAS	— BICICLETÁRIO	— NOVA PAGINAÇÃO DE PISO PEDRA PORTUGUESA - ÁREA DE PERMANÊNCIA
— NOVA PAGINAÇÃO DE PISO - BLOCO INTERTRAVADO VERMELHO	— NOVA PAGINAÇÃO DE PISO - BLOCO DE CONCRETO	— EDIFICAÇÕES REFORMADAS	— CANTEIROS VERDES	— USO COMERCIAL	— USO MISTO	— USO RELIGIOSO	— USO DE SERVIÇOS
							— USO RESIDENCIAL
							— USO TERRITORIAL

PERFIL VIÁRIO - SEÇÃO 05
ATUAL



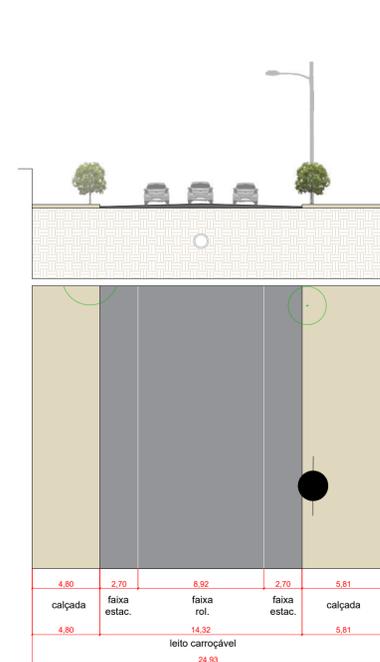
PERFIL VIÁRIO ATUAL SEÇÃO 05
ESC.: 1/250

PROPOSTO



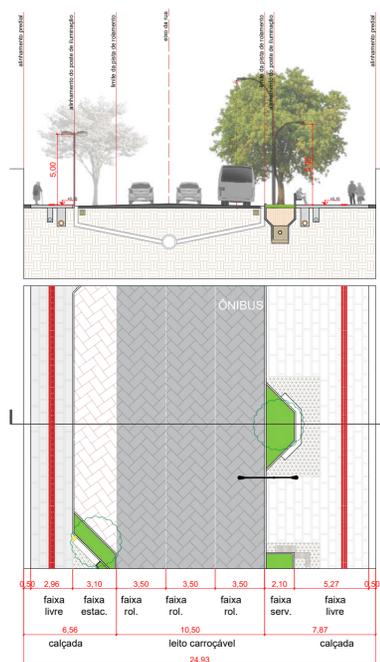
PERFIL VIÁRIO PROPOSTO SEÇÃO 05
ESC.: 1/250

PERFIL VIÁRIO - SEÇÃO 06
ATUAL



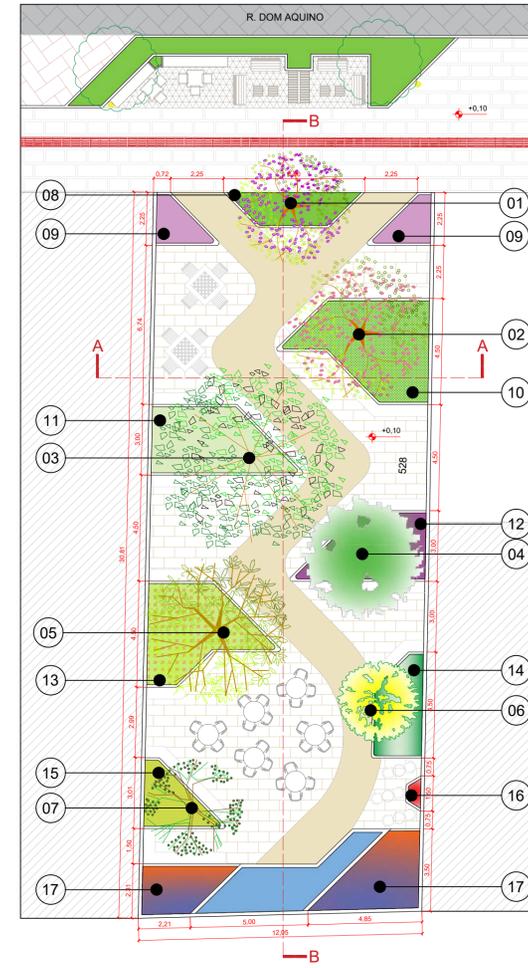
PERFIL VIÁRIO ATUAL SEÇÃO 06
ESC.: 1/250

PROPOSTO



PERFIL VIÁRIO PROPOSTO SEÇÃO 06
ESC.: 1/250

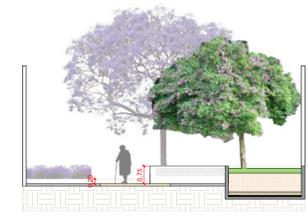
DETALHE TRECHO 03 - POCKET PARK



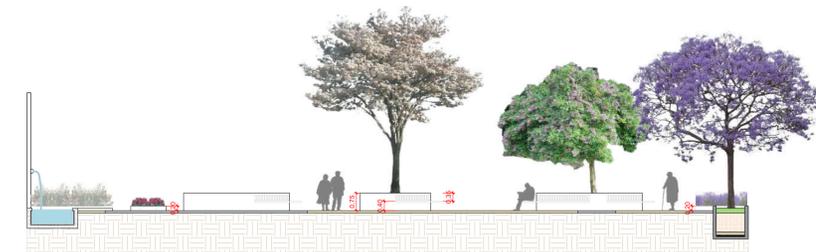
PLANTA DO POCKET PARK
ESC.: 1/150

LEGENDA

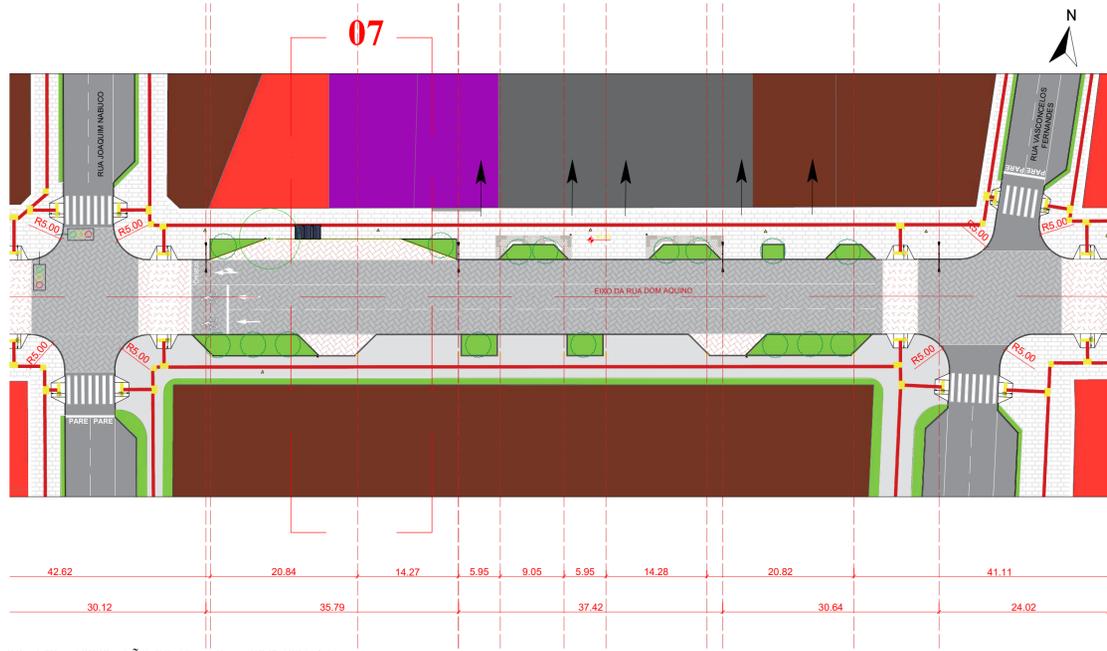
ID	NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO
01	JACARANDÁ	<i>Jacaranda micrantha</i>
02	ANGELIM DO CERRADO	<i>Vatairea macrocarpa</i>
03	IPÊ AMARELO	<i>Handroanthus chrysotrichus</i>
04	IPÊ BRANCO	<i>Tabebuia roseo-alba</i>
05	AMOREIRA	<i>Morus nigra L.</i>
06	JASMIM MANGA	<i>Plumeria rubra L.</i>
07	PITANGUEIRA	<i>Eugenia uniflora</i>
08	SUCULENTA	<i>Crassula ovata</i>
09	LAVANDA	<i>Lavandula angustifolia</i>
10	ALISSO	<i>Lobularia maritima</i>
11	CORAÇÃO EMARANHADO	<i>Ceropegia woodii</i>
12	VELUDO ROXO	<i>Gynura aurantiaca</i>
13	CAPUCHINHA	<i>Tropaeolum majus</i>
14	HORTELÃ	<i>Mentha spp</i>
15	TREVO AMARELO	<i>Oxalis spiralis</i>
16	CRAVO	<i>Tropaeolum majus</i>
17	AVE DO PARAÍSO	<i>Strelitzia reginae Banks</i>



CORTE AA
ESC.: 1/150

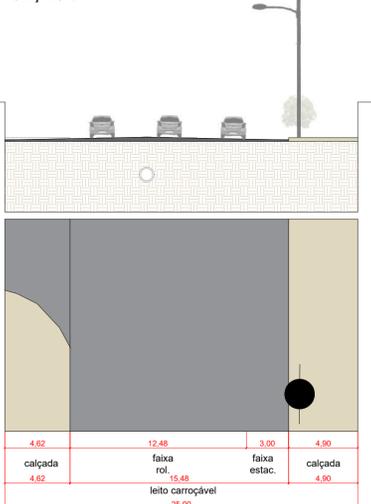


CORTE BB
ESC.: 1/150



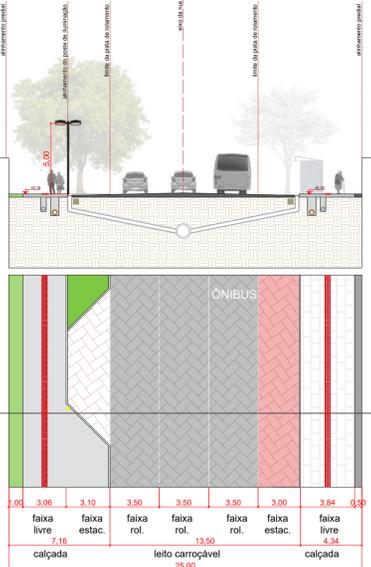
PLANTA SITUAÇÃO PROPOSTA - TRECHO 04
ESC.: 1/500

PERFIL VIÁRIO - SEÇÃO 07
ATUAL



PERFIL VIÁRIO ATUAL SEÇÃO 07
ESC.: 1/250

PROPOSTO



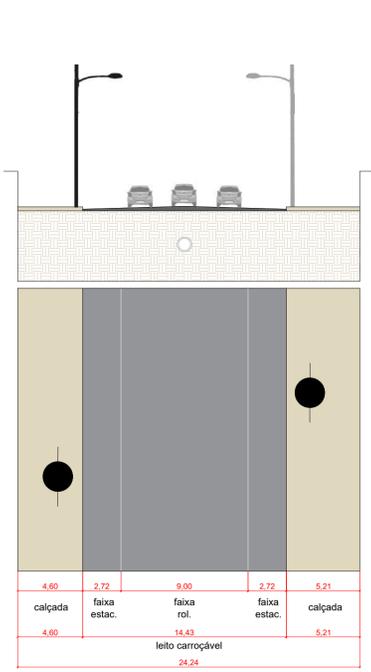
PERFIL VIÁRIO ATUAL SEÇÃO 07
ESC.: 1/250

LEGENDA

- EIXO DA RUA
- NOVOS POSTES - HASTE DUPLA
- SEMÁFORO
- PISO TÁTIL DE ALERTA
- ACESSO DE VEÍCULOS
- PONTO DE ÔNIBUS
- NOVAS ÁRVORES
- NOVA PAGINAÇÃO DE PISO FAIXA DE ROLAMENTO - BLOCO INTERTRAVADO CINZA
- POSTES REMOVIDOS
- NOVOS POSTES - ILUMINAÇÃO PEDONAL
- LIXEIRA
- PISO TÁTIL DIRECIONAL
- VAGAS DE ESTACIONAMENTO
- ÁRVORES REMOVIDAS
- BICICLETÁRIO
- NOVA PAGINAÇÃO DE PISO PEDRA PORTUGUESA - ÁREA DE PERMANÊNCIA
- NOVA PAGINAÇÃO DE PISO - BLOCO INTERTRAVADO VERMELHO
- NOVA PAGINAÇÃO DE PISO - BLOCO DE CONCRETO
- EDIFICAÇÕES REFORMADAS
- CANTEIROS VERDES
- USO COMERCIAL
- USO MISTO
- USO RELIGIOSO
- USO DE SERVIÇOS
- USO RESIDENCIAL
- USO TERRITORIAL

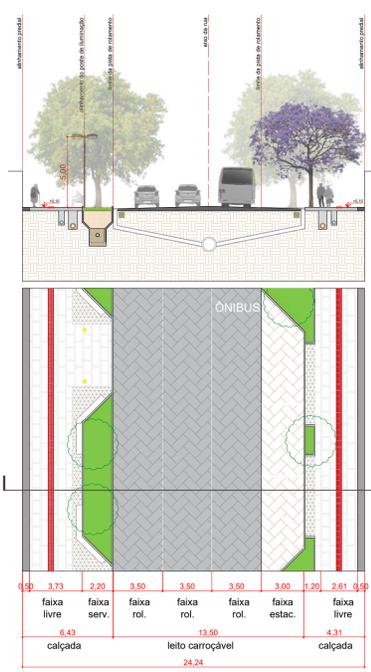
RUA DOM AQUINO: TRECHO 05

PERFIL VIÁRIO - SEÇÃO 08
ATUAL



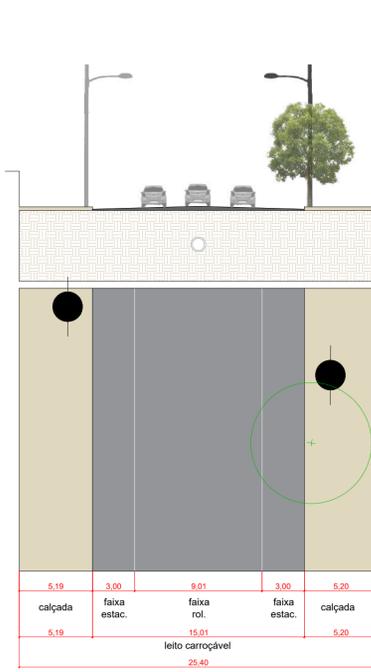
PERFIL VIÁRIO ATUAL SEÇÃO 08
ESC.: 1/250

PROPOSTO



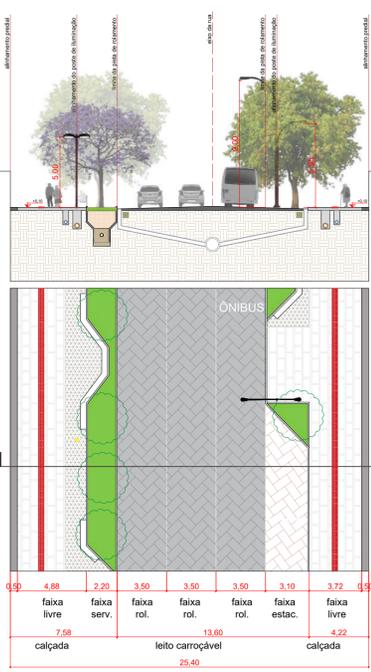
PERFIL VIÁRIO PROPOSTO SEÇÃO 08
ESC.: 1/250

PERFIL VIÁRIO - SEÇÃO 09
ATUAL



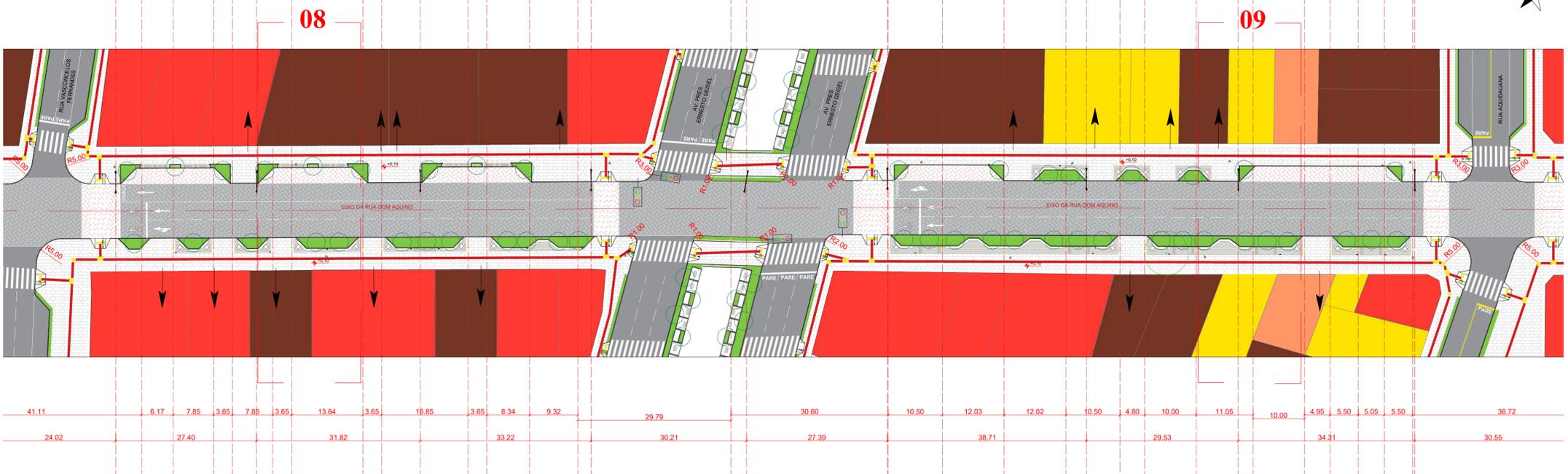
PERFIL VIÁRIO ATUAL SEÇÃO 09
ESC.: 1/250

PROPOSTO



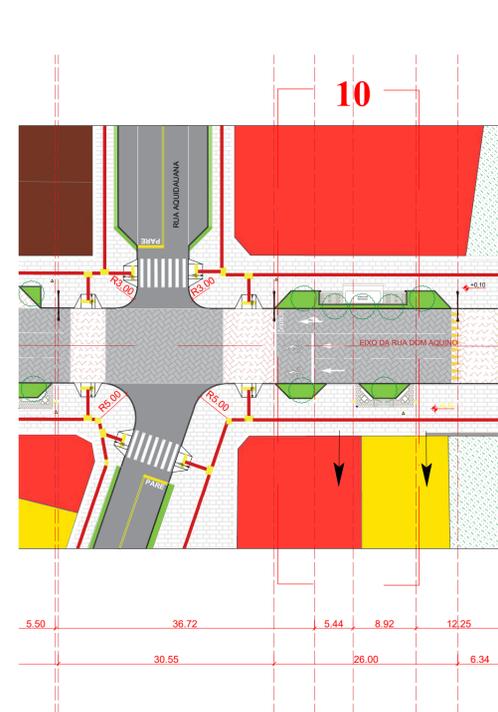
PERFIL VIÁRIO PROPOSTO SEÇÃO 09
ESC.: 1/250

PERFIL VIÁRIO ATUAL SEÇÃO 05
ESC.: 1/250



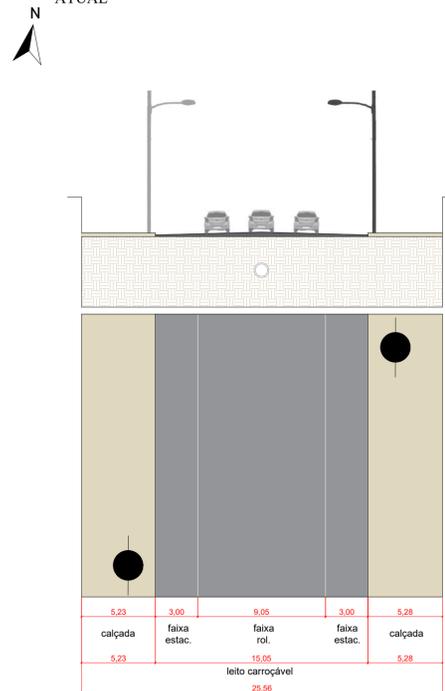
PLANTA SITUAÇÃO PROPOSTA - TRECHO 05
ESC.: 1/500

PLANTA CHAVE



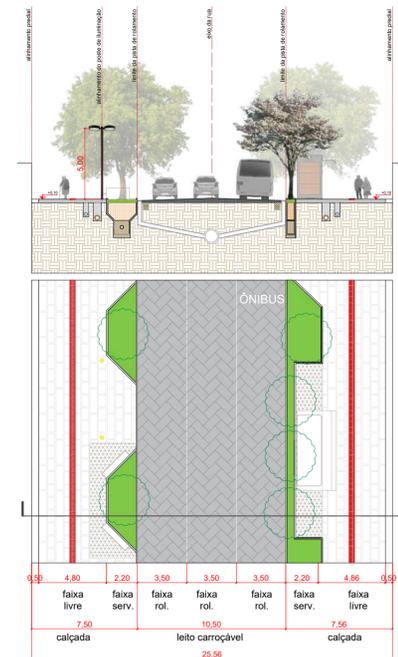
PLANTA SITUAÇÃO PROPOSTA - TRECHO 10
ESC.: 1/500

PERFIL VIÁRIO - SEÇÃO 10
ATUAL



PERFIL VIÁRIO ATUAL SEÇÃO 10
ESC.: 1/250

PROPOSTO



PERFIL VIÁRIO PROPOSTO SEÇÃO 10
ESC.: 1/250

LEGENDA

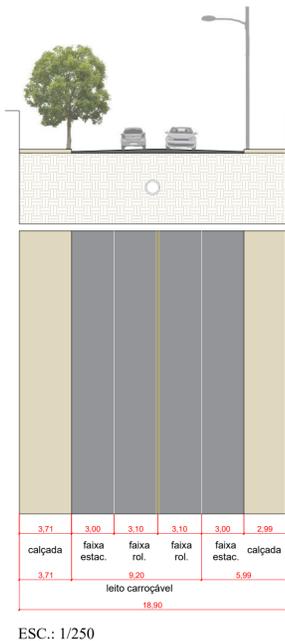
- EIXO DA RUA
- ▲ POSTES REMOVIDOS
- NOVOS POSTES - HASTE DUPLA
- NOVOS POSTES - ILUMINAÇÃO PEDONAL
- ◻ SEMÁFORO
- LIXEIRA
- ▨ PISO TÁTIL DE ALERTA
- ▨ PISO TÁTIL DIRECIONAL
- ACESSO DE VEÍCULOS
- ▨ VAGAS DE ESTACIONAMENTO
- PONTO DE ÔNIBUS
- ÁRVORES REMOVIDAS
- NOVAS ÁRVORES
- ▨ BICICLETÁRIO
- NOVA PAGINAÇÃO DE PISO FAIXA DE ROLAMENTO - BLOCO INTERTRAVADO CINZA
- NOVA PAGINAÇÃO DE PISO PEDRA PORTUGUESA - ÁREA DE PERMANÊNCIA
- NOVA PAGINAÇÃO DE PISO - BLOCO INTERTRAVADO VERMELHO
- NOVA PAGINAÇÃO DE PISO - BLOCO DE CONCRETO
- ▨ EDIFICAÇÕES REFORMADAS
- CANTEIROS VERDES
- USO COMERCIAL
- USO DE SERVIÇOS
- USO MISTO
- USO RESIDENCIAL
- USO RELIGIOSO
- USO TERRITORIAL

COMPLEMENTARES

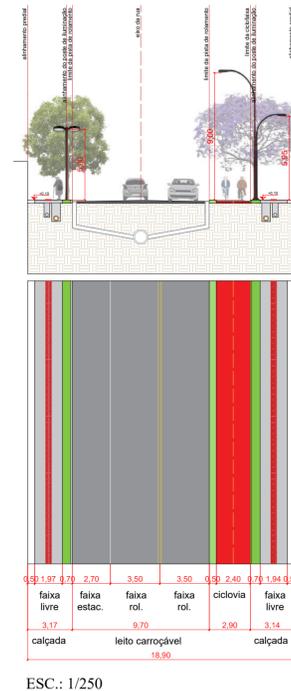
PERFIL VIÁRIO - R. PRAÇA CUIABÁ



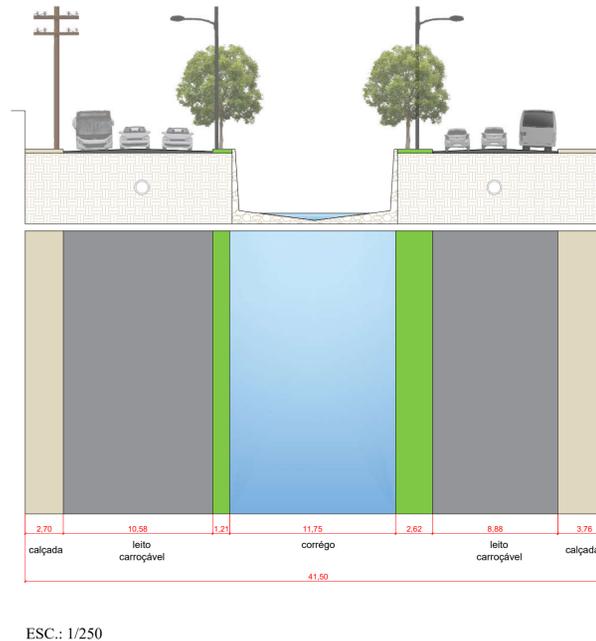
PERFIL VIÁRIO - R. SALDANHA MARINHO
ATUAL



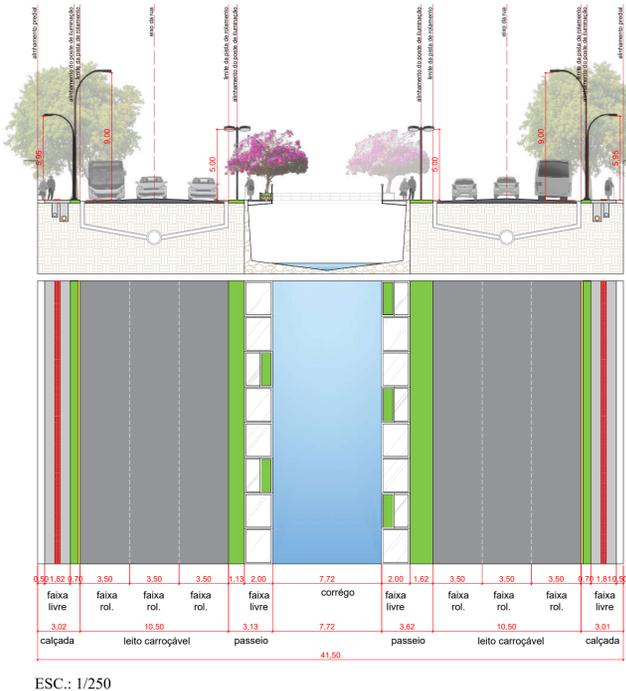
PROPOSTA



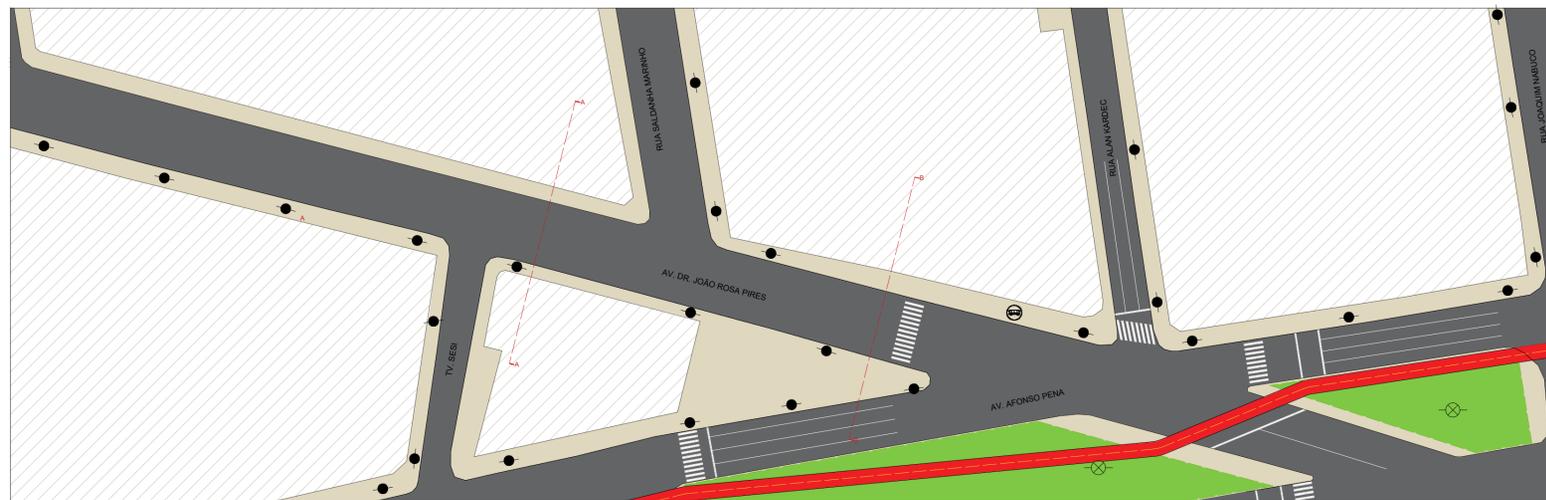
PERFIL VIÁRIO - AV. PRESIDENTE ERNESTO GEISEL
ATUAL



PROPOSTA

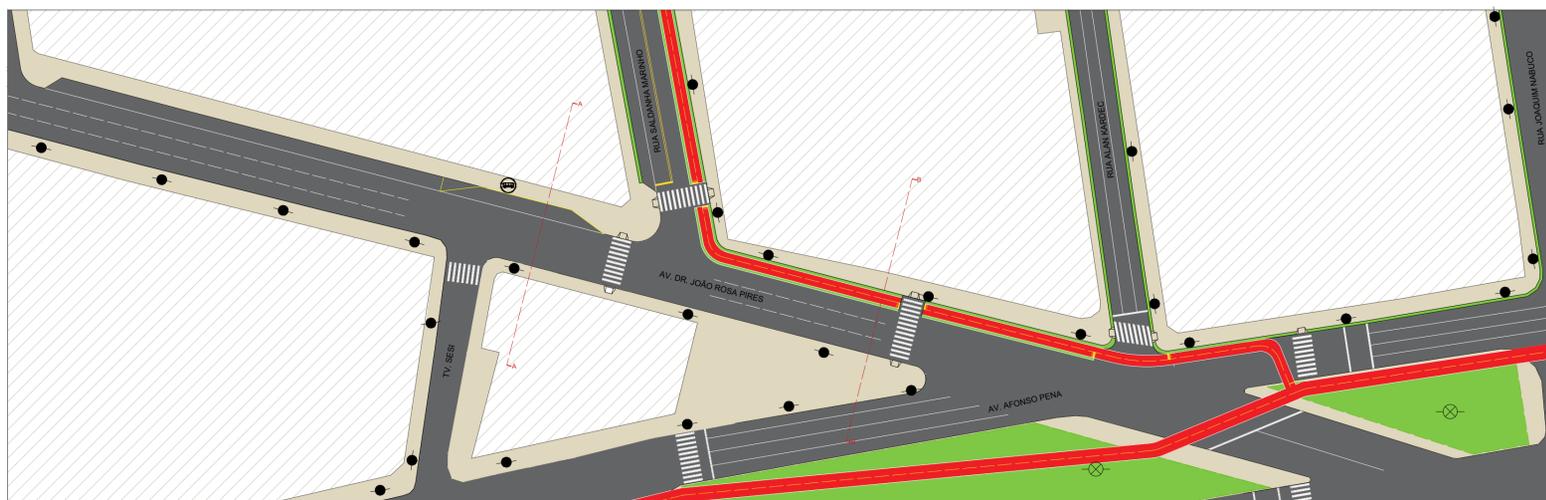


SITUAÇÃO ATUAL



PLANTA DE SITUAÇÃO ATUAL
ESC.: 1/750

SITUAÇÃO PROPOSTA

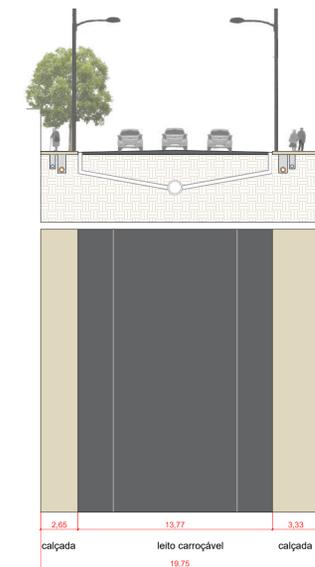


PLANTA DE SITUAÇÃO PROPOSTA
ESC.: 1/750

LEGENDA

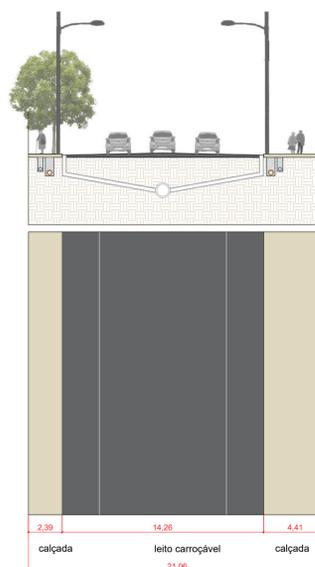
-  PONTO DE ÔNIBUS
-  POSTE DE ILUMINAÇÃO E ELETRICIDADE
-  POSTE DE ILUMINAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL



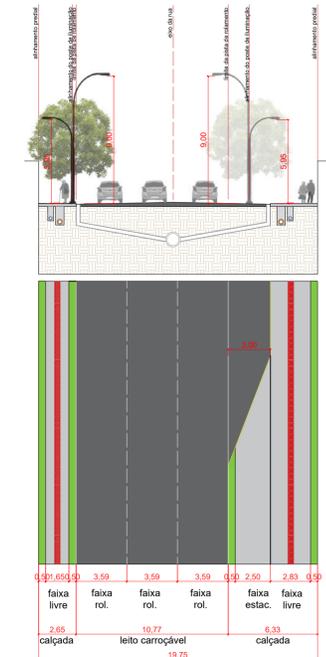
CORTE AA - SITUAÇÃO ATUAL
ESC.: 1/250

SITUAÇÃO ATUAL



CORTE BB - SITUAÇÃO ATUAL
ESC.: 1/250

SITUAÇÃO PROPOSTA



CORTE AA - SITUAÇÃO PROPOSTA
ESC.: 1/250

SITUAÇÃO PROPOSTA



CORTE BB - SITUAÇÃO PROPOSTA
ESC.: 1/250

